

CONSELHO DIRETOR



**Ata da 968<sup>a</sup>**

---

**Sessão de 23/06/2015**

1 968ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte três dias do mês de  
2 junho de dois mil e quinze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho  
3 Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Administração  
4 Central, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a  
5 presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o  
6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan Agopyan,  
7 Adalberto Américo Fischmann, Joaquim Pereira Filho, Alexandre Nolasco de  
8 Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Amâncio Jorge Silva Nunes de  
9 Oliveira, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, André Simmonds  
10 de Almeida , Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos Hernandez, Antonio  
11 Marcos de Aguirra Massola, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro  
12 Mendes de Castro Filho, Benedito Honório Machado, Bernadette Dora  
13 Gombossy de Melo Franco, Bruno Sperb Rocha, Carlos Alberto Ferreira  
14 Martins, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Ellen Cristini de Freitas, Clodoaldo  
15 Grotta Ragazzo, Dante Pinheiro Martinelli, Douglas Emygdio de Faria, Dulce  
16 Helena de Brito, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Renato Luiz Sobral Anelli,  
17 Enrico Lippi Ortolani, Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro, Fabiano Guasti Lima,  
18 Fernando Brenha Ribeiro, Fernando Luis Medina Mantelatto, Fernando  
19 Salvador Moreno, Frederico Pereira Brandini, Gabriella da Silva Luz, Germano  
20 Tremiliosi Filho, Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Gilberto Fernando Xavier,  
21 Rubens Beçak, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Jackson Cioni Bittencourt,  
22 Mariana Cabral de Oliveira, Jefferson Antonio Galves, João Cyro André, Fábio  
23 Frezatti, José Antonio Visintin, José Arana Varela, José Eduardo Krieger, José  
24 Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos Araújo, José Roberto  
25 Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e Tucci, Ana Lucia Duarte Lanna, Julia  
26 Machini de Miranda, Júlio Cerca Serrão, Laerte Sodré Júnior, Vinicius Curti  
27 Cícero, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique  
28 Catalani, Luiz Silveira Menna Barreto, Marcela Silva Carbone, Marcos  
29 Domingos Siqueira Tavares, Marcos Nogueira Martins, Margarida Maria  
30 Krohling Kunsch, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Angela Faggin  
31 Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Arminda  
32 do Nascimento Arruda, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria das Graças  
33 Bomfim de Carvalho, Maria Madalena Januário Leite, Maria Tereza Nunes,  
34 Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Cristina Tschorny Moncau, Marisa Helena

35 Gennari de Medeiros, Matheus Finardi Lima de Faria, Neli Maria Paschoarelli  
36 Wada, Oswaldo Baffa Filho, Paulo César Rodrigues Conti, Paulo José do  
37 Amaral Sobral, Paulo Sérgio Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pietro  
38 Ciancaglini, Richard Charles Garratt, Rodney Garcia Rocha, João Roberto  
39 Gomes de Faria, Sérgio Persival Baroncini Proença, Silvana Martins Mishima,  
40 Silvio Moure Cícero, Rômulo Machado, Simone Rocha de Vasconcellos Hage,  
41 Sonia Maria Vanzella Castellar, Jairo Kenupp Bastos, Terezinha de Jesus  
42 Andreoli Pinto, Oswaldo Novais de Oliveira Junior, Umberto Celli Junior,  
43 Valdecir de Assis Janasi, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Valmor Alberto  
44 Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Waldyr Antônio Jorge e Walter Vettore.  
45 Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral.  
46 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus  
47 respectivos suplentes, os Conselheiros: Alexandre Martins Rodrigues, Carlos  
48 Roberto Bueno Júnior, Eduvaldo Paulo Sichieri, Fabiana Marchetti, Floriano  
49 Peixoto de Azevedo Marques Neto, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes,  
50 Jean Paul Walter Metzger, Joaquim José Martins Guilhoto, José Tavares  
51 Correia de Lira, Lucas Santos Sorrillo, Mariana Nunes de Moura Souza, Sérgio  
52 França Adorno de Abreu, Silvio Roberto Farias Vlach, Suely Vilela e Tito José  
53 Bonagamba. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Amanda  
54 Guerra de Moraes Rego Sousa, Antonio Carlos Marques, Antonio Carlos  
55 Teixeira Álvares, Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues, Elice Natália  
56 Botelho, Fábio de Salles Meirelles, José Alfredo Gomes Arêas, Leny Sato,  
57 Leonardo Octavio Belinelli de Brito, Maria Helena Pereira Toledo Machado,  
58 Oswaldo Luiz Bezzon, Roberto Gomes de Souza Berlink e Tuani Guimarães de  
59 Ávila Augusto. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor  
60 passa às suas comunicações. **M. Reitor:** “Declaro aberta a nongentésima  
61 sexagésima oitava sessão do Conselho Universitário da Universidade de São  
62 Paulo, a qual temos a previsão de encerrar às 17h30.” A seguir o **M. Reitor**  
63 passa a **PARTE I – EXPEDIENTE**, colocando em discussão e votação a Ata da  
64 966ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em 14.04.2015, reforçando  
65 que pequenas alterações de forma e ortográficas podem ser feitas  
66 posteriormente. Não havendo manifestações contrárias, a Ata é aprovada por  
67 unanimidade e o **M. Reitor** passa a palavra ao Senhor Secretário Geral, para  
68 apresentação dos novos membros. **Secretário Geral:** “Diretores: Prof.ª Dr.ª

69 Maria Amélia de Campos Oliveira (EE); Representante da Congregação: Prof.<sup>a</sup>  
70 Dr.<sup>a</sup> Maria Tereza Nunes (ICB); Representantes Discentes de Graduação: Sr.<sup>a</sup>  
71 Julia Machini de Miranda (FFLCH); Sr. Lucas Santos Sorrillo (FEA); Sr.<sup>a</sup> Elice  
72 Natália Botelho (ESALQ); Sr. André Simmonds de Almeida (EP); Sr.<sup>a</sup> Gabriella  
73 da Silva Luz (FCF); Sr.<sup>a</sup> Marcela Silva Carbone (ECA) e Sr. Matheus Finardi  
74 Lima de Faria (FM).” A seguir o **M. Reitor** passa às comunicações. **M. Reitor**:  
75 “Gostaria de fazer três comunicações e, em seguida, uma manifestação sobre  
76 a reunião de hoje. As comunicações são as seguintes: informo que foi criado,  
77 no âmbito da Universidade de São Paulo, ligado ao Gabinete do Reitor, o órgão  
78 denominado 'USP Mulheres' que se responsabilizará permanentemente por  
79 coordenar as relações entre a Administração da Universidade com a  
80 comunidade uspiana e as diferentes organizações formais e informais que  
81 promovem a igualdade de gênero, bem como, propor e implantar um amplo  
82 espectro de programas e iniciativas visando à igualdade de gênero. O escritório  
83 USP Mulheres será ligado ao Gabinete do Reitor, que lhe dará apoio e  
84 condições de funcionamento, incluindo o pessoal Técnico e Administrativo e  
85 sua infraestrutura. Para liderar este escritório, neste momento inicial, foi  
86 convidada – e agradecemos que tenha aceito – a Professora da Faculdade de  
87 Medicina Lilia Blima Schraiber. E como primeira, mas não exclusiva missão, ela  
88 está coordenando a relação da Universidade de São Paulo com a entidade  
89 denominada 'ONU Mulheres', que promove um programa chamado 'dez por  
90 dez por dez' no qual participam Universidades de todo o mundo, sendo a USP  
91 a única da América Latina; somado às Universidades, temos ainda dez  
92 empresas e dez países. Foi igualmente criado um escritório, ligado,  
93 novamente, ao Gabinete do Reitor, para tratar das relações da Universidade de  
94 São Paulo com todos os seus egressos. Repito: escritório ligado ao Gabinete  
95 do Reitor, para tratar das relações da Universidade de São Paulo com seus  
96 antigos alunos e consolidar as numerosas iniciativas que existem, em distintos  
97 estágios, nas diferentes Unidades, tratando do relacionamento da Universidade  
98 de São Paulo com seus antigos alunos de Graduação e Pós-graduação. Para  
99 liderar este escritório neste momento, foi convidada e aceitou, a Professora  
100 Marisa d'Arce, antiga Vice-Diretora da ESALQ. Quero lembrar, também, que  
101 em abril foi publicada uma Portaria e agora foi constituída a Comissão,  
102 denominada Comissão Permanente de Relações do Trabalho - COPERTE, que

103 tem a finalidade de representar a Administração da Universidade de São Paulo  
104 nas negociações apresentadas pelo Sindicato dos Servidores Técnicos e  
105 Administrativos, visando a prevenção de conflitos e a satisfação dos servidores  
106 no ambiente de trabalho, bem como a melhoria contínua dos serviços por eles  
107 desenvolvidos. Esta Comissão passa, de agora em diante, a representar a  
108 Administração da Universidade de São Paulo nas negociações formais com o  
109 Sindicato dos Servidores, e seria interessante que também os Dirigentes de  
110 Unidades da Universidade se valessem da intermediação desta Comissão  
111 quando julgassem necessários.” Ato contínuo, devido a dúvidas oriundas de  
112 alguns conselheiros o **M. Reitor** esclarece que a referida Comissão não tratará  
113 as negociações com a ADUSP. **M. Reitor:** Finalmente, com relação à reunião  
114 de hoje e a temática que deverá ser discutida, gostaria de lembrar-lhes que as  
115 Universidades, de um modo geral, como uma classe, situam-se com uma das  
116 organizações mais longevas do mundo. A sua persistência se deve, em  
117 essência, à capacidade de mudança e adaptação, permitindo que continuem  
118 servindo a sociedade. Se como uma classe as Universidades são instituições  
119 proeminentes no mundo há quase um milênio, muitas Universidades,  
120 individualmente expressivas, desapareceram ou estiveram próximas de  
121 desaparecer, ou, ainda, perderam relevância, e muitas Universidades mais  
122 modernas se impuseram, pelo menos temporariamente. Há uma frase atribuída  
123 erroneamente a Charles Darwin, pois ele nunca a escreveu, mas que resume  
124 com muita propriedade a teoria da evolução das espécies e que diz: ‘não é a  
125 espécie mais forte a que sobrevive, nem a mais inteligente, mas sim aquela  
126 que mais se adapta à mudança’. Nós sabemos que a USP é a mais forte  
127 Universidade da Iberoamérica hoje, a pergunta a que temos de responder é se  
128 nesse mundo de mudança seremos nós, USP, que sobreviveremos. Cabe-nos,  
129 mais uma vez, hoje, a oportunidade de tomar uma decisão histórica que se  
130 alinha à nossa posição de liderança. Os tópicos da ordem do dia neste  
131 Conselho, fixando o número de vagas para o próximo ano e tratando do  
132 processo de ingresso de estudantes, encontram-se no centro do debate  
133 Universitário no mundo todo, embora este debate, em geral e essencialmente,  
134 limite-se à Universidade, é o tema da vida acadêmica que mais interessa à  
135 sociedade como um todo. Lideranças universitárias de diferentes regiões do  
136 mundo, reunidas há cerca de duas semanas em Hamburgo, publicaram um

137 documento que trata de questões relevantes à educação superior – documento  
138 do qual eu também subscrevo – e quero destacar um pequeno trecho relativo  
139 ao acesso às Universidades. Todo indivíduo deve ter acesso à educação pós-  
140 secundária, por esta razão, a educação pós-secundária tem de ser diferenciada  
141 em diversos tipos de instituições. O acesso não deve ser socialmente seletivo,  
142 deve ser baseado, exclusivamente, no potencial de cada pessoa. Todo o  
143 esforço deve ser feito para encorajar a participação de comunidades  
144 marginalizadas. Somente as instituições devem decidir sobre o processo de  
145 acesso, sem interferências, que devem levar em conta outros parâmetros, além  
146 dos resultados obtidos no ensino secundário. Esta é, pois, uma questão que  
147 interessa às Universidades de todo o mundo. Nossa preocupação com esta  
148 questão já se manifestava no programa que o Professor Vahan e eu  
149 registramos quando de nossa candidatura. Divergindo de outros documentos  
150 deste tipo que acabam no esquecimento logo após a eleição, tenho feito dele  
151 uma referência permanente, pois entendo que a mudança do processo eleitoral  
152 de 1º de outubro de 2013 deu ao Reitor um mandato que se legitima com base  
153 naquele documento que foi construído coletivamente e apoiado por grande  
154 maioria dos eleitores. Portanto, ele é um documento chave nesta gestão e o  
155 seguinte trecho é parte daquele documento: ‘o compromisso de que a USP  
156 seja um importante instrumento de modificação da sociedade exige o contínuo  
157 aperfeiçoamento de políticas de inclusão na Graduação, bem como o  
158 permanente acompanhamento de seus resultados. Com a ampliação da  
159 diversidade social espera-se obter um progressivo enriquecimento da  
160 Universidade e uma redução da perda de talentos que o sistema de acesso  
161 atualmente praticados podem acarretar. A elaboração e a prática progressiva  
162 de políticas de inclusão voltadas aos estudantes de graduação devem basear-  
163 se em três princípios fundamentais: absorção crescente de egressos de  
164 escolas públicas; consideração das diferenças socioeconômicas; e ponderação  
165 de critérios étnicos raciais. A este tripé fundamental deverão combinar-se  
166 medidas diferenciadas de superação de defasagens educacionais derivadas  
167 das desigualdades sociais, assim como o aumento e aperfeiçoamento dos  
168 programas de permanência estudantil para manter a qualidade que deve  
169 caracterizar todas as atividades da USP. Além de suas missões tradicionais  
170 relacionadas com ensino, pesquisa e extensão, as Universidades da América

171 Latina, em especial a USP, pelo seu papel de liderança, precisam ser um  
172 instrumento poderoso de mudança social. A Universidade de São Paulo está  
173 comprometida com a decisão de promover o acesso e permanência aos  
174 estudantes qualificados, as origens sociais, raciais ou ainda o gênero não  
175 constituem empecilhos a estes objetivos. A proposta que vem hoje à  
176 apreciação deste Conselho representa um passo adicional às medidas que a  
177 USP já está adotando para aumentar a representação de diferentes classes  
178 sociais em seus quadros. Além disso, avança no sentido de diversificar o  
179 processo de seleção de estudantes, ao decidir que a USP pode e deve ter mais  
180 de uma porta de entrada, facilitando, ainda, a seleção de estudantes talentosos  
181 de todo o país. Indiscutivelmente, o processo seletivo define o acesso e dele  
182 depende, em grande parte, a relação da Universidade com a sociedade que  
183 nos mantém por meio de seus impostos que são pagos igualmente por todos  
184 os seus cidadãos. Não é irrelevante lembrar que, proporcionalmente, as  
185 camadas menos afluentes são as que mais contribuem para a manutenção da  
186 USP. A USP tem de responder com ações concretas a seu compromisso de  
187 inclusão social, obviamente, a proposta aqui apresentada não encerra a  
188 discussão do assunto no âmbito desta Universidade, mas sinaliza para a  
189 decisão desta Administração em dar continuidade ao aperfeiçoamento dos  
190 mecanismos de seleção e acesso. Cabe ainda uma última consideração. Não  
191 há fatos ou evidências para sustentar a crença de que haja um antagonismo  
192 entre qualidade e inclusão. Não há, pois, justificativa para se apegar ao  
193 passado em defesa de qualidade e mérito. Qualidade e mérito podem ser  
194 aferidos de muitas formas diferentes e não podemos buscar apenas o talento  
195 do estudante bem treinado para passar em nosso exame vestibular.  
196 Obviamente, as mudanças tem de ser cautelosas e progressivas, como  
197 substanciado na proposta de hoje, e sempre serão ancoradas no compromisso  
198 desta Administração de dar prioridade e apoio aos estudantes e programas de  
199 permanência estudantil. Minha última recomendação, sempre que votarem ou  
200 sempre que forem votar, pensem em primeiro lugar no estudante e na  
201 sociedade. Muito obrigado, podemos continuar.” Ato seguinte, dando  
202 procedimento ao Expediente o **M. Reitor** passa à Palavra ao Senhor  
203 Presidente da COP. **Cons. Adalberto Américo Fischmann: (apresentação)**  
204 “Farei uma brevíssima apresentação sobre as contas da Universidade e sobre

205 os repasses do tesouro para a Universidade, a fim de deixar todos os  
206 Conselheiros informados de como estão as contas, tanto da Universidade  
207 quanto do que estamos recebendo de informações em plano nacional e  
208 estadual, que em essência é nosso suporte principal do ponto de vista  
209 financeiro. Inicialmente gostaria de fazer uma menção à expectativa de  
210 crescimento do PIB para 2015, que como todos estão lembrados, há exatos 12  
211 meses atrás, a expectativa era que tivéssemos projetados para o ano de 2015  
212 um PIB de cerca de 1,5% de crescimento e uma inflação de 6,1%, o que  
213 mostra, com os dados de sexta-feira passada, que o PIB nacional está, ao  
214 contrário, 1,45% negativo para o país e a inflação beirando os 9% e com viés  
215 de crescimento. Por outro lado, vemos a primeira curva continuamente  
216 decrescente, chegando a beira de 1,5% negativo e espera-se que essa  
217 projeção negativa para o PIB nacional não ultrapasse esse 1,45% ou 1,5%  
218 negativos. No gráfico inferior temos, ao contrário, uma situação crescente,  
219 onde vemos a questão do IPCA acumulado em 2015, que mostra que para  
220 junho de 2015, estamos na faixa próxima a 9%, com curva ascendente de  
221 inflação, o que se espera estabilizar em torno de 9% para o ano de 2015.  
222 Temos ainda as taxas de crescimento do PIB, acumuladas, no caso do Estado  
223 de São Paulo, o qual tem influência altíssima do setor industrial – cerca de um  
224 terço de todo o PIB paulista é representando pelo setor industrial – por conta  
225 disto, o PIB paulista sofre muito mais do que o PIB nacional, que é estimado  
226 em 1,5% negativo; ao passo que o paulista está estimado em 3% negativo e  
227 também se espera que ele não seja muito superior que estes 3% negativos até  
228 o final do ano de 2015. Neste gráfico é possível observar que na representação  
229 em vermelho, temos o ICMS deflacionado pelo índice do IPCA, ao passo que  
230 em azul temos o PIB paulista. Se olharmos esse ICMS comparativamente aos  
231 meses anteriores, veremos que ele tem uma trajetória descendente. Temos, no  
232 mês de março 2015, menos 5,55%, já deflacionado pelo IPCA, o que é muito  
233 forte e tem grande influência sobre o repasse que é feito para a Universidade  
234 de São Paulo. O ICMS está caindo como consequência de um PIB fraco que  
235 estamos atravessando. Podemos observar ainda, em termos nominais sem  
236 deflacionar com o IPCA, que a transferência de recursos do Estado para a  
237 Universidade de São Paulo possui uma trajetória declinante, apesar de pontos  
238 isolados de pequena ascendência, sua trajetória é declinante. As últimas

239 tabelas agrupadas que planejo apresentar mostram, na tabela superior, a  
240 Execução Orçamentária da Universidade, e vemos que possuíamos um  
241 orçamento projetado de saldo final, em 2015, de R\$ 988 milhões negativos,  
242 que foram definidos em dezembro do ano passado e a despeito da última  
243 reunião do Conselho Universitário, onde tivemos a implementação, sobretudo  
244 da política de reajuste salarial. Temos cerca de R\$ 1,130 bilhão, o propósito da  
245 COP é restringir o orçamento final do ano de 2015 de R\$ 988 milhões de  
246 déficit, os quais seriam cobertos com a reserva acumulada ao longo de  
247 exercícios anteriores. Em 2015, com cinco meses transcorridos, possuímos R\$  
248 511 milhões de déficit incorridos e vale destacar que nesses R\$ 511 milhões,  
249 parte significativa diz respeito aos precatórios e indenizações, considerando  
250 que estamos cobrindo quase R\$ 280 milhões de gastos oriundos do PIDV. Ou  
251 seja, estamos cobrindo quase R\$ 280 milhões de gasto com o PIDV que foram  
252 todos incorridos nestes primeiros cinco meses, nos quais fizemos a utilização  
253 destas reservas. Na segunda tabela temos a execução financeira comparando  
254 janeiro a maio de 2014 *vis a vis* janeiro a maio de 2015 e vemos que em 2015  
255 temos os R\$ 511 milhões de déficit contra o ano passado R\$ 473 milhões,  
256 todavia, chamo a atenção de que os precatórios e indenizações eram apenas  
257 R\$ 1,4 milhão, ao passo que 2015 temos R\$ 280 milhões. Se fizermos a  
258 dedução de cerca de R\$ 280 milhões destes R\$ 511 milhões, teremos uma  
259 posição hoje de cerca de R\$ 230 milhões para o ano de 2015, e em relação ao  
260 ano passado que estávamos com déficit de R\$ 473 milhões. Com isto quero  
261 sinalizar que a Universidade como um todo realiza um esforço muito visível no  
262 sentido de corrigir a trajetória difícil pela qual estamos passando, onde o  
263 principal empenho ou aplicação de recursos, como todos sabem, é a folha de  
264 pagamento. Hoje estamos com um comprometimento da folha de pagamentos  
265 de cerca de 100% do repasse do tesouro paulista e a expectativa é que daqui  
266 para a frente possamos recolher os benefícios líquidos desta política que foi  
267 adotada de demissão voluntária em apoio com as contenções dos gastos da  
268 Universidade. Todos sabemos que diversas torneiras estão com fluxo bem  
269 mais reduzido, mas esta é a forma que estamos fazendo com que possamos  
270 entrar em 2016 em uma posição bem mais saudável, ou talvez, menos doente.  
271 Quero ainda dizer que a COP, por meio de todos os seus membros, está  
272 bastante vigilante com todo o orçamento da Universidade de São Paulo e

273 decidiu realizar uma reunião extraordinária, no dia 16 de junho, onde todos os  
274 conselheiros foram instados a dar sugestões, para que possamos identificar  
275 processos e procedimentos que possam trazer dois resultados: aumento no  
276 fluxo de receitas de ingresso e contenção no fluxo de saída com despesas.  
277 Estas medidas serão ainda discutidas e, também, em momento oportuno  
278 levaremos a todos os dirigentes da Universidade para compartilhem destas  
279 reflexões para, se for o caso, adotarmos políticas nestas duas direções, de  
280 aumento no fluxo de receitas de ingresso e contenção no fluxo de saída com  
281 despesas." **M. Reitor:** "Vamos ouvir se há alguma questão ou comentário, mas  
282 gostaria de aproveitar esse momento para agradecer a toda a Universidade,  
283 dirigentes, servidores, porque é um esforço conjunto, um esforço comum, que  
284 obviamente causa inconvenientes, às vezes, decepções, planos que têm que  
285 ser reduzidos, sonhos que têm que ser contidos ou postergados, mas a  
286 sobrevivência da Universidade, no meu ponto de vista, era a nossa prioridade  
287 primeira. E isso, com o esforço coletivo, está sendo claramente assegurado.  
288 Não temos ainda uma condição absolutamente confortável, mas tenho a  
289 impressão de que todos se sentem mais ou menos seguros de que não vamos  
290 terminar no próximo ano ou no ano seguinte. Quero dizer que nossas contas  
291 estão ficando sob controle e isso é mérito de toda a Universidade. O Professor  
292 Adalberto está à disposição, se alguém quiser fazer alguma questão." **Cons.<sup>a</sup>**  
293 **Neli Maria Paschoarelli Wada:** "Quero perguntar ao Professor Adalberto e  
294 também ao nosso Reitor. Corre na 'rádio peão' que haverá um segundo PIDV.  
295 Então, gostaria de saber se será necessário para manter essa austeridade e  
296 diminuir essas contas, um segundo PIDV." **Cons. Adalberto Américo**  
297 **Fischmann:** "Da minha parte, sem prejuízo de que o Professor Zago também  
298 se manifeste, do meu conhecimento, não há mais essa expectativa. A senhora  
299 tem toda a razão, houve uma possibilidade, isso nunca deixou de ser cogitado,  
300 todavia, hoje, está totalmente descartado, haja vista a publicação do Diário  
301 Oficial de sexta-feira passada, dia 19, quando foi declarado encerrado o PIDV  
302 aprovado no ano passado." **M. Reitor:** "Neste momento é isso que posso  
303 responder. O que será exigido de nós de esforços no futuro, dependerá da  
304 evolução das contas. Todos somos parceiros nas soluções que teremos que  
305 adotar. Nesse momento, não é necessário prever um novo programa de  
306 demissão voluntária." Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, o **M.**

307 **Reitor** passa a palavra aos Conselheiros.” **Cons. Dante Pinheiro Martinelli:**  
308 “Quero comentar sobre três assuntos de maneira muito breve. Evidentemente,  
309 não falo em nome da COP, o Professor Adalberto, meu grande amigo e mestre,  
310 já o fez com muita propriedade, vou falar algo da COP de opiniões minhas,  
311 inclusive, questões que levei para a COP, foram discutidas e que gostaria de  
312 trazer minha opinião pessoal a este Conselho. Sou membro da COP, mas não  
313 falo em nome da COP, mas sim em termos pessoais. Uma das coisas que foi  
314 muito discutida na reunião da COP da semana passada, foi que pudéssemos  
315 discutir na reunião, não apenas onde vamos cortar, que é a tônica da  
316 Universidade e na COP, temos um aumento, nosso déficit está muito alto,  
317 precisamos cortar ainda mais e todos estão extremamente envolvidos e  
318 comprometidos com isso, mas fui um dos que levantou a bandeira na COP e  
319 mesmo fora dela, de que precisamos sim tentar cortar mais alguma coisa, e na  
320 minha modesta opinião, não temos muito a cortar, acho que já enxugamos tudo  
321 que podíamos. Penso que, além de buscar mais algum corte, temos que  
322 buscar novos recursos. Precisamos buscar aporte de recursos junto à  
323 sociedade, principalmente. Nessa linha, na reunião passada da COP, tivemos  
324 uma ampla discussão também sobre isso, não apenas sobre cortes, mas  
325 também sobre busca de recursos. Pedimos também - até foi sugestão minha -  
326 que tivéssemos um apoio jurídico nesse sentido, na medida em que sabemos  
327 que podemos e devemos buscar recursos junto à sociedade, mas que isso tem  
328 sempre alguns entraves jurídicos. Podemos receber doações, podemos  
329 receber recursos, podemos receber financiamento da iniciativa privada?  
330 Podemos. Em que condições? Sempre temos dúvidas quanto a isso e, nesse  
331 sentido, foi pedido apoio da Procuradoria Geral. A Doutora Márcia Walquiria  
332 prontamente nos atendeu na reunião passada da COP, esteve lá - posso  
333 agradecer em nome do Presidente da COP mais uma vez, como já o fizemos -  
334 levando esclarecimentos muito importantes e orientações que nos foram  
335 passadas de como proceder, o que devemos fazer e como devemos agir  
336 nessas situações. Diante disso, algumas ideias estão surgindo, isso será  
337 discutido com mais detalhes, como o Professor Adalberto já adiantou, mas  
338 quero deixar minha opinião pessoal de que deve ser uma preocupação  
339 constante nossa, de buscar recursos também. Não é apenas ficar cortando  
340 aquilo que nem temos mais, já cortamos todas as gorduras que temos. Acho

341 que temos que priorizar também, e principalmente, a busca por novos recursos.  
342 O segundo assunto que quero comentar rapidamente é sobre um evento  
343 organizado hoje pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Quero  
344 começar parabenizando a Professora Maria Arminda, que organizou muito bem  
345 esse evento, que teve a participação maciça de pessoas dos vários segmentos  
346 da sociedade. Ela teve o cuidado - e acho que ela o fez muito bem - de buscar  
347 todas as posições. O debate era sobre cursos de extensão na USP e havia  
348 posições antagônicas, com pessoas que acham que não podemos fazer cursos  
349 de extensão, que não podemos cobrar e que a Universidade não pode se abrir  
350 e coisas desse tipo; e no outro extremo, posturas opostas, de que podemos e  
351 devemos fazer tudo isso. Penso que foi um fórum de debate muito rico, muito  
352 interessante. Infelizmente, poucos dirigentes puderam estar presentes. O MP  
353 estava presente, assim como a ADUSP, estudantes e alguns dirigentes. Foi um  
354 fórum de discussão de um dia e meio que tivemos, muito importante, em que  
355 várias sugestões surgiram e penso ser o início de um grande debate  
356 extremamente importante que temos na Universidade. Ligado a isso, quero  
357 rapidamente comentar algo que já quis falar na nossa reunião de dirigentes, em  
358 dezembro, em Piracicaba, até estava colocado na pauta e, talvez o Professor  
359 Ignácio se lembre de que passei mal naquele dia e perdi a parte da tarde da  
360 reunião, não podendo falar. Nós organizamos, no início da minha gestão, no  
361 fim do ano passado, na FEARP, um conselho consultivo externo, que é um  
362 grupo de pessoas basicamente do meio privado das empresas, que vem nos  
363 assessorar, nos orientar e nos cobrar aquilo que devemos fazer dentro da  
364 nossa Escola e na Universidade, em termos de preparar os nossos jovens e de  
365 fazer parcerias com empresas. A primeira reunião foi em novembro do ano  
366 passado, são reuniões semestrais, e agora em maio, tivemos a segunda  
367 reunião, com várias empresas presentes. São 25 membros de empresas,  
368 alguns do meio acadêmico, mas principalmente de empresas. Tomei a  
369 iniciativa, acho que devo realizar visitas em todas essas empresas que  
370 compõem o nosso conselho. Comecei pela Embraer. Estive lá na semana  
371 retrasada e já conseguimos três parcerias muito importantes. Uma disciplina de  
372 graduação, feita em parceria com a Embraer, em que vamos levar os alunos  
373 para receber um problema a ser solucionado, com orientação da Empresa e da  
374 Universidade, e com apresentação final à Empresa que irá avaliar esse

375 trabalho, valendo nota para os alunos. Na pós-graduação, também uma  
376 disciplina análoga - no caso é a minha disciplina de negociação - e uma  
377 parceria para promoção de um evento em conjunto com a Embraer. Então, são  
378 três iniciativas muito rápidas que surgiram dessa parceria inicial com a  
379 Embraer. Ouvei deles que a Universidade não acompanha o ritmo da empresa.  
380 Dois dias depois que eles me pediram essa disciplina, ela estava pronta e eles  
381 me pediram um tempo. Disse que eles não estão acompanhando meu ritmo,  
382 que a empresa não está acompanhando a Universidade. Foi bom que  
383 conseguimos dar essa resposta de imediato.” **Cons. José Renato Campos**  
384 **Araújo:** “Venho fazer algumas colocações. Primeiro, uma pergunta à Reitoria,  
385 na figura do Professor Zago, sobre a reforma do Estatuto. Sei que houve  
386 aquelas reuniões, houve aquele problema na reunião de abril, quando fomos  
387 interrompidos, e o senhor naquele dia, anunciou a interrupção do processo de  
388 mudanças estatutárias, que julgo que seria bastante importante que  
389 continuassem; era um momento muito importante, e depois não houve  
390 nenhuma manifestação oficial da Reitoria. A última reunião foi extraordinária,  
391 sobre negociação salarial e na reunião de hoje o senhor não tocou no assunto.  
392 Por isso, pergunto, respeitosamente, se de fato só retomaremos a questão da  
393 reforma estatutária em 2016 ou não retomaremos mais. Acho que há algumas  
394 questões importantes, que desde o início eu, pessoalmente, venho colocando.  
395 Por exemplo, a questão da transparência. A transmissão pelo IPTV das  
396 sessões do Conselho Universitário, a publicação das pautas das reuniões do  
397 Co com antecedência para além dos conselheiros, como acontece em outras  
398 universidades. O senhor, muito respeitosamente, disse que temos problemas  
399 estatutários que precisam ser superados para conseguirmos isso. Acho isso  
400 uma coisa importante, já estamos caminhando para o segundo semestre do  
401 segundo ano do mandato do senhor, julgo que isso é algo que deveria ser  
402 enfrentado pelo Conselho, até porque, pouco antes de começar minha fala,  
403 entrei na página do Conselho Universitário da Unicamp, uma universidade  
404 paulista sob a mesma legislação e mesma Constituição, e lá é tudo  
405 transparente, há todas as reuniões para se fazer download, e o que bem  
406 entender. Então, coloco essa questão à mesa. Quero cumprimentar o senhor  
407 pela fala inicial, em relação às mudanças que votaremos hoje. Acho que a fala  
408 do senhor foi perfeita, é um momento de mudança e temos que enfrentar de

409 frente. Lamento que a decisão que vamos ter de tomar daqui a pouco não seja  
410 uniforme para toda a Universidade. Algumas unidades e algumas escolas ainda  
411 relutam muito com a ideia de mudar o processo de vestibular para uma prova  
412 mais moderna, para outros modelos. Infelizmente, algumas não contam com a  
413 questão da inclusão e com a questão étnico-racial, principalmente. Digo isso  
414 porque venho de uma escola que fez a proposta de 30% de todas as vagas  
415 pelo ENEM, e com cotas raciais e econômicas, conforme a Lei Federal. Não  
416 podia deixar de registrar, concordo inteiramente com o senhor, mas lamento  
417 que ainda haja dentro da Universidade alguma reação a esse tipo de mudança.  
418 Tenho mais dois pontos muito rápidos para falar. Desde o início do ano, há  
419 uma questão aqui na Universidade que envolve diretamente as creches das  
420 unidades. Esperei algumas reuniões para ver se isso viria algum dia à pauta do  
421 Conselho Universitário. Sei que já houve manifestações de pais, de  
422 funcionários, por conta de, neste ano de 2015, não terem recebido novas  
423 crianças. Isso é um problema muito sério para alguns docentes, e para muitos  
424 funcionários. Gostaria de ver, um dia, essa pauta sendo discutida no Co. Por  
425 último, tive notícia por um *site*, que o processo administrativo contra o ex-  
426 diretor da minha unidade, a EACH, teve fim. Ele foi suspenso por 30 dias em  
427 função do aterro ilegal que aconteceu em nossa Escola, em 2011. Como foi  
428 uma informação vinda de um *site* não oficial, não foi sequer uma notícia em um  
429 jornal de grande circulação, gostaria de saber se isso é verdade e se, como  
430 conselheiro, posso ter acesso a esse processo administrativo para ter ciência.”

431 **M. Reitor:** “O processo administrativo ainda não tem despacho do Reitor.  
432 Quanto ao atendimento de creches, a Universidade de São Paulo está  
433 perfeitamente disposta a atender toda a legislação trabalhista e não deixar  
434 nenhuma criança, filho de servidor ou docente, que tem direito pela legislação  
435 trabalhista, sem atendimento. Isso ela cumpre rigorosamente. Quanto às  
436 mudanças, só posso dizer o seguinte. Alguma mudança é sempre melhor que  
437 nenhuma mudança; devagar e sempre chegamos lá. Quanto às transmissões  
438 das reuniões e outras formas de transparência do funcionamento do Conselho,  
439 pediria, se o senhor e outros quisessem, que façam uma proposta, porque está  
440 no nosso Estatuto, de fato precisa ser uma mudança estatutária. Mas  
441 receberemos muito bem e traremos à votação, no Conselho Universitário, uma  
442 proposta de mudança.” **Cons.<sup>a</sup> Marcela Silva Carbone:** “Quero começar

443 ressaltando algumas coisas que o Professor Zago disse no começo da reunião.  
444 Escutei algumas palavras, ouvi o Reitor falar em mudança social, em aumentar  
445 a diferença das classes sociais que estão presentes na Universidade, e  
446 também ouvi dizer que essa discussão de acesso define a relação da  
447 Universidade com a sociedade, que é justamente quem banca e faz acontecer  
448 essa Universidade, por meio do pagamento de impostos. Quero fazer uma  
449 pergunta, uma reflexão. Por acaso uma proposta que consiste em reservar  
450 vagas apenas para a EACH, FSP, IRI e IP, reserva de vagas para pretos,  
451 pardos e indígenas, em uma universidade que tem diversas outras áreas do  
452 saber, fazer apenas essa reserva de vagas, é diversificar as classes sociais  
453 que existem na Universidade? Será que não seria absolutamente insuficiente  
454 essa proposta que apresentam, diante de um momento em que o clamor dos  
455 estudantes e funcionários dessa Universidade é o pedido de cotas raciais para  
456 o conjunto da USP, justamente para democratizarmos a composição social da  
457 USP e, mais do que isso, fazer uma reparação histórica ao povo negro, que  
458 sofre racismo desde sua escola básica, que não tem na sua perspectiva de  
459 futuro, a Universidade? E mais, há uma outra reflexão importante. Por que a  
460 EACH é a Escola que tem mais reserva de vagas para pretos, pardos e  
461 indígenas e também para as escolas públicas? Por que a EACH? É justamente  
462 o *campus* que está sendo mais precarizado nesses últimos anos. É justamente  
463 o *campus* que o Governador Geraldo Alckmin abriu de maneira eleitoreira, para  
464 dizer que estava expandindo a USP para as periferias. Mas é o mesmo *campus*  
465 que não recebe investimento nenhum, que está fazendo lutas e mais lutas do  
466 ponto de vista das três categorias para que se tenha mais investimento na  
467 EACH. Por exemplo, a ECA - Escola de Comunicações e Artes, minha  
468 Unidade, há alguns meses votou que é a favor de cotas raciais, mas nem a  
469 ECA está sendo contemplada por esse projeto que nos está sendo  
470 apresentado. Mas não estou vindo aqui só reivindicar enquanto Escola de  
471 Comunicações e Artes. Não estou vindo aqui reivindicar só a minha unidade,  
472 estou vindo fazer uma reivindicação do conjunto dos estudantes dessa  
473 Universidade, que já fizeram uma série de manifestações, desde o começo  
474 desse ano, pedindo cotas raciais. Fizemos uma paralização com essa  
475 reivindicação. Nesse final de semana foi realizado um seminário de negros e  
476 negras de toda a USP, que estava bastante lotado, apesar de os estudantes

477 negros da USP serem uma ínfima minoria nessa Universidade, e também se  
478 votou uma campanha por cotas raciais. Não é possível que tenhamos um nível  
479 tão alto de falta de democracia que não conseguimos escutar, nem por um  
480 segundo, essa reivindicação. Por que essa proposta não pode ser colocada em  
481 votação? Lembro-me, e inclusive está escrito nessa ata que acabamos de  
482 aprovar, que o Reitor Zago, na reunião do dia 14 de abril de 2015, quando  
483 questionado por nós, representantes discentes, sobre convidar esses  
484 estudantes negros para participar da reunião do Conselho Universitário para  
485 debater a discussão do acesso, já que muitas vezes vários outros convidados  
486 que não são membros do Conselho Universitário fazem parte da reunião, o  
487 Reitor pegou o Regimento, leu e nos disse que quando fosse discutido esse  
488 tema, ele convidaria pessoas que pudessem discutir sobre esse assunto. Cadê  
489 essas pessoas? Não estou vendo ninguém que seja especialista do tema das  
490 cotas raciais, não estou vendo nenhum daqueles estudantes que fizeram a  
491 reivindicação para participar. Estou vendo, mais uma vez, nós termos nossas  
492 reivindicações ignoradas. Queria perguntar o porquê. Por que não podemos  
493 debater seriamente cotas raciais? Por que não podemos olhar para a nossa  
494 sociedade como ela de fato é? E assim termino. Se o acesso define a relação  
495 da Universidade com a sociedade, deveríamos ser consequentes com isso e  
496 fazer a sociedade brasileira, que é em sua maioria, negra, estar presente e  
497 representada aqui dentro. Isso é o que não acontece e é o que faz cada vez  
498 mais a USP ser cada vez mais elitista e é isso que precisamos transformar.”

499 **Cons.ª Simone Rocha de Vasconcellos Hage:** “Em outra oportunidade  
500 comentei que sou um canal de comunicação entre um grupo de associados de  
501 todas as unidades e procuramos trazer dúvidas a respeito dos assuntos que  
502 são discutidos, e hoje não é diferente. A questão que trago é sobre o processo  
503 de discussão de carreira docente. Sabemos da existência de um GT, que  
504 elaborou uma proposta a respeito da carreira e parece que já estamos  
505 entrando no âmbito da discussão das congregações. Até onde fui informada,  
506 parece que no próximo semestre, as congregações já passariam a fazer a  
507 discussão desta proposta que o GT trouxe. Então, a pergunta que faço é se  
508 essa discussão virá para o Co neste ano, se ela será aprovada neste ano, se  
509 ela deveria ou não estar atrelada à reforma do Estatuto. Professor Zago,  
510 aproveito para dizer que faltou muito pouco - logo depois que houve a reunião

511 da invasão - para fazermos um grupo e buscar uma entrevista com o senhor  
512 para demovê-lo da ideia de trazer essa discussão ainda para esse ano. Então,  
513 aproveito a oportunidade para dizer que é um desejo dos associados, a  
514 possibilidade de retomarmos ainda em 2015. Mas a pergunta principal é sobre  
515 a questão da atividade docente, da proposta. Em que momento ela vem para o  
516 Co e se vem neste ano.” **M. Reitor:** “Sobre as questões relacionadas com os  
517 regimes de trabalho e carreira docente, entendo que é urgente que a  
518 Universidade se manifeste sobre isso e discuta o mais exaustivamente  
519 possível. Não se prendam a nenhum boato, nem a nenhum tipo de suposição  
520 de que o Reitor está interessado nisso ou naquilo. Estou interessado em que  
521 este assunto seja discutido e modernizado dentro da Universidade. Há 20 anos  
522 ou mais que ouço queixas com as questões relacionadas com os regimes e  
523 com a carreira. Portanto, gostaria muito que a Universidade participasse  
524 maciçamente de uma rediscussão e um reposicionamento e, finalmente,  
525 trouxesse isso ao Conselho Universitário. Quando? O mais breve possível.  
526 Claro, se fosse possível fazer esse ano seria ótimo e é essa a nossa meta.  
527 Portanto, durante o segundo semestre haverá tempo suficiente para que as  
528 pessoas se manifestem, as congregações se manifestem, os diferentes grupos  
529 da Universidade se manifestem, e isso chegue até o Conselho Universitário  
530 para as decisões que forem necessárias, que na sua maioria não implicam em  
531 mudanças estatutárias. Pode ser que haja uma ou outra mudança de Estatuto,  
532 mas muitas das modificações poderão ser contempladas com resoluções, por  
533 exemplo, baseadas em decisões da CLR, da COP, do próprio Conselho  
534 Universitário, e assim por diante. Gostaria, sim, e quero incentivar o máximo  
535 possível, que essa discussão se processe e que as diferentes opiniões sejam  
536 ouvidas, porque muitos dos nossos programas dependem de uma  
537 modernização, muito progresso da Universidade depende disso. Isto se insere  
538 entre as mudanças que continuaremos a discutir, provavelmente com uma  
539 dinâmica diferente da que vinha sendo feita, isto é, na próxima reunião do  
540 Conselho Universitário virão aqui medidas para serem discutidas e,  
541 eventualmente, votadas, que implicam modificações na Universidade, assim  
542 como hoje temos na nossa pauta modificações significativas da vida da  
543 Universidade. Longe de fazer do Conselho Universitário um local para  
544 discutirmos rotinas, vou procurar que modificações da vida da Universidade,

545 inclusive modificações estatutárias, continuem sendo trazidas. Acabamos de  
546 falar de uma há poucos minutos, estamos falando de outra, e assim por diante,  
547 este processo continua dessa forma.” **Cons. Henrique Iglecio Fernandes:**  
548 “Gostaria de usar meu tempo para discutir a questão do acesso à  
549 Universidade, que é de extrema importância para todos nós. Na minha opinião,  
550 é muito ruim que esse processo de discussão esteja acontecendo dessa forma.  
551 Não é segredo para ninguém que durante todo o início desse ano, houve  
552 diversas reivindicações por parte dos estudantes, funcionários, parte dos  
553 professores e do movimento social de conjunto da Universidade e também de  
554 fora dela, para discutir com esse órgão a importância do tema do acesso  
555 especial, no que diz respeito à defesa e à reivindicação de cotas raciais. Houve  
556 importantes processos de movimentação, de manifestações, inclusive, no  
557 próprio Conselho Universitário, no dia 7 e no dia 14 de maio, quando houve  
558 conflitos com relação a essa pauta. E foi dito pelo Reitor, se não me engano,  
559 que quando fosse o caso, quando isso estivesse em pauta, o movimento social,  
560 o movimento negro seria chamado para discutir. Isso gerou diversos conflitos a  
561 ponto de, infelizmente, três representantes discentes estarem respondendo a  
562 um processo administrativo concernente ao Conselho do dia 7, o qual me referi  
563 a pouco. Então, na minha opinião é muito ruim que o compromisso de chamar  
564 o movimento social e o movimento negro para poder discutir com a gente não  
565 esteja se concretizando no dia de hoje. Inclusive, porque gostaria de seguir a  
566 orientação do Reitor de pensar, principalmente, no estudante e na sociedade,  
567 quando fosse tomar minha decisão pelo voto aqui no Conselho. Mas,  
568 infelizmente, isso está debilitado pois eles não estão aqui para nos ajudar a  
569 tomar a melhor decisão possível para o movimento negro, para a juventude  
570 negra e para os futuros estudantes da Universidade de São Paulo. Acredito  
571 que necessitamos ouvi-los, para poder discutir com eles, poder discutir com o  
572 conjunto do movimento social, para poder tomar qualquer decisão em relação a  
573 esse tema. Não acredito que esse órgão, apesar de toda a sua excelência  
574 acadêmica, tenha condições de definir, sem ouvir aqueles que estão fora da  
575 Universidade e que nunca entraram nela, qual a melhor forma de acesso, qual  
576 a melhor forma de reparação histórica que a juventude negra e o povo negro  
577 têm o direito de receber por parte da nossa Universidade. Então, peço um  
578 esclarecimento quanto ao porquê de não terem sido chamados os movimentos

579 sociais. A própria Universidade conta com Núcleo de Consciência Negra, conta  
580 com uma série de movimentos sociais que têm esse tema como sua principal  
581 discussão. A própria Frente Pró-Cotas, que tem a ver com a defesa de cotas  
582 raciais em todas as Universidades Estaduais Paulistas, mas eles não estão  
583 aqui, infelizmente. Gostaria de saber por que não foram chamados, já que  
584 houve um compromisso por parte desse Conselho de que quando fôssemos  
585 discutir acesso, eles estariam aqui para nos ajudar a tomarmos as decisões  
586 corretas. Isso não está acontecendo nesse momento. Acredito que isso precisa  
587 ser colocado a todo conjunto do Conselho Universitário, para podermos  
588 entender por que o compromisso anteriormente firmado não foi cumprido. Por  
589 último, quero reafirmar que não acredito que este Conselho, sem a presença  
590 dos companheiros e companheiras, que durante a vida toda lutaram e  
591 discutiram os temas de acesso à Universidade, de cotas sociais, de cotas  
592 raciais em especial, tem condições de pensar no melhor, não apenas para  
593 nossa Universidade, mas também para o conjunto da sociedade paulistana e  
594 brasileira, em especial, da juventude negra e pobre que, infelizmente, em sua  
595 ampla maioria, não está nem nessa Universidade e em nenhuma outra. Então,  
596 encerro pedindo que isso seja colocado de maneira clara, explicando por que o  
597 compromisso firmado anteriormente não foi posto em prática no dia de hoje.”

598 **M. Reitor:** “Quero fazer dois esclarecimentos, porque, aparentemente, o  
599 conselheiro está mal informado. Em primeiro lugar, não houve compromisso do  
600 Reitor de trazê-los para o processo decisório, o que houve - e isto reafirmo - e  
601 já foi feito, é ouvi-los no encaminhamento deste processo. Portanto, para  
602 esclarecimento de que isso já foi feito, peço ao Pró-reitor de Graduação que  
603 esclareça ao conselheiro.” **Cons. Antonio Carlos Hernandez:** “Na reunião do  
604 Conselho de Graduação anterior ao que aconteceu no dia 18, o qual foi  
605 temático, com certo período de tempo para discutir, convidamos uma estudante  
606 de pós-graduação, do Movimento Ocupação Preta, uma servidora do ICB, da  
607 Consciência Negra e uma aluna de graduação, que não tenho certeza de qual  
608 unidade. Foram os três que estiveram e, juntamente com a FUVEST, ficamos  
609 discutindo por duas horas no Conselho de Graduação. Todos tiveram  
610 oportunidade de falar, fazer apresentação e todos os *slides* apresentados,  
611 especialmente pela estudante de pós-graduação, foram encaminhados a todos  
612 os presidentes CGs para que, antes da reunião do dia 18, tivessem as

613 informações que foram apresentadas, para que pudessem ser discutidas.”

614 **Cons. João Cyro André:** “Quero fazer três observações rápidas. A primeira

615 diz respeito ao teto salarial da USP, que desde janeiro de 2015 passou a ser de

616 R\$ 21.631,00, que é o salário do Governador. O que é interessante é que, para

617 a carreira de Procuradores do Estado, esse salário, que é fixado por Lei

618 Federal, está em R\$ 30.471,00. Portanto, o salário referência dos professores é

619 de dois terços do valor do Procurador do Estado, então temos dentro da nossa

620 Universidade, procuradores que recebem um valor bastante superior. Acho que

621 há uma certa assimetria no tratamento dessa questão. No que diz respeito ao

622 teto salarial no funcionalismo federal, a Lei nº 13.091 fixou um salário de R\$ 33

623 mil como teto. Não sei qual é o redutor para os professores federais, mas

624 admitindo que seja 90%, seria um teto de R\$ 30 mil. Logo, existe uma

625 defasagem muito grande entre o teto dos professores federais e dos

626 professores estaduais. Sei que a Reitoria desenvolve algumas atividades, mas

627 entendo que, como membro desse Conselho Universitário, devo trazer para

628 dentro dessa Casa o reforço para que essa ação continue sendo desenvolvida.

629 É claro que, no momento de austeridade dentro da Universidade, isso possa

630 parecer um contrassenso. Entendo que será necessário um tempo para

631 resolver essa questão e espero que, nesse tempo, tenhamos nossas contas

632 equacionadas, de modo que isso não aflija ainda mais a questão orçamentária

633 da Universidade de São Paulo. Segundo item que gostaria de falar, entendo

634 que a fala do Professor Adalberto na manifestação da COP foi extremamente

635 importante, no sentido de fixar um limite de R\$ 988 milhões como aquele limite

636 de uso da reserva financeira da Universidade. É muito importante que essa

637 meta seja perseguida e, mais do que isso, que seja efetivamente executada.

638 Que esses R\$ 988 milhões sejam o limite superior, porque, caso contrário,

639 teremos problemas extremamente sérios para o ano que vem, já que o saldo

640 das reservas projetadas para o ano que vem será de R\$ 936 milhões. Portanto,

641 se continuarmos da mesma forma, não conseguiremos ter recursos para

642 cumprir um orçamento para o próximo ano, a não ser com um corte severo da

643 parte de custeio. Desta forma, temos R\$ 936 milhões para o ano que vem,

644 pode ser que haja alguma mudança em função de investimentos, etc. A última

645 questão é sobre a PEC da Bengala. Vou ler uma frase do Ministro Celso de

646 Mello: 'Acho que será importante estender ao restante do funcionalismo e

647 aproveitar o elevado grau de experiência e maturidade profissional dos  
648 servidores públicos dos três poderes da República. Ganha com isso o interesse  
649 público'. Entendo que esse Conselho Universitário deve se manifestar  
650 claramente sobre a conveniência ou não de se solicitar ao Governo do Estado,  
651 ao Órgão ou ao Governo Federal, a extensão dessa mudança, de 70 para 75  
652 anos da participação, à Universidade. Quero dizer que há 15 anos atrás vi  
653 colegas meus saindo da Universidade na plenitude de sua capacidade  
654 produtiva, intelectual, de poder compartilhar com outros colegas da  
655 Universidade suas experiências. Tenho a impressão de que devemos nos  
656 manifestar de forma muito clara a respeito desse assunto. Finalmente, quanto à  
657 fala do M. Reitor, há muito tempo venho dizendo que todo jovem tem direito ao  
658 ensino superior. Fico feliz com essa fala e creio que ela deve ser reverberada  
659 dentro desse Conselho Universitário. Quero dizer também que o sistema  
660 universitário paulista é um sistema fantástico, que oferece, por meio das três  
661 universidades estaduais, mais o Centro Paula Souza, oportunidades  
662 excepcionais para toda a juventude paulista, e também de fora de São Paulo. E  
663 acho que, quando olhamos a situação do ensino superior, esse olhar deve  
664 considerar todo o sistema público paulista e não exclusivamente a USP. Cada  
665 um com seu papel, conforme a definição de suas missões, definidas por este  
666 Conselho e pelo Estado de São Paulo. Finalizando, quero dizer, até em função  
667 da discussão sobre cotas, que o sistema de bônus que tem sido feito na  
668 Universidade de São Paulo, apesar de não ser reconhecido no Governo  
669 Federal, é um sistema extremamente valioso. Fizemos testes em relação aos  
670 dados da Fuvest e entendemos que a lâmina de corte, se for um pouco mais  
671 grossa, ou seja, um aluno que entra com meio ponto a mais ou a menos, não  
672 muda seu desempenho dentro da Universidade. Então, o bônus representa  
673 uma solução na Universidade de São Paulo, que é diferente, mas é muito  
674 importante. Finalmente, uma opinião de caráter pessoal, entendo que esse  
675 bônus deve ter, principalmente, um caráter socioeconômico." **M. Reitor:** "Dois  
676 comentários. Obrigado pelas suas manifestações. Infelizmente, o sistema de  
677 ensino superior no Estado de São Paulo ainda não atende a todos os jovens  
678 paulistas. De fato, ele atende apenas, se incluirmos as três universidades, mais  
679 o Paula Souza, alguma coisa que é menos do que 10% de todos os jovens que  
680 terminam o ensino secundário no Estado de São Paulo hoje. Portanto, estamos

681 muito longe dessa meta, e grande parte disso está sendo suprido pelo ensino  
682 privado, que sabemos em que condições ele é desenvolvido na sua maioria.  
683 Claro que existem instituições privadas de elevada qualidade, e com grande  
684 parte com financiamento do Estado Brasileiro, que no momento se encontra em  
685 crise. Então, temos uma situação muito nebulosa para todo o ensino  
686 universitário do país, e no Estado de São Paulo também. Por isso, é necessário  
687 que entendamos muito bem qual é nossa missão como Universidade dentro do  
688 Estado de São Paulo, juntamente com as outras duas Universidades Estaduais  
689 Paulistas. Com relação ao teto salarial, há a necessidade de dizer, em primeiro  
690 lugar, que o teto para o funcionalismo público estadual é estabelecido por  
691 emenda constitucional; no Estado de São Paulo, é Constituição do Estado.  
692 Mudar significa mudar a Constituição, e todos sabem que temos um problema  
693 político muito difícil para ser resolvido nos próximos meses. Todos são  
694 convidados a dar ideias e a participar. A questão dos salários dos  
695 procuradores, a Professor Maria Paula poderia explicar.” **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria**  
696 **Paula Dallari:** “A explicação é breve. Esse limite é fixado na Constituição  
697 Federal, a mesma regra, o artigo 37, inciso XI da Constituição Federal, que fixa  
698 o limite no âmbito do Estado, como teto, o salário do Governador cria uma  
699 regra específica para os membros do Judiciário, Ministério Público,  
700 Procuradorias e Defensoria Pública. Então, a USP segue rigorosamente o  
701 artigo 37, inciso XI e o parágrafo 12. Não há alternativa de procedimento  
702 diverso.” **Cons. João Cyro André:** “Em nenhum momento quis discutir a  
703 legalidade, a correção da decisão. A decisão está absolutamente correta.  
704 Quero dizer que existe uma simetria dentro da Universidade que é insuportável  
705 para essa Universidade.” **M. Reitor:** “Certo, mas é preciso que todos saibam as  
706 bases disso para saber contra o que estamos lutando.” **Cons.<sup>a</sup> Neli Maria**  
707 **Paschoarelli Wada:** “O esclarecimento que gostaria de pedir para a  
708 Professora Maria Paula é no sentido de saber se isso vale também para os  
709 procuradores que não prestaram concurso público para a Procuradoria Geral,  
710 mas sim prestaram concurso apenas para a Universidade. Gostaria dessa  
711 explicação, pois também é uma questão muito levantada entre os  
712 trabalhadores, entre os funcionários.” **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Paula Dallari:** “A  
713 Constituição não excepciona. A Procuradoria tem alguns cargos em comissão,  
714 esses cargos são preenchidos hoje por pessoas plenamente habilitadas, e o

715 tratamento remuneratório não distingue uma situação da outra. A única  
716 distinção que existe é que esses que ocupam cargo em comissão poderão ser  
717 exonerados a qualquer momento.” **Cons. Oswaldo Baffa Filho:** “Em relação  
718 ao teto salarial, quero apenas dar uma informação. Existe um movimento de  
719 vários docentes que começou na Unicamp e na Unesp, no sentido de  
720 subscrever um abaixo assinado para se começar a construir um dossiê que  
721 pudesse ser levado às diversas instâncias que podem modificar essa questão,  
722 provavelmente a Assembleia Legislativa. Esse documento começou nessas  
723 duas Universidades e se tinha uma visão muito pequena da USP. Fomos  
724 contatados pelo pessoal da UNICAMP e a Professora Ana Lanna e eu  
725 participamos de reuniões com esse grupo. Pediria a todos que visitassem a  
726 página da ADUNICAMP, por questões operacionais o documento está  
727 crescendo bastante e a ADUNICAMP está ajudando com a operacionalização.  
728 Lá está o texto, é preciso mandar um e-mail para subscrever, eles não querem  
729 coisas automáticas no site, pois preferem algo mais documentado. Esse é o  
730 primeiro passo. Esse grupo tem se reunido, tem corrigido informações, tem  
731 conversado com alguns deputados, é uma questão difícil, sem ter um sinal  
732 verde do Palácio dos Bandeirantes não conseguiremos progredir, mas existem  
733 ações sendo feitas. De forma que peço a todos que visitem o site e, se  
734 concordarem, subscrevam o documento. Pode ser qualquer docente, qualquer  
735 trabalhador, porque não tem só docente nessa questão.” **Cons.ª Julia Machini**  
736 **de Miranda:** “Quero colocar que desde o começo do ano passado, o conjunto  
737 estudantil tem estado muito preocupado com os rumos da Universidade como  
738 um todo. Desde que ficamos sabendo que existia uma crise orçamentária, o  
739 próprio processo de reforma do Estatuto, que acho que não tem sido claro para  
740 o conjunto dos estudantes e para a comunidade universitária como um todo,  
741 mas acho que no que temos nos debruçado muito ao longo desse processo é  
742 sobre qual o projeto de Universidade que temos construído aqui dentro. E  
743 penso que, para os estudantes, um ponto principal tem sido de que a  
744 Universidade precisa se popularizar e, ao mesmo tempo, se enegrecer,  
745 inclusive como uma questão de democracia do acesso dentro da Universidade,  
746 porque nosso entendimento tem sido de um processo pouco democrático para  
747 as pessoas e jovens da sociedade, como um todo. Inclusive, muitos não  
748 conseguem ver isso como um horizonte para a sua vida. Infelizmente, o projeto

749 que nos foi apresentado hoje não representa o conjunto dos estudantes,  
750 mesmo nós tendo tentado iniciativas pela via institucional, como é o caso da  
751 Comissão de Graduação, que foi citada aqui. Acredito que esse projeto, tirando  
752 a EACH, reserva somente 21 vagas para estudantes PPI - Pretos, Pardos e  
753 Indígenas - e acho que como a comunidade universitária tem reivindicado isso -  
754 não só estudantes, sou da FFLCH e lá também foi votado na Congregação  
755 sobre haver cotas raciais na Universidade - e, infelizmente, o projeto que tem  
756 hoje pouco muda o retrato social da Universidade, pois sabemos que muitos  
757 estudantes de escola pública que entram hoje na USP são estudantes de  
758 ETECs e escolas técnicas, que não necessariamente são estudantes de renda  
759 baixa. E, para além disso, acho que a Universidade tem passado por um  
760 momento que vai na contramão da permanência, principalmente. Houve cortes  
761 de bolsas, a questão das creches, que tem preocupado bastante, porque várias  
762 estudantes que são mães acabam não podendo ir para suas aulas por não  
763 terem onde deixar seus filhos. Mas, também, quanto a questão da igualdade,  
764 tanto de gênero, racial, de sexualidade, porque muitos estudantes se  
765 encontram muito sozinhos nessa condição. Acho que os casos que  
766 aconteceram, tivemos uma CPI que apurou, mas ainda foram pouco resolvidos  
767 e todas essas coisas preocupam muito os estudantes. Nesse sentido,  
768 queremos reivindicar - enquanto conjunto dos representantes discentes - que  
769 essa proposta que foi apresentada hoje pudesse ser discutida mais  
770 amplamente, que houvesse um debate maior, porque acho que os estudantes,  
771 em geral, não têm contato com essa proposta que estamos vendo hoje. Eu,  
772 pelo menos, estou vendo pela primeira vez nesses moldes e acho que é  
773 necessário colocarmos um debate mais amplo para a comunidade universitária  
774 e, ao mesmo tempo, reivindico também o que já foi colocado, que tenham  
775 pessoas do movimento negro da Universidade, que possam também ajudar no  
776 processo decisório, porque nenhum de nós sabe como é a situação da pessoa  
777 que vive isso. Então, essa é a reivindicação dos representantes discentes, que  
778 adiemos essa votação.” **Cons. Antonio Marcos de Aguirra Massola:** “Venho  
779 hoje para trazer uma notícia apenas, mas em primeiro lugar, gostaria de  
780 parabenizar o M. Reitor pela iniciativa do tema de hoje da Fuvest. Acho que  
781 tudo começa com uma primeira vontade, a sequência são outras vontades que  
782 podemos introduzir na Universidade de forma bem objetiva e realista. A USP

783 deve mostrar sempre a sua presença nessas áreas, sobretudo na educação, é  
784 isso que considero e parabenizo a Reitoria por esse fato no dia de hoje. A  
785 segunda coisa que quero comentar é quanto à explicação oferecida pelo  
786 Professor Adalberto, sobre a nossa situação. Ela está bem controlada, digamos  
787 assim, sob o ponto de vista financeiro, existe muita coisa para fazer, existem  
788 muitas ações que ainda devemos ter, perseguir aquela meta do déficit é  
789 absolutamente indispensável e isso já tinha sido falado na reunião, onde  
790 comentamos sobre os benefícios, não do aumento salarial, mas do ajuste  
791 salarial, e isso ficou muito claro naquela ocasião. E o Professor João Cyro  
792 levantou aqui a situação de que temos de perseguir isso e ele falou isso  
793 naquela mesma ocasião. Então, acho que isso tem que ser uma coisa que  
794 deve caber a cada um dos dirigentes universitários, na sua discussão com seus  
795 pares, mostrando o que devemos fazer, porque é algo esquisito. Muitas vezes  
796 falamos coisas aqui, vamos às nossas reuniões de congregação, de conselhos,  
797 passa uma situação de como devem ser feitas as coisas e logo no dia seguinte,  
798 vem um professor e pede contratação de funcionário; ou seja, não entenderam  
799 nada. É uma coisa interessante, não sei como produzir novos funcionários em  
800 uma situação como a que estamos vivendo aqui hoje. Não dá. A terceira coisa  
801 é que a Escola Politécnica e também a Escola de Engenharia de Lorena, e  
802 agora estamos motivando também a Escola de Engenharia de São Carlos, e  
803 nossa outra congênere de Engenharia, que é a ESALQ, no sentido de  
804 implementarmos cada vez mais o nosso escritório de relacionamento com as  
805 quatro, digamos assim, escolas de engenharia da Universidade de São Paulo.  
806 O programa do escritório de relacionamento está no presente momento muito  
807 interessante, fabuloso mesmo. Temos participado de feiras com uma  
808 quantidade enorme de estudantes de escola de nível médio, que vão lá discutir  
809 o assunto, procurar ter as informações necessárias para participar de um  
810 vestibular. Nessa semana, assumimos um desafio que a Professor Maria  
811 Arminda nos deu. Ela teria que fazer as feiras das profissões nos *campi* do  
812 interior e nós assumimos o compromisso de executar esse programa. E esse  
813 programa se inicia agora nos dias 25 e 26 p.f.. A Poli e a Engenharia de Lorena  
814 já participaram de outros eventos, como na feira do CIEE, por exemplo, com  
815 uma participação espetacular, a presença da mídia. A Poli ganhou muitos  
816 pontos nessa situação e acredito que devemos continuar com todas as

817 unidades da Universidade. Tem coisas que não é possível fazer, estão fora do  
818 nosso alcance, mas aquilo que importa aos nossos docentes e funcionários, e  
819 mesmo aos nossos alunos, vê-los vestirem a camisa dessa Universidade é  
820 espetacular, vale a pena investir nisso. E quem está falando isso não é um  
821 docente qualquer, é um aposentado que ainda tem força e vontade para  
822 levantar as coisas dessa Universidade.” **M. Reitor:** “Obrigado, Professor  
823 Massola. Quero aproveitar para cumprimentar a Escola de Engenharia de  
824 Lorena e a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, por realizarem a  
825 Feira das Profissões lá. Esta é uma das grandes iniciativas da Universidade de  
826 São Paulo que contribui enormemente para a aproximação da Universidade  
827 com a sociedade. No ano passado, apesar das restrições e das  
828 tentativas de evitarem que a Feira fosse feita, ela foi realizada com enorme  
829 sucesso, tanto no que diz respeito ao nosso *Campus*, como no *campus* da USP  
830 Leste.” **Cons.<sup>a</sup> Dulce Helena de Brito:** “Vou ler uma representação, mas antes  
831 quero falar, enquanto mulher negra e mãe de um garoto de 18 anos que almeja  
832 entrar nessa Universidade. Mais uma vez fomos excluídos, mais uma vez,  
833 enquanto negros, não existimos. Isso, para mim, basta para vocês refletirem. E  
834 quero deixar só uma pergunta. Por que não discutir cotas? Se essa  
835 Universidade se propõe a mudar, seja aos poucos, seja da forma que for, então  
836 vamos sentar frente a frente, com transparência e vamos conversar. Não  
837 somos loucos, não somos idiotas, muito menos ignorantes. Passo à leitura do  
838 manifesto. 'Abaixo a perseguição aos lutadores em defesa das cotas raciais e  
839 da educação pública na USP. No dia 14 de abril, ocorreu na USP a reunião do  
840 Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação da Universidade, para  
841 tratarmos das mudanças no Estatuto da Universidade de São Paulo. Tais  
842 mudanças partem do tardio reconhecimento, pela Reitoria, do enorme desgaste  
843 de sua estrutura de poder universitária, que se mantém inalterada há décadas,  
844 através da qual a USP mantém seu caráter autoritário, antidemocrático e  
845 notadamente racista. Sem perceber com isso, que não é possível explicar o  
846 fato de que em um país com 50% da população negra, apenas 7% de seus  
847 estudantes sejam negros, enquanto entre os terceirizados, a esmagadora  
848 maioria é negra. Foi para mudar essa terrível realidade que trabalhadores e  
849 estudantes protestaram no local onde ocorria a referida reunião, exigindo, entre  
850 outras reivindicações, que a Reitoria recebesse uma comissão de estudantes e

851 trabalhadores negros, que portavam um documento solicitando a implantação  
852 das cotas raciais na USP, e que esse tema fosse pauta da reunião do  
853 Conselho Universitário. A resposta da Reitoria não foi apenas se recusar mais  
854 uma vez a discutir cotas raciais na USP, mesmo após a aprovação da Lei nº  
855 12.711/2012, que institui cotas raciais e sociais no ensino superior, mas se  
856 recusou até em receber a representação dos estudantes e trabalhadores  
857 negros, e passou a perseguir, ameaçar, com processos administrativos,  
858 criminais e judiciais dos ativistas, dirigentes sindicais e estudantis, entre os  
859 quais já consta o processo na 42ª Vara do Trabalho de São Paulo, pedindo a  
860 demissão do funcionário Marcelo (Pablito), trabalhador negro e diretor da  
861 Secretaria de Negros do Combate ao Racismo, do Sintusp, por lutar junto aos  
862 estudantes e trabalhadores, em defesa de cotas raciais e da educação pública  
863 no referido dia. Essas medidas se somam às constantes ameaças de  
864 desalojamento do Núcleo da Consciência Negra e à militarização da  
865 Universidade, ameaça de despejo da população negra das comunidades do  
866 entorno da USP, revelando mais uma vez o profundo autoritarismo e o caráter  
867 antipopular, elitista e racista da Reitoria dessa Universidade. Por exposto,  
868 acima nós assinamos, nos manifestamos contrários à perseguição dos  
869 estudantes, trabalhadores e professores que lutam em defesa das cotas raciais  
870 da Universidade. Exigimos a retirada imediata de processos administrativos,  
871 criminais e judiciais contra lutadores. Abaixo ao racismo. Cotas raciais já.  
872 Secretaria de Negros e Negras no Combate ao Racismo do Sintusp.' Apenas  
873 quero completar, somos negros, temos orgulho e somos muito fortes." **M.**  
874 **Reitor:** "Cabem esclarecimentos. Em primeiro lugar, é necessário que ninguém  
875 se esqueça e que não transformem em heróis pessoas que desrespeitaram o  
876 Regimento e o Estatuto deste Conselho, e que desrespeitaram a dignidade  
877 deste Conselho. Eles não podem ser transformados em lutadores e heróis. O  
878 Conselho Universitário da Universidade de São Paulo foi ultrajado, foi invadido.  
879 Eu, a Professora Maria Arminda e a senhora Renata saímos abraçados sob  
880 ameaça de agressão pessoal. Isso não pode ser aceito, isso não é parte da  
881 vida democrática, isso é agressão; e com agressores não se negocia, aplica-se  
882 aquilo que as leis determinam. Então, continuaremos em um processo de  
883 discussão democrática. A questão do acesso à Universidade de São Paulo é  
884 um ponto de honra que eu mantereirei e farei com que seja discutido dentro da

885 legalidade, respeitando as diferenças de opinião, respeitando a visão de cada  
886 uma das Unidades a respeito da vida e do futuro dessa Universidade. Isso será  
887 respeitado aqui. E cabe a mim, como autoridade maior da qual estou investido  
888 neste momento, fazer com que isso valha. O Conselho Universitário não será  
889 desrespeitado e todas as vezes que ele o for, haverá medidas disciplinares  
890 contra aqueles que desrespeitaram, não ao Reitor, não ao Vice-Reitor, não  
891 àqueles que estão à Mesa, mas que desrespeitaram a autoridade maior da  
892 Universidade que é o seu Conselho Universitário. Esta é a primeira correção  
893 que precisa ser feita. A segunda é mais grave, porque envolve, não vou dizer  
894 mentira, porque é uma palavra muito desagradável, mas envolve uma  
895 desinformação muito grave. No momento em que ocorreu essa agressão ao  
896 Conselho Universitário, a Professora Maria Paula Dallari, o Professor  
897 Drugowich e o Professor Waldyr Jorge estavam reunidos - e tenho foto  
898 demonstrando isso - com quatro estudantes que estavam com eles negociando  
899 e passando os documentos. Portanto, eles foram tão surpreendidos quanto  
900 nós. Eles, que estavam negociando, sabem que na hora que receberam o  
901 aviso de que o Conselho havia sido invadido, os próprios estudantes que eram  
902 porta-vozes do movimento negro, se sentiram surpresos com a atitude  
903 daqueles que, como disse uma conselheira, que o Conselho tinha de ser  
904 invadido porque o que ia ser votado não interessava ao Sindicato. Então, é  
905 uma desinformação grave trazida neste momento a este Conselho e que  
906 precisa ser reparada. E a terceira desinformação grave é de que o Núcleo de  
907 Consciência Negra sofre pressão para ser desalojado. Isso me agride  
908 pessoalmente, porque em março do ano passado, em uma reunião na Tenda  
909 Ortega y Gasset, da qual participei em uma discussão aberta com estudantes  
910 que estavam chegando à Universidade, houve a queixa de alguém do  
911 movimento negro de que eles estavam sofrendo ameaças para serem  
912 desalojados, e eu me comprometi em público que eles não seriam desalojados  
913 até que houvesse um lugar digno para serem acolhidos. E é isso que tenho  
914 conversado com bastante frequência com o Professor Nakao, Superintendente  
915 do Espaço Físico, na busca por um espaço digno para o qual possa se  
916 transferir o Núcleo de Consciência Negra, porque aquele lugar que está é  
917 inóspito e, além do mais, precisa ser desocupado, mas não sob pressão,  
918 estamos negociando isso. Portanto, essa também é uma desinformação que

919 peço que o Conselho desconsidere o que foi dito.” **Cons. Bruno Sperb Rocha:**  
920 “Pedi a palavra para me referir à audiência pública que está acontecendo hoje  
921 na ALESP e votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Antes vou ser  
922 obrigado a me referir à fala que o Reitor acabou de fazer. Não há formalidade  
923 que vá permitir garantir que a Reitoria da USP ou seja quem for, consiga  
924 convencer sequer uma pequena parcela da sociedade, da opinião pública, da  
925 comunidade universitária, dos estudantes da USP no seu conjunto, dos  
926 funcionários da USP no seu conjunto, sequer dos professores da USP no seu  
927 conjunto, de que aqueles que estão sendo processados - e nesse momento há  
928 particularmente um processo em relação ao dia 14, contra um diretor do  
929 Sintusp, que é responsável pela Secretaria de Negros, Negras e Combate ao  
930 Racismo, e um processo contra três representantes discentes referente à  
931 reunião anterior, mas particularmente, em relação à reunião do dia 14, por  
932 enquanto esse processo contra um diretor do Sindicato - de que se trata de  
933 agressores, criminosos, de que não são lutadores, de que não fosse uma  
934 manifestação política e de que o que aconteceu não seja reflexo da tensão  
935 social em torno do enorme racismo estrutural da Universidade de São Paulo.  
936 Não há formalidade, Regimento, Estatuto, reunião que estivesse acontecendo  
937 em outra sala, quando a reivindicação do movimento era que os representantes  
938 fossem recebidos pelo Conselho Universitário, e todos sabem disso, extração  
939 que se faça de maneira descontextualizada da declaração de tal ou qual diretor  
940 sindical ou ativista em tal ou qual jornal a respeito da pauta daquela reunião.  
941 Todo mundo sabe e é muito evidente que a questão ali posta em xeque é - e é  
942 a mesma de hoje, diga-se de passagem - a indisposição absoluta por parte de  
943 toda a administração dessa Universidade de discutir a necessidade de  
944 democratizá-la racialmente e de discutir cotas raciais. A reserva não significa  
945 bônus, não significa mais meio ponto, significa a reserva de vagas para  
946 estudantes pretos, pardos ou indígenas. A indisposição de discutir isso e a  
947 tensão social em torno disso é o que está por trás do que aconteceu. Os  
948 manifestantes que estavam ali eram, evidentemente, manifestantes políticos,  
949 não agressores, não criminosos. Não há, e faço questão de dizer, ninguém que  
950 tenha sido individualmente agredido. O que aconteceu foi uma manifestação  
951 política. Dito isso, vou falar sobre o tema pelo qual pedi a palavra. Vou deixar,  
952 inclusive, minhas manifestações a respeito do tema de hoje, sobre ingresso,

953 para a ordem do dia, para abertura da discussão do assunto. Pedi a palavra  
954 agora para dizer que assistimos a uma apresentação da Comissão de  
955 Orçamento e Patrimônio e o Reitor, em seguida, parabenizou a todos pelos  
956 esforços que todos estão fazendo. Quero rejeitar essa parabenização. Não é  
957 um esforço que eu ou os funcionários de um modo geral estejam fazendo, estar  
958 passando - e essa é a proposta da Reitoria - pelo terceiro ano com os  
959 benefícios alimentícios congelados. Estamos vendo o que a própria COP  
960 apontou em termos de inflação. Se for considerar a inflação nos alimentos, não  
961 fiz essa conta, mas tenho certeza que passa de 30% a inflação dos alimentos  
962 ao longo desses três anos, e se considerar os dois últimos anos e o próximo,  
963 provavelmente passe de 40%. Significa que mais de um terço da alimentação  
964 dos trabalhadores que precisam desses vales para se alimentar, não recebem  
965 salários no teto constitucional, se alimentam com esses benefícios, não fiz a  
966 conta, mas provavelmente estão tendo mais de um terço da capacidade de  
967 alimentação cortada com essa proposta. O PIDV, que está sendo vendido  
968 como a solução dos problemas, está significando o fechamento de mais de  
969 40% dos leitos de UTI e é cada vez mais forte a ameaça de desvinculação  
970 desse hospital e sua passagem para a iniciativa privada. Nada disso é um  
971 esforço que estejamos fazendo e que aceitamos parabenização em relação a  
972 isso, porque se trata de abrir todas as contas da Universidade, abrir os dados  
973 das contas da Universidade, das fundações, das empresas terceirizadas, os  
974 dados brutos, os canhotos dos talões de cheque, para que todos possam ver  
975 qual é a origem dessa crise. E trata-se também de buscar sim mais recursos,  
976 mas não através de aportes na iniciativa privada, como foi proposto, que  
977 significa fazer com toda a USP o que já estão fazendo com o HU e outros  
978 setores: vender a Universidade para empresas que venham aportar e,  
979 pagando, escolher o que será pesquisado, produzido e ensinado aqui dentro.  
980 Trata-se de buscar mais recursos públicos. E aí encerro, propondo que esse  
981 Conselho Universitário apresente uma moção à Assembleia Legislativa do  
982 Estado de São Paulo, pelo aumento do repasse de verbas. Por já ter encerrado  
983 o tempo, não poderei entrar nos detalhes sobre qual a proposta do Fórum das  
984 Seis em relação a isso, qual a proposta que os Reitores têm assinado desde o  
985 ano passado em relação a isso, mas o fato é que haja o aumento de verbas. E  
986 que cessem os descontos que têm acontecido nos últimos anos, de alíneas

987 como alimentação, nota fiscal paulista, juros da dívida ativa, que nos últimos  
988 dois anos resultam no repasse de R\$ 1 bilhão a menos para as três  
989 universidades, que o repasse seja calculado sobre o total do produto do ICMS,  
990 e que essa cota seja aumentada. Genericamente, assim tem sido o acordo e  
991 quero propor que saia uma moção do Conselho Universitário à ALESP pelo  
992 aumento do repasse e que o repasse seja calculado sobre o total do produto do  
993 ICMS.” **Cons. Vinicius Curti Cícero:** “Estou representando a Chapa USP  
994 Nova. Quero agradecer, apesar da maioria dos discentes não estarem aqui,  
995 pela votação. Nossa chapa teve um quarto dos votos para as eleições de  
996 representantes discentes. Vencemos em algumas Faculdades, como a Escola  
997 Politécnica, a Faculdade Medicina e na FEA também. A USP Nova está hoje  
998 com três cadeiras aqui no Co, além de mim, os conselheiros André e Mateus.  
999 Gostaria de apresentar um pouco do que vamos tentar buscar no Conselho,  
1000 junto com os senhores conselheiros. Acho que na nossa votação, os  
1001 estudantes expressaram seu interesse em quê? Melhorar na segurança dentro  
1002 do *Campus*, não apenas na Cidade Universitária em São Paulo, mas também  
1003 no interior, na EACH e em outros locais. Queremos que nosso ambiente  
1004 universitário esteja com uma segurança razoável, que possamos ter conforto  
1005 em nosso ambiente de estudo e de convívio. Segundo ponto, acho que vale  
1006 frisar que a USP retomou sua posição de melhor Universidade da América  
1007 Latina, retomando seu ponto de excelência acadêmica, acho que vale a pena  
1008 parabenizar a atuação, e que continuemos sendo sim o ponto principal em  
1009 relação às universidades da América Latina. Por isso penso que vale destacar  
1010 que devemos estar sempre buscando a excelência acadêmica. Em relação à  
1011 nossa crise financeira, falarei um pouco diferente do que o colega disse a  
1012 pouco, eu e nossos companheiros - André e Mateus e também toda a nossa  
1013 chapa, inclusive as pessoas que votaram em nós, os alunos que estamos  
1014 representando - temos uma visão um pouco diferente do que se pode fazer  
1015 para consertar a situação que a Universidade de São Paulo se encontra hoje  
1016 em relação à sua crise financeira. Acho que as melhores universidades do  
1017 mundo, de excelência acadêmica inquestionáveis, como Harvard, entre outras,  
1018 apesar de não serem públicas - ou serem parcialmente, ou seja, possuem outro  
1019 esquema de financiamento - precisamos incentivar, como está sendo feito na  
1020 Escola Politécnica, como é feito na FEA e na Faculdade de Medicina,

1021 investimento privado dentro dessa Universidade. Não podemos nos livrar de  
1022 uma crise sem ter dinheiro de empresas ou pessoas que queiram nos ajudar.  
1023 Estamos aqui para sermos ajudados, para criarmos pessoas que vão liderar  
1024 diversas empresas e talvez, porque não, a política desse país e organizações  
1025 internacionais. Acho que é necessário que aceitemos e discutamos isso para  
1026 toda a Universidade, para que não fique só em faculdades, em pontos restritos.  
1027 Quero também pontuar que hoje temos uma pauta importantíssima, como disse  
1028 o Reitor em suas palavras iniciais. A discussão do SiSU como método de  
1029 ingresso na Universidade é uma discussão muito importante, então peço a  
1030 todos que participem disso, estaremos participando junto, não apenas nós três,  
1031 mas também todos os representantes discentes de outras chapas, para passar  
1032 o que vemos como opinião dos discentes. Não podemos ter uma opinião muito  
1033 clara, até porque tomamos posse hoje como representante e o material só nos  
1034 foi divulgado hoje, então precisaríamos estudar mais isso. Mas vale dizer que  
1035 todos os alunos da Universidade, não só de graduação como pós-graduação,  
1036 têm um interesse muito grande nessa pauta. Portanto, que discutamos muito e  
1037 que possamos chegar a uma solução interessante a todos e que possa fazer o  
1038 bem para a Universidade e para o Estado de São Paulo, pois essa  
1039 Universidade é sim um ponto não só para o nosso Estado, mas um ponto para  
1040 o país e para a América Latina.” **M. Reitor:** “Agradeço pelas manifestações, há  
1041 dois pontos que valem a pena ressaltar e que interessam a toda Universidade.  
1042 Primeiro é a questão da segurança. Obviamente, há opiniões muito conflitantes  
1043 de como este assunto tem de ser conduzido de maneira prática, ou seja, quais  
1044 são as estruturas e o resultado que queremos. O resultado nós sabemos, é a  
1045 tranquilidade, a segurança pessoal, segurança da vida e da propriedade.  
1046 Essencialmente, é isso que buscamos. Devo dizer que a Reitoria, sob a  
1047 condução direta da Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São  
1048 Paulo e a Superintendência de Segurança, fez um projeto de um plano de  
1049 segurança para a Universidade, que envolve uma ação inovadora da Polícia  
1050 Militar do Estado, que é o chamado policiamento comunitário. Obviamente isso  
1051 só funciona se houver a participação de todos os interessados, ou seja, não é  
1052 uma intervenção externa na Universidade, é algo que tem de ser construído  
1053 com a participação dos interessados - docentes, servidores e estudantes.  
1054 Então, o que posso fazer nesse momento é convocar a todos que participem

1055 desse processo, que poderá resultar em uma estrutura que nos dê mais  
1056 proteção e que conte com a participação de todos. Com relação à crise  
1057 financeira, quero pedir que se esqueçam de crise. Não há crise, o que há é que  
1058 a Universidade passou por um desequilíbrio financeiro intenso no último ano e  
1059 que, progressivamente, a Reitoria, em cooperação com o Conselho  
1060 Universitário, estão assumindo o controle dessa situação. Então, temos muito  
1061 bem mapeado, com muita clareza, como a COP tem trazido a todas as  
1062 reuniões, as informações necessárias para que todos possamos nos manifestar  
1063 sobre os mecanismos de controle, para que voltemos a ter um equilíbrio  
1064 financeiro tranquilo. Por enquanto, ainda precisamos ser muito cautelosos, mas  
1065 não temos o risco de morte imediata na semana que vem. Temos que tomar  
1066 cuidado com nossas reservas, temos que estruturar nossos gastos, focalizando  
1067 naquilo que são as atividades fim da Universidade. E é para isso que,  
1068 novamente, dependemos da cooperação de todos do Conselho Universitário.  
1069 Vamos passar, então, à parte dois, que é a ordem do dia.” A seguir, a Cons.<sup>a</sup>  
1070 Neli Maria Paschoarelli Wada se manifesta, fora do microfone, pedindo uso da  
1071 palavra. O **M. Reitor** explica que o tempo de 90 minutos para o expediente,  
1072 previsto no Regimento, já se esgotou. Ato seguinte, o M. Reitor passa à **Parte**  
1073 **II – Ordem do Dia. CADERNO I – CONCURSO VESTIBULAR DE 2016. 1.**  
1074 **PROCESSO 2015.1.369.1.9 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Cons.**  
1075 **Antonio Carlos Hernandez**: “Meu relato será breve, apenas para dizer como o  
1076 processo foi conduzido e a decisão do Conselho de Graduação, no último dia  
1077 18. Desde o ano passado, foi estimulado a todos os membros do Conselho de  
1078 Graduação que levassem para suas Unidades - além da Comissão de  
1079 Graduação, especificamente - a discussão das formas alternativas de ingresso,  
1080 que foi apresentada em fevereiro de 2014 a este Conselho Universitário, como  
1081 Diretrizes Gerais da Pró-reitoria de Graduação. O processo caminhou e no final  
1082 do ano encaminhamos um ofício aos diretores, para todas as unidades, para  
1083 que fizessem a primeira sugestão sobre formas alternativas de ingresso. As  
1084 respostas chegaram, nós as compilamos, isso se tornou uma proposta da Pró-  
1085 Reitoria de Graduação, que foi encaminhada às Unidades, com a vertente já  
1086 definida de alguns pontos. Primeiro, a decisão institucional de priorizar alunos  
1087 oriundos de escola pública. Segundo, o limite de vagas para ingresso no SiSU  
1088 de até 30% e que, nesse ano - próximo ano do vestibular - teríamos a primeira

1089 etapa para ter a segunda porta, ou seja, além do vestibular da Fuvest,  
1090 passaríamos a ter somente o SiSU, e todas as outras propostas encaminhadas  
1091 fariam parte desse processo de discussão, que iniciamos em janeiro, e outras  
1092 formas alternativas de ingresso. No ofício encaminhado aos senhores  
1093 Diretores, foi deixado claro todo esse processo e, também, que estamos em  
1094 uma fase de processo de institucionalização de formas alternativas de  
1095 ingresso; essa é somente a primeira etapa. Na reunião, uma vez com o retorno  
1096 das Unidades, da proposta, cada unidade decidiu exatamente no sistema  
1097 federativo, não fizemos nenhum trabalho específico, todas as Unidades  
1098 decidiram qual era a opinião da Congregação e qual foi a decisão da  
1099 Congregação a respeito disso e, o que fizemos foi apenas estabelecer esses  
1100 parâmetros. Dentro disso, a proposta que está aqui e que foi apresentada ao  
1101 Conselho de Graduação no dia 18, teve aprovação da maioria dos membros  
1102 presentes, com duas abstenções. Das 42 Unidades, somente sete não  
1103 aderiram ao SiSU, dentre elas devemos acrescentar aquelas as quais a Pró-  
1104 Reitoria de Graduação entendeu, nesse momento, que a Universidade não  
1105 tinha condições de realizar as provas específicas. Trata-se da Faculdade de  
1106 Arquitetura e Urbanismo, o Instituto de Arquitetura e Urbanismo e a Escola de  
1107 Comunicações e Artes. Então, entre as 39 demais, somente sete não aderiram.  
1108 Sobre o número de vagas, também foi respeitado o que cada Unidade decidiu  
1109 para cada curso. Temos a tabela em que vemos que há na mesma unidade  
1110 cursos com vagas destinadas e cursos que não tem vagas destinadas. Mais do  
1111 que a Unidade em si, também foi respeitado o que a Unidade quis para cada  
1112 curso. Isso foi estabelecido. De forma que, na reunião, essa somente foi uma  
1113 decisão da consolidação das propostas de todas as Unidades. Ainda na  
1114 reunião de quinta-feira, por solicitação, isso foi deixado para que até hoje às 10  
1115 horas, as Unidades que tivessem interesse, que aderiram ao SiSU e que  
1116 quisessem fazer alguma troca do formato de ingresso, ou seja, se o aluno a se  
1117 inscrever seria só de escola pública, ou seria de escola pública e PPI, ou de  
1118 ampla concorrência, pois isso não ficou muito claro; por isso deixamos até hoje,  
1119 às 10 horas, para que as Unidades pudessem novamente enviar as sugestões  
1120 para a Pró-Reitoria. E isso, se aprovado pelo Co - espero que seja -, fará parte  
1121 do plano de adesão com o Ministério da Educação. Tivemos 1.499 vagas das  
1122 11.057, destinadas ao SiSU; dessas, 127 são os chamados PPI's, e as demais

1123 estão entre escola pública e ampla concorrência, o que acabei somando  
1124 somente agora. Na reunião do Conselho de Graduação, fomos bastante claros  
1125 e convidamos a todos que estavam os presentes para que o processo que  
1126 ocorreu especialmente nesse primeiro momento na Universidade, ou seja, as  
1127 congregações todas, em maior ou menor grau, discutiram o que nós julgamos  
1128 ser prioritário, que é discutir a questão do ingresso na Universidade. Isso foi  
1129 feito em todas, não deixei de receber a resposta de nenhuma Unidade,  
1130 independente do teor dessa resposta, e agradeço a todos vocês. Deixamos  
1131 muito claro a todo o tempo que o mais importante era a manifestação e a  
1132 discussão dentro das Unidades, e tentar fazer com que a discussão se  
1133 ampliasse. E esse processo de discussão continua a partir do segundo  
1134 semestre, da mesma maneira que fizemos. Na reunião estavam presentes  
1135 alguns dos movimentos, isso foi assumido, demos o primeiro passo, esse  
1136 primeiro passo tem que seguir a cada ano fazendo a discussão, inclusive, para  
1137 saber se vamos ter, além do SiSU e da Fuvest, algum outro mecanismo ou  
1138 não. Quem vai decidir é a Universidade de São Paulo. O Conselho de  
1139 Graduação está bastante tranquilo, porque realizou o trabalho de ouvir a todos,  
1140 consolidar os resultados e depois refletir sobre eles. Esse foi o trabalho e  
1141 agradeço a todos que conduziram tudo isso brilhantemente em suas  
1142 Unidades.” **Cons. Enrico Lippi Ortolani**: “A Congregação da Faculdade de  
1143 Medicina Veterinária e Zootecnia discutiu amplamente este tema e entendeu  
1144 que a nossa Unidade deveria contar com 10% das vagas do Sistema SiSU. Um  
1145 dos motivos principais é que quando recebemos um aluno e o devolvemos à  
1146 sociedade, um dos motivos primordiais que se espera é a formação técnico-  
1147 acadêmica nas mais diversas áreas que essa Universidade oferece. Outro  
1148 ponto essencial é que não queremos apenas entregar esse nosso egresso  
1149 mais tecnificado, mas ele tem que sair, acima de tudo, mais culto e com uma  
1150 visão humanística mais profunda. Entendemos que a Universidade é  
1151 fundamental para aumentar a cidadania do egresso e, acima de tudo, o grau de  
1152 brasilidade, que muitas vezes é esquecido. Gostaria de comentar que na minha  
1153 turma de graduação, há algumas décadas, 20% dos estudantes da FMVZ eram  
1154 de outros estados e 40%, aproximadamente, eram estudantes do interior do  
1155 Estado de São Paulo; e os demais 40% eram da grande metrópole. Hoje, 85%  
1156 dos estudantes são da grande metrópole, apenas 15% dos estudantes, boa

1157 parte deles, do interior do Estado de São Paulo e um mínimo de outros  
1158 Estados. Ou seja, hoje o nosso aluno perdeu essa noção de brasilidade, algo  
1159 que conseguíamos, no decorrer de cinco anos, era trocar informações e  
1160 aprender com aquele colega que estava ao nosso lado. Hoje, essa  
1161 Universidade faz o seu processo vestibular apenas no Estado de São Paulo, de  
1162 certa forma, auxiliando esse tipo de seleção, principalmente nos grandes  
1163 centros. Entendemos, na Congregação da FMVZ, que o processo do SiSU -  
1164 logicamente, selecionando os melhores alunos, para que nunca baixe nossa  
1165 qualidade - é um avanço. E entendemos que, nesse momento, em um  
1166 processo inicial, isso deve permanecer em torno de 10%. Nessa discussão,  
1167 creio que temos que ver qual é a nossa missão na formação do nosso egresso:  
1168 se simplesmente queremos contar com egressos provenientes de áreas mais  
1169 próximas da Universidade, ou se pensamos no Brasil como um todo.  
1170 Certamente, este processo, no meu ver, será algo bastante positivo para  
1171 aumentar o senso de brasilidade e humanidade desse egresso que queremos  
1172 devolver à sociedade." **Cons. Marcos Nogueira Martins:** "Quero me  
1173 manifestar para explicar a posição do Instituto de Física, que havia se  
1174 manifestado favoravelmente à participação no SiSU anteriormente e que,  
1175 conforme podem observar, está fora da lista este ano. Ficamos de fora não  
1176 porque achamos que o SiSU seja ruim ou não devemos participar, muito pelo  
1177 contrário. Acontece que detectamos um problema de *time*. Consideramos  
1178 infeliz a aprovação da inclusão do SiSU para ingresso na USP alguns dias  
1179 após o encerramento das inscrições para o ENEM. Uma vez que é o exame do  
1180 ENEM que é considerado para classificação no SiSU e aqueles alunos que se  
1181 propõem a entrar, única e exclusivamente, na Universidade de São Paulo, ele  
1182 sabe que o ENEM é irrelevante e não precisam se inscrever. Então, aquele  
1183 aluno que quer entrar na USP e resolveu não fazer o ENEM, certamente vai se  
1184 sentir traído com a parte das vagas sendo deslocadas para o SiSU. Por essa  
1185 razão, resolvemos não aderir ao SiSU para este vestibular de 2016.  
1186 Consideramos que o SiSU é importante, é um processo que dá uma  
1187 abrangência nacional ao vestibular, ao contrário do vestibular da FUVEST, que  
1188 é regional, apesar de considerar que o exame do ENEM é muito inferior ao  
1189 exame da FUVEST, mas como a abrangência é maior e o número de  
1190 candidatos é muito superior, consideramos que deve ser um processo,

1191 realmente, relevante para a Universidade melhorar os seus quadros discentes.  
1192 É por essa razão que o Instituto de Física está de fora." **M. Reitor:** "Fico triste,  
1193 mas fico satisfeito, porque isto quer dizer que no próximo ano a Unidade estará  
1194 participando." **Cons. Benedito Honório Machado:** "Quero cumprimentar a  
1195 Administração e todas as Congregações, porque ainda que os números sejam  
1196 aparentemente pequenos, 13,5% das nossas vagas do vestibular estarão  
1197 vinculadas ao SiSU. Pessoalmente, e também minha Congregação, estamos  
1198 convencidos de que é um grande passo para a Universidade. E estou de pleno  
1199 acordo com as palavras do Conselheiro da FMVZ. Não só nos abrimos para os  
1200 estudantes de todo o Brasil - e até do ponto de vista de reciprocidade, do ponto  
1201 de vista de uma atitude republicana; todos nós que temos filhos, sobrinhos ou  
1202 jovens da família que fazem vestibular pelas universidades federais pelo  
1203 ENEM, pelo Brasil afora. Portanto, a integração da Universidade de São Paulo  
1204 no Sistema Público Federal, seguramente é bom para São Paulo, é bom para a  
1205 USP e, especialmente, é muito melhor para todo o Brasil. Portanto, acho que  
1206 isso é um passo gigantesco, ainda que concorde com a representação  
1207 discente, de que os números são modestos, mas em se tratando de uma  
1208 Universidade como a USP, que todos nós sabemos de suas tradições e de seu  
1209 conservadorismo, uma senhora de 81 anos tomar uma atitude como essa, é  
1210 radical. E, nesse cenário, penso que temos que aprovar esta Resolução. No  
1211 contexto geral, quero manifestar, em nome da minha Congregação, favorável a  
1212 essa Resolução. Entendo que esta discussão foi bem conduzida no âmbito das  
1213 Congregações e estou seguro de que nos próximos meses e anos ela deva ser  
1214 ampliada. Isso é até uma sugestão ao Magnífico Reitor, que além das  
1215 Congregações, todos os movimentos sociais, especialmente das Cotas, sejam  
1216 considerados. Esta é uma questão que, na Congregação da FMRP,  
1217 particularmente, defendo - as cotas raciais na Universidade. Mas fui voto  
1218 vencido, perdi, mas nem por isso mudei de ideia. Acho que devemos persistir  
1219 nesta discussão no âmbito Universidade, mas democraticamente. Respeito a  
1220 opinião dos meus colegas da Congregação, que votaram majoritariamente à  
1221 escola pública, no caso das vagas vinculadas ao SiSU, o que é bastante  
1222 afirmativo e entendo que tem que ser valorizado. Agora, esta discussão  
1223 continua, e acho que é neste cenário que temos a perspectiva de que, no  
1224 futuro, todas as vagas da Universidade sejam preenchidas através do Sistema

1225 SiSU. E vamos ter a experiência ao longo dos próximos anos, de aperfeiçoar  
1226 esse Sistema e essa discussão. Esta é minha consideração geral. Com relação  
1227 à Resolução, que já declarei que votarei favoravelmente, em sintonia com a  
1228 minha Congregação, tenho duas questões que solicito esclarecimento à  
1229 Administração ou ao Pró-reitor de Graduação. A mais importante, considero o  
1230 artigo 3º da Resolução, parágrafo 2º, onde a USP faculta às Unidades optar,  
1231 exclusivamente, pelas modalidades descritas nos itens 'a', 'd' e 'e', excluindo as  
1232 alternativas 'b' e 'c', que têm o caráter sócio econômico, que é a questão da  
1233 renda familiar abaixo de um salário (mínimo) e meio. Nesse contexto, gostaria  
1234 de um esclarecimento e, também, que os itens fossem contemplados,  
1235 especialmente à luz do que disse o M. Reitor, principalmente se levarmos em  
1236 conta os imposto que nos mantém - o ICMS - que é seguramente o imposto  
1237 social mais injusto que existe, porque são aqueles que ganham menos que  
1238 pagam proporcionalmente mais pelo ICMS dos produtos de primeira  
1239 necessidade. Além disso, um segundo ponto, não menos importante, é em  
1240 relação ao artigo 2º, no parágrafo único, no qual são muito vagas, no meu  
1241 entendimento, as expressões 'privilegiando, sempre que possível, o resultado  
1242 do Concurso Vestibular'. Acho que esse 'privilegiando' e 'sempre que possível'  
1243 abre possibilidades absolutamente imprevisíveis. Penso que uma resolução  
1244 como essa deveria ser um pouco mais precisa, no sentido de situar  
1245 especificamente o que significará esse 'privilégio' do concurso vestibular, ainda  
1246 que seja relacionado a esses 13% de vagas destinadas ao SiSU." **Cons.**  
1247 **Antonio Carlos Hernandes:** "Vou começar pela primeira colocação. Os itens  
1248 'a', 'd' e 'e', que significam: 'AC' - ampla concorrência -, L3 e L4 - escola pública  
1249 e PPI - nós decidimos, no Conselho de Graduação e nas várias discussões,  
1250 que o melhor era seguir o rito mais próximo possível da Fuvest. De forma que  
1251 foi uma decisão tomada no sentido de que com 'escola pública' fazemos a  
1252 bonificação e com PPI, trouxemos isso para não entrar em outras discussões,  
1253 que poderiam colocar tudo a perder. Entendemos que isso era um primeiro  
1254 passo e que seria melhor tomar essa decisão. Com relação ao parágrafo único,  
1255 ele é somente uma garantia, que espero que não seja aplicado em nenhum  
1256 momento. Temos 1.499 vagas colocadas no Sistema - vamos imaginar - e  
1257 suponhamos que sobrem vagas, por exemplo, suponhamos que sobrem 9  
1258 vagas; da forma como foi discutido e aprovado, essas vagas não entrariam na

1259 lista de espera do SiSU, mas voltariam para o concurso vestibular da Fuvest, o  
1260 que é chamado, no documento, de 'Concurso Vestibular'. Imaginamos que isso,  
1261 de fato, não deva acontecer exatamente por causa do nosso número de vagas,  
1262 que é pequeno. Isso é uma maneira legal de deixar previsto o que poderemos  
1263 fazer, caso aconteça." **M. Reitor**: "Talvez valha a pena esclarecer o mais  
1264 crítico, que é o *caput* do artigo 1º, que diz: 'A seleção de candidatos à matrícula  
1265 inicial dos cursos de graduação da USP, no ano de 2016, se dará por:' Então,  
1266 toda esta Resolução se aplica a este nosso próximo vestibular, porque,  
1267 certamente, muitas das coisas que hoje estamos fazendo aqui serão revistas e  
1268 reformuladas para o ano seguinte. Mas então já teremos a experiência de um  
1269 ano." **Cons. Antonio Carlos Hernandez**: "É exatamente isso." **Cons.ª Neli**  
1270 **Maria Paschoarelli Wada**: ""Estou reiterando minha fala, porque ela ficaria  
1271 fora de contexto. Em respeito a este Conselho Universitário, gostaria de pedir  
1272 respeito, porque quem pede respeito tem que se dar ao respeito." **Cons. Pedro**  
1273 **Bohomoletz de Abreu Dallari**: "Diferentemente dos colegas que me  
1274 antecederam, quero manifestar meu desconforto com esta proposta de  
1275 Resolução. Tive oportunidade de trocar ideias com o Professor Hernandez,  
1276 quando me antecipei à minha avaliação. A Universidade vive um grande  
1277 momento, mesmo com toda a crise que estamos vivendo, as realizações vão  
1278 se dando e isso se reflete nos *rankings*. E imaginava que este pudesse ser  
1279 mais um momento em que a Universidade pudesse se dirigir à sociedade  
1280 brasileira de uma maneira muito politicamente, institucionalmente e  
1281 socialmente adequada, ao acolher o SiSU e ao passar a seguinte mensagem:  
1282 todo jovem, toda jovem, no Brasil pode ter a chance de ingressar na  
1283 Universidade de São Paulo. A USP é a Universidade mais importante do país,  
1284 da América Latina, uma das mais importantes do mundo, e não importa onde  
1285 viva o jovem brasileiro, ele tem a chance de ingressar na USP. E a resolução  
1286 que estamos votando não permitirá ao Reitor fazer este anúncio à sociedade  
1287 brasileira. Para começar, parece-me absolutamente inadequado que uma  
1288 matéria desta natureza seja tratada de uma forma fracionada pelas Unidades,  
1289 como está ocorrendo. Isto envolve a política institucional de relacionamento da  
1290 Universidade de São Paulo com a sociedade, não é matéria da alçada  
1291 exclusiva de cada Congregação, não envolve especificidades acadêmicas,  
1292 como a grade curricular ou a carga de estágio, isto envolve a relação da USP

1293 para a sociedade, e nós não estamos produzindo uma política da Universidade  
1294 de São Paulo. O que fizemos foi uma política de fracionamento, abstendo-se a  
1295 Universidade de ter uma posição e gerando uma resolução que contém, na  
1296 diversidade das decisões adotadas pelas Congregações, posições diversas,  
1297 antagônicas e que geram perplexidade. De forma que há Unidades que adotam  
1298 o SiSU por critério exclusivo de ampla concorrência, no caso da ESALQ e  
1299 Instituto de Química, negando-se a adotar a possibilidade de reservar vagas  
1300 para alunos oriundos da escola pública ou pretos, pardos e indígenas. É como  
1301 se essas escolas então, comparativamente àquelas que adotaram esses  
1302 critérios, entendessem que não é o caso de estimular alunos de escolas  
1303 públicas e pretos, pardos e indígenas; é como se fossem contrários, pelo  
1304 critério de ampla concorrência. Há escola no sentido oposto, que adotaram o  
1305 SiSU - e falo com tranquilidade, porque é o caso da minha Unidade, onde fui  
1306 voto vencido - com 100% de vagas para a escola pública, o que pode parecer  
1307 algo generoso, mas não é, porque é uma regra que oculta uma política - até  
1308 involuntária, tenho certeza, pelos que optaram por ela - xenófoba, porque é  
1309 evidente que as vagas de escolas públicas são preenchidas, basicamente, por  
1310 alunos oriundos das regiões sul e sudeste do Brasil, onde as escolas públicas  
1311 são melhores. Então, aquela diretriz que nos falava o Diretor da FMVZ, de que  
1312 haverá o aumento do coeficiente de brasilidade, não é verdade. Na própria  
1313 Unidade dele, todas as vagas foram reservadas para alunos de escolas  
1314 públicas. Nós estamos excluindo, portanto, cerca de dois milhões de jovens  
1315 brasileiros de escolas privadas do norte e do nordeste do Brasil, que poderiam  
1316 entrar na Universidade de São Paulo, que não vão entrar por conta de uma  
1317 diretriz xenófoba, que acabou sendo adotada. Há Unidades então - embora o  
1318 nosso Pró-reitor de Graduação queira minimizar, são Unidades muito  
1319 importantes e grandes - que não adotaram o SiSU: a Escola Politécnica (EP), a  
1320 Faculdade de Medicina (FM), a Faculdade de Economia, Administração e  
1321 Contabilidade (FEA). Portanto, é relevante o número de Unidades que, então,  
1322 não gostam de ninguém, nem dos pretos pobres e nem dos nordestinos e  
1323 nortistas. De forma que estamos sem política, a Universidade de São Paulo  
1324 está sem discurso que o Reitor possa usar na relação com a sociedade.  
1325 Portanto, entendo que o ideal seria adotarmos a orientação da própria Lei  
1326 Federal que regula a utilização do SiSU nas Faculdades Federais, que é

1327 metade das vagas de ampla concorrência, a outra metade das vagas para  
1328 escola pública e dessa metade destinada a alunos da escola pública, um  
1329 percentual para pretos, pardos e indígenas. Isto permitiria, então, que a  
1330 Universidade, adotando uma regra comum, tivesse um discurso único, que nos  
1331 permitisse contemplar a perspectiva de incorporação de brasileiros de todo o  
1332 país à USP, inclusive com grande ganho de qualidade para a Universidade e  
1333 permitiria contemplar a cláusula social, a cláusula racial e faria com que a USP  
1334 tivesse um ganho no relacionamento com a sociedade. Temo que com esta  
1335 resolução, o Magnífico Reitor fique incapacitado de explicar por que as  
1336 Unidades da USP tiveram uma conduta diversa e que enseja uma leitura de  
1337 preconceito, de xenofobia, do jeito que está na resolução." **M. Reitor:** "Vamos  
1338 chegar a um acordo com relação à condução da reunião. Temos 12 inscritos,  
1339 ou seja, 60 minutos de discussão, antes de passarmos ao processo de  
1340 votação. Desta forma, pediria que fossem contidos. Não vou evitar que  
1341 ninguém fale, mas vamos adotar o princípio da economia, onde se não precisa,  
1342 não vamos falar; não vamos repetir opiniões, porque a opinião não fica mais  
1343 clara ou convincente se é repetida numerosas vezes. Vamos entrar em um  
1344 acordo, não vou caçar a palavra de ninguém, mas vamos limitar as inscrições,  
1345 porque com mais uma hora de discussões leva a reunião até as 18 horas."

1346 **Cons.<sup>a</sup> Marcela Silva Carbone:** "Gostaria de reivindicar a fala do Conselheiro  
1347 que me antecedeu e quero, inclusive, partir do gancho que ele colocou de que  
1348 a maioria das universidades federais adotam o critério de cotas raciais. Mais  
1349 uma vez, gostaria de começar com uma reflexão: a USP, que na minha  
1350 opinião, deveria ser ponta de lança da inovação nesse país, justamente por ser  
1351 a melhor universidade da América Latina, hoje se mostra a vanguarda do  
1352 atraso nesse país, principalmente no que tange à discussão de cotas raciais.  
1353 Penso que o que está acontecendo aqui hoje - a discussão desta proposta do  
1354 SiSU, entre outras coisas - é a prova de que a Universidade procura a cada dia  
1355 mais formas de se negar a discutir o tema de cotas raciais. A Comissão de  
1356 Graduação, de fato, recebeu os quatro estudantes para discutir as propostas,  
1357 isso é verdade, isso aconteceu. No entanto, a proposta de cotas raciais não  
1358 está representada na reunião de hoje. E nós, enquanto representantes  
1359 discentes, não poderemos votar nesta proposta. As Congregações que se  
1360 posicionaram a favor de cotas raciais não poderão votar nesta proposta.

1361 Concordo e ressalto a questão do Conselheiro Pedro Dallari, que diz que essa  
1362 discussão não se refere somente às Congregações desta Universidade, mas  
1363 ao conjunto da sociedade. Todas as Congregações de fato foram ouvidas, se  
1364 posicionaram, a discussão aconteceu, mas a discussão com os movimentos  
1365 sociais, com os setores da sociedade, essa discussão não houve. Não houve  
1366 discussão com o conjunto dos funcionários e com os estudantes da  
1367 Universidade. Nesse sentido, gostaria de fazer uma proposta sincera, honesta  
1368 e gostaria que ela fosse escutada. Minha proposta é a seguinte: reafirmo a  
1369 sugestão de não votarmos isso hoje, pelo critério de que isso não foi discutido  
1370 no conjunto dos movimentos sociais e reivindico que façamos um novo  
1371 Conselho Universitário que garanta a presença da Frente Pró-Cotas do Estado  
1372 de São Paulo, do Movimento Ocupação Preta, do Núcleo de Consciência  
1373 Negra e da Secretaria de Negros e Negras do Sintusp. Pode ser através de um  
1374 representante ou de outra maneira, mas que de fato ocorra essa discussão e  
1375 esses setores possam ser ouvidos, para que então possamos discutir o tema  
1376 do acesso como ele, de fato, deve ser discutido. Gostaria, por último, de fazer  
1377 uma colocação bastante dura, mas que se faz necessária. Na minha opinião, a  
1378 Universidade de São Paulo tinha que fazer o oposto do que hoje o Congresso  
1379 Nacional está fazendo. A USP, enquanto instituição pública, deveria dizer para  
1380 a juventude negra que ela tem que estar aqui dentro, se formando enquanto  
1381 sujeitos críticos que serão o futuro desse país, e não que o futuro da juventude  
1382 negra tem que ser as cadeias, como a proposta de redução da maioria  
1383 penal. Porque é impressionante que em um momento em que o futuro da  
1384 juventude negra esteja em discussão no país todo, a Universidade de São  
1385 Paulo se nega a discutir cotas raciais, para dar uma perspectiva de futuro para  
1386 essa juventude. O índice de violência, de fato, está bastante alto, porque os  
1387 defensores da redução da maioria penal se apoiam nessa discussão, mas a  
1388 juventude negra é a maior vítima desse índice altíssimo de violência e é por  
1389 isso que mais do nunca a juventude negra tinha que estar nas escolas e nas  
1390 universidades, e deveríamos ter responsabilidade com relação a isso. A  
1391 Universidade deve contemplar o conjunto da população desse país, que é, em  
1392 sua maioria, negra." **Cons. José Otávio Costa Auler Júnior: (aparte à fala do**  
1393 **Cons. Pedro Dallari)** "Gostaria de cumprimentar o Conselheiro Pedro Dallari e  
1394 falar sobre a questão que ele mencionou. A questão que foi dita por ele próprio

1395 e por muitos, uma das riquezas da nossa Universidade é a sua pluralidade, a  
1396 sua diversidade e a discussão de ideias, portanto, entendo que o primeiro  
1397 ponto é respeitar a especificidade das Unidades e dos cursos. Um curso de  
1398 Medicina, com todo respeito, é diferente de um curso de Artes, de Música ou  
1399 de Engenharia. Por outro lado, todos desejamos a inclusão social, todos nós  
1400 queremos incluir. O Brasil está nesse movimento contido, mas temos que  
1401 lembrar que toda vez que nós queremos incluir, precisamos pensar em um  
1402 aspecto fundamental, que é a permanência estudantil. Vou informar algo a  
1403 todos: a Fundação Faculdade de Medicina gasta, em apoio aos estudantes da  
1404 Faculdade de Medicina, mais de R\$ 1 milhão por ano - só em apoio estudantil:  
1405 casa de estudantes com apartamentos, subsídio alimentar, bolsas, bolsas para  
1406 o exterior, bolsas internas, enfim, uma série de custos. E o custo da cidade de  
1407 São Paulo é elevado. Incluir, sim, mas não podemos esquecer nunca da  
1408 permanência estudantil, caso contrário ocorre a evasão. Por fim, sobre o  
1409 INCLUSP, nós do Conselho Universitário, em outra gestão, colocamos três  
1410 pontos fundamentais: o primeiro é estudar a amplificação dos bônus, incluindo  
1411 a questão das cotas sociais e de raça, cor, etc.; segundo, ampliar o processo  
1412 de embaixadores nas escolas públicas; e, por fim, um cursinho aberto -  
1413 proposta da Prof.<sup>a</sup> Telma - para os melhores estudantes dos vestibulares, que  
1414 não conseguiram acesso à Universidade. Tenho a impressão - e debatemos  
1415 muito isso na nossa Congregação - de que o INCLUSP ainda está bastante  
1416 jovem, precisa ser aprimorado e melhor estudado e, em segundo, a questão da  
1417 permanência estudantil. Todos nós somos favoráveis à inclusão social, mas  
1418 queremos que o estudante entre e tenha um ambiente adequado, digno e  
1419 favorável para completar os seus estudos." **Cons. João Cyro André: (aparte à**  
1420 **fala do Cons. Pedro Dallari)** "Não se discutem as ideias no sentido de rejeitá-  
1421 las de plano. O que me parece absolutamente equivocado por parte do  
1422 Conselheiro Pedro Dallari, se bem entendi o que ele falou - e se não entendi  
1423 peço desculpas antecipadamente -, é a afirmação 'a Escola Politécnica não  
1424 gosta de PPI'. Creio que isto seja algo que constará nas gravações e peço que  
1425 o Conselheiro retire esta observação, porque isso não desqualifica sua fala  
1426 conceitual, que deve ser considerada por esse Conselho. O que desqualifica,  
1427 do meu ponto de vista e como representante da Escola Politécnica, é o fato de  
1428 ele dizer que a Escola Politécnica não gosta de PPI. Simplesmente isso."

1429 **Cons. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari:** "Não é que a Escola Politécnica  
1430 não goste de pretos, pardos e indígenas, não gosta de pobres também. Não é  
1431 que ela não gosta, o que eu quis dizer foi que a interpretação que se pode ter,  
1432 no momento em que algumas Unidades aqui representadas adotam reservas  
1433 de vagas para escola pública e reservas de vagas para pretos, pardos e  
1434 indígenas e outras unidades não adotem, sem que se possa compreender  
1435 qualquer argumento de natureza acadêmica que justifique essa diferença -  
1436 pode ser uma argumentação de natureza política, ideológica, econômica, mas  
1437 não acadêmica - isto permitirá que as pessoas tirem essa conclusão. Evidente  
1438 que eu não penso daquela forma, mas essa diferenciação gera essa  
1439 interpretação, porque como é que vai se explicar por que as unidades da USP  
1440 têm posições tão diferentes, se não é por uma razão de política ou de  
1441 ideologia, já que não é por uma razão acadêmica, porque não estamos  
1442 discutindo aqui questão acadêmica. Tenho clareza - não quero polemizar - que  
1443 essa minha posição é divergente da posição da maioria, que eu respeito, não  
1444 tenho problema com isso; mas, sinto-me na obrigação, enquanto membro  
1445 desse Conselho, de fazer essa reflexão com os colegas, com a maior  
1446 transparência e honestidade. E digo com clareza que fui, inclusive, derrotado  
1447 na minha Congregação; nem lá consegui convencer os meus colegas, que  
1448 entendem que deveriam se adotar 100% das vagas somente para escolas  
1449 públicas. Argumentei com eles que isso significa excluir dois milhões de jovens  
1450 que todo ano, vindos de escolas privadas, inscrevem-se para o SiSU e que  
1451 poderiam vir para a USP, e aqueles que defenderam 100% para escola pública,  
1452 inclusive na minha Unidade, estão dizendo que eles não podem entrar na USP,  
1453 a não ser que façam o vestibular da Fuvest. Quantos fazem vestibular da  
1454 Fuvest? 150 mil por ano? E nós estamos excluindo dois milhões nesse  
1455 processo. E eu lamento, porque o que gostaria é que o Reitor pudesse dizer  
1456 esta palavra de ordem: 'todo jovem brasileiro pode ter a chance de ingressar na  
1457 Universidade de São Paulo'. Esta seria a nossa contribuição para o país, mas  
1458 eu respeito. Não tenho nenhum problema, vivi na vida pública a minha vida  
1459 inteira, portanto lido muito bem com a diversidade e com a minoria. Tenho  
1460 muito respeito pelos colegas da Escola Politécnica, meu avô materno foi  
1461 professor da EP na década de 40, portanto tenho enorme respeito. O que quis  
1462 foi alertar para o tipo de especulação que se vai fazer. Esse é o tipo de

1463 argumentação que vão fazer. Perguntarão para a Poli por que ela não quer  
1464 ninguém do SiSU?" **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** "Também  
1465 participo desta discussão e da próxima votação com um certo sentimento de  
1466 frustração, que tem vários níveis. O primeiro deles é que a minha Unidade está  
1467 fora, em 2016, da possibilidade de uma seleção via SiSU, em que pese o fato  
1468 de que, reiteradamente, manifestou o seu apoio à proposta e o seu desejo de  
1469 integrar este experimento da Universidade, em 2016. O Professor Hernandez já  
1470 esclareceu, somos uma das carreiras que tem uma prova de habilidade  
1471 específica e se entendeu que não seria possível, neste momento, adequar ou  
1472 viabilizar um processo de duas provas de habilidades específicas ou resolver  
1473 como considerar os valores das provas de habilidades específicas da Fuvest  
1474 no SiSU, enfim, é uma pena. Quero, também, esclarecer que falo de uma  
1475 Unidade que tem um único curso de graduação que está entre as quinze  
1476 carreiras mais procuradas da Universidade, que tem uma procura de 30  
1477 candidatos por vaga e, portanto, a decisão da nossa Congregação e do nosso  
1478 Conselho da Comissão de Graduação no sentido da adesão ao SiSU não teve,  
1479 em nenhum momento, a perspectiva de ampliar o acesso. Estou absolutamente  
1480 convencido de que, para além das vantagens que possa significar o fato de que  
1481 a USP contará com a participação de alunos melhor qualificados, ou no país  
1482 inteiro, o grande mérito, a grande vantagem dessa proposta é assumir um  
1483 primeiro passo. Modesto, na minha perspectiva, mas um primeiro passo no  
1484 sentido de incorporar a USP de maneira definitiva ao Sistema Nacional de  
1485 Educação Superior. Temos a obrigação de fazê-lo. Temos a obrigação de fazer  
1486 com que a nossa excelência não seja patrimônio exclusivo, que se retro e se  
1487 auto alimenta. A contribuição da USP é uma contribuição para o Estado de São  
1488 Paulo, para o desenvolvimento do país, mas, sobretudo, para aquilo que é  
1489 estratégico para o desenvolvimento deste país. O aprimoramento constante,  
1490 permanente, enfático, prioritário sobre o sistema educacional deste país, sem o  
1491 qual - a experiência internacional nos mostra - ele não conseguirá realizar os  
1492 seus projetos de desenvolvimento. Essa é a razão pela qual venho aqui  
1493 defender - e vou votar nesta proposta, em que pese a frustração individual de  
1494 que minha Unidade não participa agora, pese ao fato de que ainda não  
1495 estamos assumindo com clareza a perspectiva de uma proposta de inclusão  
1496 mais clara, mais enfática, no sentido do privilegiamento dos frequentadores da

1497 escola pública desse país. Acho que faço parte da última geração de pessoas  
1498 formadas nesse país que tinha orgulho de estudar em escola pública E acho  
1499 que a Universidade de São Paulo tem uma responsabilidade, no sentido de que  
1500 em algum momento esse sentimento de orgulho de ter se formado na escola  
1501 pública volte a incorporar o patrimônio de pessoas nascidas, crescidas e  
1502 formadas nesse país. Acho que temos a responsabilidade, sim, de colocar com  
1503 mais clareza e abertura a discussão das cotas raciais. Penso ser  
1504 imprescindível que consideremos que a aprovação que defendo desta proposta  
1505 seja entendida no que ela realmente significa, um primeiro passo, uma  
1506 declaração de intenções da Universidade, de que está disposta a continuar a  
1507 realizar a discussão da inclusão e, sobretudo, assumir que a perspectiva de  
1508 inclusão não é uma perspectiva que coloque contra a ideia do mérito. Não há  
1509 nenhuma experiência na universidade brasileira, até hoje, desde o início da  
1510 aplicação do sistema de cotas, seja cotas por fator econômico, seja cotas  
1511 raciais, que indique que, na perspectiva de continuidade, a qualidade do  
1512 ensino, ou da formação, reduziu. Entendo que ao votar esta proposta estamos  
1513 mais do que aprovando este passo modesto, mas importantíssimo, na medida  
1514 que signifique o compromisso da Universidade em continuar, de maneira mais  
1515 aberta, democrática e corajosa, levando adiante esta sua responsabilidade."

1516 **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Somo-me às intervenções feitas pela maior parte  
1517 dos representantes discentes, tanto no que diz respeito ao conteúdo como ao  
1518 que diz respeito à moção para que isto não seja colocado em votação hoje, e  
1519 aos fundamentos dessa moção. Compromisso ou não - entendam como  
1520 quiserem - da parte do Reitor, o fato é que a ata que aprovamos da reunião do  
1521 dia 14 p.p. faz constar que o Reitor, na ocasião, justificando o não recebimento  
1522 de representantes do Movimento Negro naquela reunião do Conselho  
1523 Universitário, em função do Regimento do Conselho, disse: 'sinto-me  
1524 completamente a vontade para que, no dia em que trazer a discussão da  
1525 questão de acesso à Universidade, convidar representantes de diferentes  
1526 tendências com relação ao pensamento da entrada na Universidade de São  
1527 Paulo'. Não quero fazer nenhuma discussão formal se isso é ou não um  
1528 compromisso, se é a ruptura de um compromisso e se isso justificaria não  
1529 colocar em votação hoje. O que justifica não colocar em discussão hoje é a  
1530 necessidade de que isso aconteça. Agora, não só a necessidade de que

1531 representantes das diferentes tendências de pensamento sobre a questão do  
1532 acesso à USP - e do Movimento Negro em particular - participassem de uma  
1533 discussão no Conselho Universitário sobre essa proposta do SiSU; muito mais  
1534 do que isso, porque a questão é que a tensão social que existe em função do  
1535 elitismo e do racismo da Universidade provoca é que seja apresentada esta  
1536 proposta, como uma forma de evitar o debate sobre as cotas raciais. Essa é a  
1537 questão. Por isso que discordo da intervenção do Conselheiro Carlos Martins,  
1538 para além de como ele reconhecer essa proposta como insuficiente e muito  
1539 modesta; não a reconheço como um passo no sentido de que se possa  
1540 avançar para implementar cotas raciais ou uma proposta equivalente, essa  
1541 proposta é o contrário disso; ela não é um passo nesta direção, é uma tentativa  
1542 de aliviar a tensão e a enorme falta de legitimidade no que diz respeito a esse  
1543 tema do elitismo e do racismo no acesso à Universidade de São Paulo, que a  
1544 própria Universidade tem frente à opinião pública. Essa é a questão. Por isso,  
1545 somo-me à moção para que isto não seja colocado em votação hoje e por isso,  
1546 se for colocado em votação hoje, serei obrigado a votar contra, porque não só  
1547 não é a posição dos trabalhadores da Universidade, que estamos aqui  
1548 apresentando, como vai na contramão dela. Para fazer constar em ata,  
1549 defendemos não só as cotas - nós, digo os trabalhadores como categoria por  
1550 resolução congressual - mas, particularmente as cotas proporcionais à  
1551 população do Estado; porque a Lei Federal faz valer esta proporção somente  
1552 sobre uma metade das vagas reservadas para a escola pública, mas nós  
1553 defendemos que esta proporção deve incidir sobre o total das vagas das  
1554 universidades. E reconhecemos que, inclusive isso, não resolve um problema  
1555 que também está aqui em votação, que é o número de vagas, que como  
1556 qualquer projeto de cotas, são 11 mil, sendo que no último vestibular tivemos  
1557 cerca de 160 mil inscritos. Esses são os que chegaram a se inscrever, são os  
1558 que chegaram a se arriscar a pagar para fazer a prova, não contam as dezenas  
1559 e milhares de egressos do ensino médio que, sequer, tentam, porque não  
1560 vislumbram nenhuma perspectiva de acesso à USP ou à universidade pública  
1561 do Estado de São Paulo. Esse é o grande problema social do qual a USP é  
1562 parte e centro, e do qual a Administração da Universidade, incluindo este  
1563 Conselho Universitário e a Reitoria, é agente de sustentação. O enorme  
1564 elitismo e racismo do ensino superior público na USP, no Estado de São Paulo

1565 e em todo o país. E essa proposta, não só não ataca esse problema, como  
1566 mais do que isso, ela é uma tentativa de evitar a discussão sobre a proposta  
1567 concreta que está em jogo hoje no país, que é a implementação das cotas  
1568 raciais. Dito tudo isso, gostaria de registrar mais uma vez que era isto que  
1569 estava por trás da manifestação do dia 14, é por defender isto que está sendo  
1570 processado o nosso companheiro, Marcello (Pablito), responsável pela  
1571 Secretaria de Negros e Combate ao Racismo do Sintusp; é por causa disto que  
1572 estão sendo ameaçados dezenas de ativistas do Movimento Negro da  
1573 Universidade de São Paulo e de fora dela, que são lutadores e não agressores,  
1574 e nada vai apagar esse fato; muito menos em uma Universidade onde o  
1575 parâmetro é 'para esses a Lei ameaça de demissão, para aqueles que estão  
1576 sendo investigados pelos atos de responsabilidade que resultaram no  
1577 fechamento da EACH durante muitos meses, a recomendação é de 30 dias de  
1578 suspensão'. Esse é o parâmetro. E gostaria, por favor, que constasse e que o  
1579 Conselho e o Reitor se pronunciem sobre minha proposta feita no início do  
1580 expediente, de que encaminhem uma moção do Conselho Universitário pelo  
1581 aumento de verbas para as universidades e para a educação, e que incidam  
1582 sobre o total da arrecadação do ICMS. Gostaria de ouvir uma resposta sobre  
1583 esse pedido de encaminhamento de moção." **Sr. Henrique Fernandes**  
1584 **(discente convidado)**: "Inscrevi-me novamente para reforçar e incluir novos  
1585 elementos à minha fala inicial. Primeiro quero registrar que a nossa opinião é  
1586 que a discussão nesse Conselho, em conjunto com as discussões nas  
1587 Congregações e no CoG, são insuficientes para que possamos tomar uma  
1588 decisão deste porte. De forma que registro e reafirmo isto. Acredito que este  
1589 Colegiado tem que colocar, como uma de suas tarefas, a discussão não só do  
1590 tema do acesso à Universidade ou democratização do acesso, como me  
1591 parece que a maioria dos Conselheiros vem discutindo aqui, em especial pela  
1592 proposta. Acho que temos que discutir, fundamentalmente, o tema de cotas  
1593 raciais, que é o que o Movimento de dentro da Universidade e de fora dela vem  
1594 reivindicando desde o início do ano. São coisas diferentes porque dizem  
1595 respeito à reserva de um percentual muito mais alto de vagas do que o que  
1596 vem sendo discutido aqui, para a juventude negra e pobre deste país. Sobre o  
1597 tema dos conflitos que ocorreram no dia 14 e no dia 7, foram conflitos do  
1598 movimento social, do Movimento Negro, com este Colegiado, que apresentava

1599 uma resistência em discutir este tema em especial. E são esses conflitos que  
1600 geraram os processos dos quais alguns dos Conselheiros que falaram  
1601 anteriormente citaram. É importante registrar isto de maneira muito clara. Na  
1602 nossa opinião, queria dizer o contrário do que disse o Reitor. Os lutadores, os  
1603 manifestantes em defesa de cotas raciais não serão tratados como criminosos,  
1604 porque é isso o que vem acontecendo; são tratados como criminosos porque  
1605 defenderam posições diferentes do que a maioria deste Conselho estava  
1606 apresentando. E isso, na nossa opinião, é inaceitável. Concretamente,  
1607 gostaríamos que o Conselho Universitário não discutisse o tema 'cotas raciais  
1608 na USP' agora, para termos a possibilidade de discutir de maneira mais  
1609 aprofundada, em conjunto com o movimento social. Defendemos isto porque  
1610 achamos que nós, deste Conselho, devemos ao povo negro e pobre desse  
1611 país a construção desta Universidade também; e nada mais justo do que eles  
1612 participarem desta discussão, porque, objetivamente, não estão participando.  
1613 De forma que gostaria de registrar mais uma vez a proposta de que esta  
1614 votação não fosse finalizada hoje, que adiássemos essa votação, para que em  
1615 outro momento possamos discutir o tema de cotas raciais e de acesso à USP  
1616 com os especialistas sobre o tema. Nenhum de nós é especialista no tema.  
1617 Gostaríamos de convidar o Movimento Negro para nos ajudar na discussão e a  
1618 tomar a melhor decisão possível, e também o Núcleo de Consciência Negra, a  
1619 Secretaria de Negros e Negras do Sintusp, o Seminário de Negros que acabou  
1620 de ser realizado nessa Universidade, a Ocupação Preta e a Frente Pró-Cotas.  
1621 Este é o nosso pedido ao Reitor, para que se adie a votação, para que  
1622 convidemos os especialistas no tema, que são aqueles que sofrem com o  
1623 racismo e que lutam para que seus filhos e filhas entrem na Universidade há  
1624 anos, para que possam nos ajudar a tomar, em conjunto, a melhor decisão  
1625 possível sobre este tema." **Cons. André Simmonds de Almeida:** "Endosso a  
1626 fala do Diretor da Faculdade de Medicina, porque a discussão em si é muito  
1627 bem vinda. Penso que todos concordamos em que devemos ampliar o  
1628 vestibular para o Brasil, para que possamos pegar os melhores, independente  
1629 de estado, cidade, escola pública. Mas o problema é que podemos votar hoje e  
1630 sair falando na imprensa que vamos adotar o ENEM, mas e o problema tipo  
1631 dois? O problema tipo dois é permanência estudantil, como o Diretor  
1632 mencionou. Hoje já temos vários problemas com bolsas-moradia, a cidade é

1633 muito cara - por exemplo, sou da EP e sei dos problemas daqui sobre a cidade  
1634 - e como a Escola vai lidar com isso? Hoje vivemos uma crise financeira e qual  
1635 será o impacto se abirmos todos para as escolas públicas de outros estados,  
1636 com estes alunos vindo para cá e precisando desse auxílio? Porque eles vão  
1637 precisar de auxílio para se manter aqui e não haver evasão. Como achamos  
1638 que a discussão foi um pouco atropelada e que seria imoral - como o  
1639 Conselheiro da Física disse - aplicar o ENEM este ano, porque as inscrições  
1640 foram encerradas - tem alunos que vão prestar Fuvest, mas que não se  
1641 inscreveram no ENEM -, gostaria que essa discussão fosse postergada, que  
1642 fosse melhor apreciada, porque precisamos discutir todos os impactos, não só  
1643 o ponto um, que é: vamos adotar o ENEM; mas seria: 'vamos adotar o ENEM?  
1644 Como esses alunos vão permanecer aqui? Como serão tratados? Como a USP  
1645 vai ajudá-los a se manter aqui? Acho que não podemos atropelar e achar legal  
1646 a ideia e não discutir esses outros pontos. Podemos usar esse tempo para  
1647 termos uma ideia melhor e algo mais bem feito. O problema da USP nos  
1648 últimos tempos foi ter discussões atropeladas, ter expansões sem infraestrutura  
1649 em cidades, ter inchaços de cursos sem professores, e como temos tempo,  
1650 acho que podemos discutir. Penso que ninguém aqui é contra aplicarmos o  
1651 vestibular para o resto do Brasil, mas acho que temos que ter calma, porque  
1652 isso pode gerar impactos negativos para a nossa imagem, para *rankings* e até  
1653 para os próprios alunos, que podem ter sua vida prejudicada sem esse auxílio.  
1654 Além disso, não acho que temos que discutir cotas, o ENEM hoje está  
1655 colocando cotas nas universidades, pois há várias escolas que tem aplicado o  
1656 ENEM apenas para escola pública. Nós vamos fazer uma discussão para ver  
1657 se isso é válido ou não? Vamos discutir cotas para a Fuvest, por exemplo? A  
1658 discussão foi meio atropelada, teve seis ou oito meses, lembro-me da notícia  
1659 do ano passado, no mês de agosto ou setembro, de que a USP ia discutir e de  
1660 lá até aqui a discussão foi muito corrida. Penso que não podemos tomar esta  
1661 decisão de forma precipitada, temos que discutir mais e ver o impacto dos  
1662 alunos. Sou da Poli e um dos motivos que foi vetado lá, foi pela diferença de  
1663 teste. O ENEM é muito bom porque ele é aplicado no Brasil inteiro, só que se  
1664 compararem o conteúdo do ENEM com o conteúdo da Fuvest, eles são  
1665 diferentes. Para a carreira de Exatas, por exemplo, há vários aspectos que não  
1666 são abordados. É algo que até falo para os professores, para analisarem o que

1667 é cobrado ou não no vestibular, para verem a diferença e ver se é válido ou  
1668 não. Então, endosso a proposta dos discentes de que temos que discutir mais,  
1669 para que isso não seja 'um tiro pela culatra', que não seja uma notícia hoje de  
1670 que a USP adota o ENEM, para daqui a alguns anos vermos que 'a USP  
1671 adotou o ENEM e não soube o que fazer com os alunos e isto gerou impactos  
1672 negativos para ele e para a Universidade.' " **Cons. Carlos Gilberto Carlotti**  
1673 **Junior**: "Vou defender favorável à proposta, mas vou abordar dois subtemas  
1674 que ainda não foram suficientemente discutidos, mas foram bastante discutidos  
1675 na minha Congregação. A minha Unidade aprovou 10% para escola pública e a  
1676 discussão sobre escola pública foi: primeiro, a valorização da escola pública.  
1677 Acho que já tivemos isso no passado e se fizermos o ENEM aberto para escola  
1678 pública e particular, não vamos estar valorizando a escola pública, vamos estar  
1679 sinalizando para a sociedade que ela precisa melhorar a escola pública, que a  
1680 USP valoriza a escola pública e que os governos precisam melhorar a escola  
1681 pública secundária. Porque estamos falando do ensino superior, mas o  
1682 problema não está aí, mas no início do ensino. Não adianta quereremos resolver  
1683 o problema no topo da pirâmide, se temos problemas muito mais graves no  
1684 ensino médio. Esta sinalização de escola pública não foi no sentido de ser  
1685 restritivo, mas no sentido de até dar a gestão da USP um discurso de  
1686 valorização de escola pública. O outro tema é que na escola pública se tem  
1687 toda a diversidade social que existe no Brasil, tanto econômica, de raça, de  
1688 gênero, de forma que se fizermos a entrada pela escola pública, muito  
1689 provavelmente - pelo menos essa é a nossa convicção - isto vai espelhar o que  
1690 é a sociedade em termos de distribuição social. Utilizamos esses dois grandes  
1691 argumentos para a escola pública e não outro tipo de acesso ao ENEM. E os  
1692 10%, acho que não foi conservador, mas prudente, pois não conhecemos o  
1693 ensino - não estou criticando as escolas que fizeram opções por 10% ou 30% -  
1694 nós não conhecemos o SiSU, não sabemos qual vai ser o impacto desse  
1695 exame na entrada da USP; certamente vai ser muito mais competitivo do que é  
1696 hoje. Então, não foi no sentido de ter medo, mas de ser um pouco prudente,  
1697 inclusive a votação na Congregação foi dez por cento contra vinte por cento,  
1698 não foi se queria colocar ou não. Dependendo do que encontrarmos nesse  
1699 próximo ano, podemos até discutir em se aumentar para vinte por cento;  
1700 podemos chegar a cem por cento um dia, talvez, não sei se vamos chegar,

1701 mas foi nesse sentido que fizemos, de testar, ser prudente e não tomarmos  
1702 uma conduta cem por cento de ENEM hoje, porque isso seria muito arriscado,  
1703 penso que isso seria muito irresponsável. Por último, gostaria de falar um  
1704 pouco sobre a permanência estudantil. Acho que é importante para a  
1705 Universidade e tem que começar a discutir agora; concordo com o aluno da  
1706 Poli, que disse que não dá para esperarmos para daqui a quatro ou cinco anos  
1707 descobrir que os meninos estão sem esse suporte, acho que devemos  
1708 colaborar com isso e então fazer uma cobrança maior do Governo Estadual, de  
1709 aumentar o apoio a essa permanência estudantil no Estado de São Paulo."

1710 **Cons.ª Julia Machini de Miranda**: "Reitero minha fala anterior quando disse  
1711 que essa proposta de inclusão de fato não altera o retrato social da  
1712 Universidade. Digo isto como estudante de Ciências Sociais, no meu curso  
1713 existe muitos alunos de escola pública, só que a maior parte é oriunda de  
1714 Escolas Técnicas, que acabam tendo uma renda muito parecida com a dos  
1715 alunos de escolas particulares que ingressam na USP. Acredito que a exclusão  
1716 daquelas duas opções da proposta apresentada que coloca o recorte social é  
1717 também prejudicial nesse sentido, porque não altera efetivamente o retrato  
1718 social da Universidade. Além disso, lá no meu curso, o Departamento de  
1719 Antropologia está fazendo um projeto de implementação de cotas, tanto sociais  
1720 quanto raciais para a pós-graduação e eles têm feito estudos muito extensos  
1721 sobre quais são as melhores formas de inclusão na Universidade, inclusive tem  
1722 feito críticas bem colocadas sobre o próprio INCLUSP. Convido todos e todas a  
1723 darem uma olhada nessas propostas, porque o Departamento faz pesquisas  
1724 exclusivamente sobre o tema de inclusão na Universidade. Como foi colocado  
1725 aqui, essa discussão tem sido muito balizada pela opinião de todos, então, a  
1726 minha opinião de que tem que ter cotas na Universidade, a opinião que foi  
1727 colocada em algumas Congregações sobre se isso aconteceu ou não, acho  
1728 que não é por aí que temos que encaminhar. Reitero muito o que o Prof. Pedro  
1729 Dallari disse, a Universidade precisa fazer uma discussão como um todo sobre  
1730 essa proposta e acho muito prejudicial que não haja nenhuma possibilidade de  
1731 debatermos o projeto da Lei Federal que coloca a questão das vagas para PPI,  
1732 das vagas para alunos de escola pública, e por isso reitero o pedido que temos  
1733 feito de que isso não seja votado hoje. Digo isso pelo fato de termos feito uma  
1734 discussão muito extensa sobre isso com diversas opiniões sobre o tema,

1735 demonstrando que isso precisa ter um acúmulo maior, não só dos presentes,  
1736 mas, também, de toda a comunidade universitária, e por essa razão pedimos,  
1737 democraticamente, que isso seja feito. Foi dito que todos e todas que estão  
1738 aqui querem aumentar a inclusão na Universidade, mas a proposta que tem  
1739 sido feita tem apenas 2% para alunos pretos, pardos e indígenas, sendo que  
1740 apenas 21 vagas desses 2% não são na EACH; e acredito que isso não é  
1741 inclusão na Universidade, é manter muito próximo do que está atualmente e  
1742 isso não contempla os estudantes - e acredito que muitos funcionários e  
1743 professores também.” **Cons.<sup>a</sup> Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro:** “Apenas  
1744 quero reforçar esse pedido, em nome da pós-graduação, para que essa  
1745 votação seja prorrogada. Quero lembrar que existe uma questão de fundo  
1746 implícita nessa discussão, que está muito ligada a um discurso de mérito e  
1747 acho que precisamos discutir isso; essa discussão tem que ser aprofundada.  
1748 De fato, parece-me que o mérito que se leva em conta, muitas vezes não  
1749 considera o potencial do aluno, considera o que o aluno acumulou até o  
1750 momento do vestibular e não o potencial que esse aluno tem, considerando as  
1751 condições de vida dele, o que ele poderia oferecer para a Universidade, se  
1752 desenvolver, tendo a oportunidade de fazê-lo. Digo isso com base nas  
1753 pesquisas que temos com relação à inclusão de cotas em outras  
1754 Universidades. O resultado dos alunos cotistas é, em geral, igual ou superior  
1755 ao dos alunos não cotistas, o que, evidentemente, coloca uma questão em  
1756 relação a efetividade do vestibular ou a finalidade dele, e o que ele mede;  
1757 problematiza o vestibular. Precisamos aprofundar minimamente essa  
1758 discussão, partir de dados mais concretos. Na base dessa discussão tem uma  
1759 questão que é justamente se essa é uma questão que deveria ser deixada para  
1760 as Unidades ou se essa é uma questão que deveria ser discutida pelo todo,  
1761 como colocou o Prof. Pedro Dallari. No fundo, há uma certa discordância, que  
1762 se expressa aqui no Conselho e acho que não é uma discordância menor, é  
1763 uma questão bastante importante para a Universidade. Qual é o projeto de  
1764 Universidade? O que esperamos? Temos uma política universitária que visa  
1765 um público discente, uma política universitária que tem certa visão de  
1766 sociedade, unitária, minimamente dialogada pelas Unidades, claro que isso  
1767 exigiria um diálogo muito maior entre as Unidades. Penso que seria uma  
1768 oportunidade muito importante, que nesse momento desperdiçamos - com

1769 pesar digo isso -, para que as Unidades dialogassem e se instaurasse um  
1770 processo, de fato, de discussão, desde os professores titulares, envolvendo  
1771 todos os setores da Universidade, os funcionários, os estudantes, em relação a  
1772 esse projeto de Universidade, essa visão sobre a sociedade. Posiciono-me,  
1773 como vocês podem ver, nesse sentido de que seria importante a Universidade  
1774 se colocar de uma forma unitária em relação a essa questão, mesmo que isso  
1775 não seja decidido, mas que pelo menos seja discutido esse ponto, que seria  
1776 uma preliminar a essa discussão e a essa votação. Precisamos discutir melhor,  
1777 sei que o horário está apertado, mas seria importante. Gostaria de fazer uma  
1778 última fala em relação a essa ideia de que a mera inclusão dos alunos das  
1779 escolas públicas implicaria em um retrato fiel da sociedade como um todo,  
1780 incluindo essa diversidade étnica e outras. Isso não é verdade, já temos  
1781 pesquisas sobre isso que mostram que quando você abre vagas para os  
1782 alunos das escolas públicas em geral, entram mais brancos e em uma  
1783 proporção que distorce, inclusive, a realidade das próprias escolas públicas.  
1784 Esses dados apontam para a necessidade de uma discussão com base nas  
1785 pesquisas existentes, pois existe muita coisa na área de Ciências Sociais sobre  
1786 isso. Seria importante começarmos uma discussão mais coletiva socializando  
1787 essas informações, esses debates, os argumentos precisam ser colocados a  
1788 prova em todas as Unidades, seria um momento importante para a  
1789 Universidade se unir para um debate em torno dessa questão. Isso modificaria  
1790 também um pouco da visão que a sociedade tem da Universidade, porque,  
1791 infelizmente, a sociedade está com uma visão negativa da USP; é preciso que  
1792 isso seja dito. Precisamos também dar respostas para a sociedade, indicar  
1793 para a sociedade que estamos em um processo de pensar a nossa democracia  
1794 interna. Precisamos dar esses sinais, se quisermos ser melhor considerados.”

1795 **Cons. Germano Tremiliosi Filho:** “O Instituto de Química de São Carlos, de  
1796 certa forma, foi nominalmente mencionado como sendo contra a adesão ao  
1797 sistema de ingresso ENEM/SiSU. Na realidade essa não é a realidade da  
1798 nossa instituição. Quero apontar alguns pontos, algumas falhas que  
1799 detectamos em todo o processo. Primeiro, a nossa Congregação não se sentiu  
1800 suficientemente esclarecida através de qualquer tipo de informação, por  
1801 exemplo, que poderia ser dada pelos órgãos centrais, do tipo estudos sérios,  
1802 estudos suficientemente esclarecedores de como está acontecendo esse

1803 sistema ENEM/SiSU nas Universidades Federais. O que fomos buscar foi  
1804 alguma coisa na nossa Universidade vizinha. Temos uma Universidade Federal  
1805 em São Carlos e essa é um exemplo nesse sistema, atende 100% a legislação.  
1806 Lá, vimos que tiveram casos positivos e também casos negativos. Depois  
1807 comentarei rapidamente alguns casos negativos que tivemos de experiência na  
1808 nossa instituição. Ainda mais, a nossa Congregação também não entendeu  
1809 que o sistema de ingresso ENEM/SiSU é um sistema que atende qualquer tipo,  
1810 qualquer iniciativa de resolver problemas sociais e raciais, simplesmente  
1811 entendeu que seria uma nova forma de ingresso, mais nada além disso. Não  
1812 podemos esquecer que a Universidade já tem duas formas de ingresso, o  
1813 vestibular e a transferência. Na transferência fizemos um trabalho no passado,  
1814 um passado um pouco longínquo, aonde fomos buscar alunos em escolas do  
1815 nordeste e, inclusive, oferecíamos alguma ajuda financeira para esses alunos  
1816 virem, que eram, inclusive, considerados lá como alunos talentos, e vieram  
1817 para o nosso curso e nenhum deu certo. Então, a nossa Congregação ficou um  
1818 pouco desamparada em todo esse processo. Não é que ela é contra, muito  
1819 pelo contrário, a nossa Congregação simplesmente atuou com muita  
1820 precaução para ver o que irá acontecer, para em um futuro, tomar uma  
1821 decisão. Uma decisão um pouco mais fundamentada em alguma experiência  
1822 que a USP possa ter. Como já tivemos casos no passado, experiências  
1823 negativas, tentamos agir com precaução. A nossa CG até fez uma proposta,  
1824 fez um levantamento muito claro e muito detalhado de que seria muito  
1825 interessante se aderíssemos com 15%, mas a Congregação teve uma  
1826 precaução um pouco maior. Pela natureza dessa decisão da nossa  
1827 Congregação, sinto-me cem por cento a vontade de votar favorável a essa  
1828 inclusão do sistema ENEM/SiSU, mas não é que estou indo contra a decisão  
1829 da minha Congregação, muito pelo contrário, a minha Congregação quer mais  
1830 informações. Então, com isso poderemos ter mais informações para depois, no  
1831 futuro, fazer uma avaliação um pouco mais precisa. Mas essa é a realidade da  
1832 nossa Unidade e é isso que gostaria de dizer, já que fomos, de certa forma,  
1833 nominados como - entre aspas – contrários à adesão ao sistema de ingresso  
1834 ENEM/SiSU. Não somos, só estamos atuando com um pouco de precaução.  
1835 Esse era o meu esclarecimento.” **Cons. José Roberto Castilho Piqueira:** “O  
1836 assunto SiSU foi amplamente discutido na Congregação da Escola Politécnica

1837 e muitas das razões levantadas pelo nosso colega do Instituto de Química de  
1838 São Carlos foram lá apresentadas. Alguém disse aqui que não tinha argumento  
1839 acadêmico para ser contra o SiSU ou coisa do gênero. O aluno da Poli deu uns  
1840 três argumentos acadêmicos, mais ou menos. Quero dizer que, pessoalmente,  
1841 era a favor do SiSU, que a Escola desce vagas para o SiSU, vou tentar voltar  
1842 com este assunto na Congregação, mas a Congregação votou legitimamente.  
1843 Houve discussão a favor, houve discussão contra e houve uma votação  
1844 legítima, democrática na Escola fundada pelos republicanos abolicionistas de  
1845 São Paulo, em 1893. Quero apresentar um pedido de destaque apenas.  
1846 Criamos na USP, na Escola Politécnica, há três anos, um curso chamado  
1847 Engenharia de Computação, ênfase em Sistemas Corporativos; esse curso tem  
1848 dado relação candidato-vaga na FUVEST 1,5 para 1, quando não 1,2 para 1, e  
1849 os alunos entram na Poli e imediatamente ficam querendo se transferir para  
1850 outros cursos. Então, faço um pedido de que, neste vestibular, essas 50 vagas  
1851 de Engenharia de Computação com ênfase em Sistemas Corporativos não  
1852 apareçam, mas sejam remanejadas. Não iremos diminuir o número de vagas,  
1853 queremos passa-las para a Engenharia Civil e Ambiental, que iria de 180 vagas  
1854 para 190, para a Engenharia de Computação, que iria de 35 para 40, para a  
1855 Elétrica, de 175 para 188, para a Engenharia de Materiais, de 40 para 50,  
1856 zerando essas vagas da ênfase Sistemas Corporativos. Não mexemos na  
1857 Mecânica, aumentamos uma na Mecatrônica, aumentamos cinco na Naval,  
1858 cinco na Produção, uma na Química mantendo o nosso total. Basicamente,  
1859 aumentamos as vagas nos nossos cursos de maior demanda, de maior relação  
1860 candidato-vaga. Então, o meu pedido é que seja dado um destaque, que essa  
1861 relação de vagas da Escola Politécnica seja alterada de acordo com essa  
1862 nossa tabela apresentada, para que a qualidade dos alunos seja preservada e  
1863 os alunos façam as opções que realmente têm demanda. Sobre o SiSU, acho  
1864 que é uma iniciativa bastante louvável dessa Reitoria. É muito importante esse  
1865 começo e principalmente garanto que essa discussão voltará a Escola  
1866 Politécnica, na Congregação, mas será necessário que os órgãos centrais, que  
1867 a Pró-reitoria de Graduação, levem uma argumentação consistente para que o  
1868 pessoal da Congregação possa ser convencido da importância disso.” **M.**  
1869 **Reitor:** “O Diretor da Escola Politécnica pede destaque para um  
1870 remanejamento de vagas. São 50 vagas que seriam redistribuídas entre cursos

1871 já existentes na Escola Politécnica. Ele traz isso diretamente ao Conselho  
1872 Universitário. Hoje é o dia que temos que decidir sobre as vagas. Não podemos  
1873 deixar isso para o futuro. O Diretor da Escola Politécnica está solicitando que  
1874 para este ano não haja vestibular para este curso, que são 50 vagas.” **Cons.**  
1875 **José Roberto Castilho Piqueira**: “Não estamos pedindo a extinção desse  
1876 curso. Consideramos que esse curso pode ser dado em outro momento,  
1877 quando tivermos as condições de receber os alunos de maneira a dar um curso  
1878 de bom nível. Neste momento, esses alunos entram para este curso e  
1879 desistem, vão para os outros, pedem para se transferir. Iremos reformula-lo e  
1880 oferece-lo posteriormente nos próximos vestibulares.” **M. Reitor**: “Aqueles que  
1881 estão no Co e estavam ainda na época, sabem que o curso foi aprovado de  
1882 uma maneira fulminante e, portanto, ele estava previsto para ser desenvolvido  
1883 no *campus* da USP Leste, não é um curso da EACH, é da Escola Politécnica  
1884 para ser desenvolvido no *campus* da USP Leste. Implicaria, portanto,  
1885 contratação de um número significativo de docentes para desenvolvê-lo. No  
1886 momento em que esse curso deveria funcionar, ocorreu a interdição da USP  
1887 Leste e ele foi transferido para a Escola Politécnica. É um curso que está  
1888 eivado de dificuldades para o funcionamento. O que o Diretor está nos  
1889 solicitando é que este ano, temporariamente, não haja a entrada de novos  
1890 estudantes neste curso. Isto significaria perda de 50 vagas. O que ele está  
1891 propondo é que estas 50 vagas sejam redistribuídas pelos cursos já instalados  
1892 e funcionando na Escola Politécnica, o que permitiria acolhe-los lá. Esta é a  
1893 proposta de destaque. Isto foi aprovado pela Congregação da Escola  
1894 Politécnica e pediria que o Pró-reitor de Graduação se manifestasse antes do  
1895 Conselho decidir.” **Cons. Antonio Carlos Hernandes**: “São dois aspectos. O  
1896 primeiro é a questão legal, os cursos, o que foram levados ao Conselho de  
1897 Graduação no dia 18 p.p. constava a colocação da observação no Manual da  
1898 FUVEST que essas vagas ocorreriam - e é o que está acontecendo na prática -  
1899 todas aqui no *campus* do Butantã. Essa foi a decisão formal do Conselho de  
1900 Graduação. A respeito da dificuldade, tenho recebido o Chefe do Departamento  
1901 e o próprio Prof. Piqueira, em função da necessidade de docentes e do local  
1902 para o desenvolvimento da disciplina. Desde quando estamos na Pró-reitoria, o  
1903 curso na verdade, na prática, tem se desenvolvido todo aqui no *campus* do  
1904 Butantã e em nenhum momento ele aconteceu na USP Leste, essa é que são

1905 as informações. A decisão - o Conselho Universitário é o Conselho superior -  
1906 está com os senhores Conselheiros a respeito disso; do ponto de vista formal  
1907 existe todo um rito, nesse caso esse rito não teria nenhum problema, uma vez  
1908 que o próprio Conselho de Graduação já aprovou deixar a observação no  
1909 Manual da Fuvest de que o curso ocorreria no Butantã." **M. Reitor:** "Antes de  
1910 dar continuidade, gostaria de fazer uma manifestação referente à morte, na  
1911 semana passada, do Prof. Ruy Laurenti, que foi Vice-Reitor da Universidade de  
1912 São Paulo, exerceu a Reitoria, era Professor Emérito da Universidade,  
1913 Professor do quadro da Faculdade de Saúde Pública e, portanto, gostaria que  
1914 se registrasse em Ata o nosso pesar pelo seu falecimento e pelo  
1915 reconhecimento dos serviços prestados à Universidade de São Paulo, inclusive  
1916 que se transmitisse à Faculdade de Saúde Pública os votos de pesar deste  
1917 Conselho, se este Conselho me acompanhar nesta manifestação." Palmas. **M.**  
1918 **Reitor:** "Eu pediria que nós nos levantássemos para um minuto de silêncio."  
1919 Pausa. **M. Reitor:** "Retomando. Em primeiro lugar, temos um pleito de  
1920 postergarmos esta discussão e votação. Isto não é possível por vários motivos.  
1921 O principal deles é que esta discussão e esta votação já foi bastante  
1922 postergada e os nossos prazos estão se vencendo para que se possa elaborar  
1923 o Edital da FUVEST e se fazer a impressão, preparar a abertura de inscrições  
1924 e assim por diante. Não se esqueçam que estaremos tratando com 160 mil  
1925 candidatos, aproximadamente, dentro da FUVEST. Por outro lado também, se  
1926 adotarmos a resolução de participarmos do SiSU, também há uma série de  
1927 questões burocráticas e legais que precisam ser vencidas, desde a assinatura  
1928 de um convênio até as atividades burocráticas. Então, não é possível, isto é, ou  
1929 nós decidimos hoje ou fica para o ano que vem. Entendo que decidirmos hoje  
1930 significa darmos o primeiro passo. Ele nunca será perfeito, ninguém que  
1931 participou de todo esse processo tem qualquer ilusão de que esta é uma  
1932 proposta perfeita, muito pelo contrário, ela será aperfeiçoada, houve aqui  
1933 contribuições muito grandes vinda de todos os componentes da Universidade,  
1934 dos servidores, dos estudantes, dos diferentes membros das Unidades e,  
1935 claramente, este processo continua neste próximo semestre para que  
1936 estejamos preparados para, no próximo ano, termos uma decisão que talvez  
1937 seja melhor do que esta. Anotei três questões que foram mais insistentemente  
1938 faladas ou que causaram maior impacto. Uma é negativa. É a concepção - e

1939 que foi combatida por vários - de que adotarmos outro exame, como por  
1940 exemplo, o ENEM, temos algum risco no que diz respeito à qualidade da  
1941 seleção que faremos. Não tenho nenhum medo ou qualquer receio com relação  
1942 a isto. Isto é fundamentado, exclusivamente - eu penso que seja assim -, em  
1943 certo grau de preconceito. Não tenho nenhuma dúvida de que a Universidade  
1944 ganha enormemente em ter mais de uma visão, no que diz respeito à seleção  
1945 de seus alunos. Selecionar alunos exclusivamente pelo vestibular da FUVEST,  
1946 como estamos fazendo, está dando certo, não tem problema, são 160 mil e  
1947 selecionamos 11.500, não dá problema, não tem vazamento, está funcionando  
1948 certo. Agora, admitir que esta é a melhor maneira ou a única maneira de  
1949 selecionar talentos, não. É um exame que seleciona muito bem os estudantes  
1950 que estão preparados para prestar esse exame e, portanto, carrega uma força  
1951 muito grande daquilo que foi o preparo vindo do ensino secundário. Adotarmos  
1952 outra visão, outra forma de seleção, acho que enriqueceremos o processo e,  
1953 eventualmente, no futuro, poderemos até entender ou encontrarmos outras  
1954 formas de seleção. Isto, certamente, ajuda a aumentar a diversidade da  
1955 Universidade; e a diversidade, sabemos, é espetacular no sentido de que dá  
1956 força para qualquer instituição, ou se olharmos para a Biologia, a diversidade é  
1957 o que garante a sobrevivência das espécies. Espécies que perdem a  
1958 diversidade são destruídas rapidamente. Portanto, tenho a impressão que é um  
1959 primeiro passo que talvez não deixe ninguém daqui extremamente satisfeito,  
1960 mas que significará uma oportunidade de darmos continuidade a esta  
1961 discussão. Outra questão que foi aqui levantada é a questão da permanência.  
1962 Diria que ela é a questão que menos preocupa neste momento com estes  
1963 números dos quais estamos tratando, futuramente se isto se ampliar, talvez  
1964 tenhamos que buscar outros reforços e outros apoios. Neste momento, a  
1965 Universidade de São Paulo está gastando cerca de R\$ 160 milhões com  
1966 permanência. O Prof. José Otávio lembrou que a Fundação Faculdade de  
1967 Medicina gasta perto de R\$ 1 milhão, mas a Universidade de São Paulo gasta  
1968 cerca de R\$ 160 milhões. Alguém fez um cálculo e o Prof. Vahan me passou,  
1969 que se os 1.500 estudantes que fossem admitidos através do SiSU, se todos  
1970 eles fossem prioridade P1, gastaríamos, adicionalmente, R\$ 8 milhões. É algo  
1971 que, com muita tranquilidade, hoje a Universidade de São Paulo pode absorver  
1972 para atender a um objetivo como este. Portanto, não me preocuparia com a

1973 questão financeira da permanência. Se outros problemas surgirão, isto a  
1974 experiência irá se acumular com o tempo. O argumento mais forte que foi  
1975 apresentado aqui contra a proposta como ela está veio do Prof. Pedro Dallari,  
1976 porque ele aponta para uma questão que é exatamente a fragmentação da  
1977 decisão na Universidade, que diferentes Unidades estejam tomando decisões  
1978 diferentes e se apresentando de forma diferente na sociedade. A realidade tem  
1979 que ser levada em conta, posso estar enganado, mas tenho a sensação de que  
1980 não conseguiríamos aprovar as duas formas de entrada na Universidade se  
1981 não déssemos liberdade, neste momento, para que as Unidades adotassem  
1982 políticas divergentes. Isso não quer dizer, novamente, que esta decisão tem  
1983 que ser uma coisa permanente. É experimental, está escrito no texto que é  
1984 experimental e vale para este ano. Então, prefiro fazer um sacrifício neste  
1985 sentido, procurando garantir que adotemos uma forma alternativa adicional de  
1986 seleção de estudantes. Tenho a impressão de que isto será benéfico para a  
1987 Universidade e no próximo ano voltamos a discutir essas diferenças, pelo  
1988 menos o Instituto de Física, já sabemos que irá participar, muitos outros talvez  
1989 se incluam. É com essas considerações que pediria, se não houvesse mais  
1990 empecilhos, que passássemos à votação. O fato de que não estamos forçando  
1991 as Unidades a participar, mas que este Conselho está constituído por pessoas  
1992 que representam Congregações e Diretores de Unidades, mas têm a sua  
1993 liberdade de pensamento e muitos daqueles cujas Unidades não aderiram  
1994 manifestaram seu interesse em apoiar esta proposta, eu realmente esperaria  
1995 que todos que se sentirem a vontade, apoiem esta proposta, porque ela será  
1996 uma boa resposta inicial da Universidade de São Paulo.” **Cons.<sup>a</sup> Neli Maria**  
1997 **Paschoarelli Wada**: “Gostaria de pedir um esclarecimento. Se for aprovado  
1998 cessará a discussão, que ainda nem começou, sobre cotas? E se haverá ou  
1999 não a discussão sobre cotas.” **M. Reitor**: “Vou reler aquilo que li no início:  
2000 ‘Obviamente a proposta aqui apresentada não encerra a discussão do assunto  
2001 no âmbito da Universidade, mas sinaliza para a decisão desta Administração  
2002 de dar continuidade ao aperfeiçoamento do mecanismo de seleção e acesso.’ ”  
2003 Não havendo mais manifestações, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**. Pelo  
2004 painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 91 (noventa e um)  
2005 votos; Não = 10 (dez) votos; Abstenções = 1(uma); Total de votantes = 102  
2006 (cento e dois). É aprovada a minuta de Resolução que dispõe sobre formas de

2007 ingresso nos cursos de graduação da Universidade de São Paulo, no ano de  
2008 2016, bem como a Tabela de vagas para o Concurso Vestibular da USP para  
2009 2016. Ato contínuo, o **M. Reitor** coloca em votação o destaque feito pelo Cons.  
2010 José Roberto Castilho Piqueira, de redistribuição das 50 vagas do curso de  
2011 Engenharia de Computação, ênfase em Sistemas Corporativos, dentre os  
2012 cursos já instalados na Escola Politécnica, para o vestibular de 2016. **Votação.**  
2013 Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 83 (oitenta e três)  
2014 votos; Não = 7 (sete) votos; Abstenções = 11 (onze); Total de votantes = 101  
2015 (cento e um). É aprovado o destaque. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à  
2016 discussão do **CADERNO II - REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR -**  
2017 **EXTINÇÃO DE CURSO - PROCESSO 2011.1.671.43.1 - INSTITUTO DE**  
2018 **FÍSICA** - Proposta de Reformulação da Estrutura Curricular do Curso de  
2019 Bacharelado em Física para o ano de 2015, com a extinção da Habilitação -  
2020 Pesquisa Básica em Física e da Habilitação em Astronomia, abrangendo  
2021 ingressantes, a partir de 2015. Aprovada pela Comissão de Graduação em  
2022 11.04.2014 e pela Congregação em 24.04.2014. Ofício do Diretor do Instituto  
2023 de Física, Prof. Dr. Adalberto Fazzio, ao Pró-reitor de Graduação, Prof. Dr.  
2024 Antonio Carlos Hernandes, encaminhando a proposta de reformulação da  
2025 estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Física (30.04.14).  
2026 Manifestações das Unidades envolvidas na reformulação do curso de  
2027 Bacharelado em Física: Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências  
2028 Atmosféricas, Instituto Oceanográfico e Instituto de Física de São Carlos.  
2029 **Parecer da CCV:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Luís Gustavo  
2030 Marcassa, favorável à reformulação curricular do curso de Bacharelado em  
2031 Física com a extinção da Habilitação Pesquisa Básica em Física e da  
2032 Habilitação em Astronomia (5.9.2014). **Parecer do CoG:** aprova a  
2033 manifestação da Câmara Curricular e do Vestibular (21.08.14). **Parecer da**  
2034 **CAA:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi, favorável  
2035 à proposta de reformulação da estrutura curricular do Curso de Bacharelado  
2036 em Física para o ano de 2015, com a extinção da Habilitação - Pesquisa  
2037 Básica em Física e da Habilitação em Astronomia, abrangendo ingressantes, a  
2038 partir de 2015 (09.02.15). **Cons. Valdecir de Assis Janasi:** "O assunto é bem  
2039 simples. Os autos foram submetidos à CAA já com a aprovação da  
2040 Congregação, também com o apoio de todos os Departamentos da Unidade e

2041 se trata de uma reformulação da estrutura curricular do curso de Bacharelado  
2042 em Física, que propõe como alterações principais, a eliminação das  
2043 habilitações que existem hoje que são: Pesquisa Básica e Astronomia e a  
2044 diminuição do número de créditos, que passará a ter o mínimo exigido pelo  
2045 MEC, 160 créditos, e aumento na proporção de disciplinas optativas que  
2046 passam a compor 30% dos créditos do curso de Bacharelado em Física. Além  
2047 disso, foi feita uma ampla reformulação das disciplinas do curso básico, que  
2048 são: Física I a IV, e Física Experimental I a IV. O assunto foi debatido na CAA e  
2049 aprovado, por unanimidade.” A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.**  
2050 Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 87 (oitenta e sete)  
2051 votos; Não = 3 (três) votos; Abstenções = 3 (três); Total de votantes = 93  
2052 (noventa e três). É aprovado o parecer da CAA, favorável à proposta de  
2053 reformulação da estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Física para o  
2054 ano de 2015, conforme proposto. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à discussão  
2055 do **CADERNO III – RECURSOS - 1. PROTOCOLADO 2013.5.811.59.0 -**  
2056 **VITOR BARBANTI PEREIRA LEITE** - Recurso interposto por Vitor Barbanti  
2057 Pereira Leite, candidato inscrito para o concurso para provimento de cargo de  
2058 Professor Doutor junto ao Departamento de Química da FFCLRP, contra a  
2059 decisão da Congregação da FFCLRP, que negou provimento ao seu recurso,  
2060 onde requeria a decretação da nulidade do citado concurso público. Publicação  
2061 do Edital ATAc 026/2012 da abertura de inscrições para o concurso de títulos e  
2062 provas, visando o provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao  
2063 Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de  
2064 Ribeirão Preto, no Diário Oficial de 11.12.12. Publicação da aprovação dos  
2065 inscritos e da Comissão Julgadora pela Congregação da FFCLRP, em  
2066 09.05.13, no Diário Oficial de 15.05.13. Publicações dos Comunicados de  
2067 retificação e lista complementar da Comissão Julgadora do referido concurso,  
2068 nos Diários Oficiais de 18.05.13 e 13.08.13, respectivamente. Relatório Final da  
2069 Comissão Julgadora: indica, por maioria, o candidato Ricardo Vessechi  
2070 Lourenço para o provimento do cargo/claro de Professor Doutor em concurso  
2071 junto ao Departamento de Química (05.09.13). Recurso interposto pelo  
2072 interessado, discordando do resultado do Concurso para provimento do cargo  
2073 de Professor Doutor junto ao Departamento de Química da FFCLRP,  
2074 requerendo a anulação da etapa de análise dos Memoriais e requerendo que

2075 se proceda nova avaliação dentro dos critérios estabelecidos no Edital, ou,  
2076 caso não seja aceito, que seja anulado todo o concurso (11.09.13). Parecer do  
2077 Prof. Dr. Paulo Olivi, Presidente da Comissão Julgadora: conclui que o Dr. Vitor  
2078 Barbanti Pereira Leite, embora tenha tido o melhor desempenho na prova de  
2079 julgamento de memorial pela maioria dos membros da comissão julgadora do  
2080 concurso público a que se refere este documento, conforme reivindicado pelo  
2081 mesmo, este não foi o indicado pela maioria dos membros por ter tido  
2082 desempenho inferior nas provas escrita e didática (16.09.13). Informação do  
2083 Diretor da FFCLRP, esclarecendo que como o resultado do concurso ainda não  
2084 foi homologado pela Congregação, a presente solicitação caracteriza-se como  
2085 um pedido de esclarecimento à Comissão Julgadora, tendo em vista que o  
2086 prazo para recursos formais inicia-se após a deliberação pela Congregação e  
2087 publicação no Diário Oficial (17.09.13). **Parecer da Congregação:** homologa,  
2088 por unanimidade, o relatório final apresentado pela Comissão Julgadora  
2089 (19.09.13). Recurso interposto pelo interessado contra a decisão da Comissão  
2090 Julgadora, que proclamou o resultado do concurso público para provimento do  
2091 cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Química da FFCLRP.  
2092 Requer que o presente recurso seja reconhecido e provido, para que, ao final,  
2093 seja anulado o referido concurso (02.10.13). **Parecer da Congregação:** analisa  
2094 o recurso interposto pelo interessado e decide, por unanimidade, pelo não  
2095 provimento do mesmo, por considerar que não houve vício na condução do  
2096 concurso (10.10.13). Recurso interposto pelo interessado, contra a decisão da  
2097 Congregação da FFCLRP, que negou provimento ao seu recurso que pleiteava  
2098 a nulidade do resultado do concurso público que visa o provimento do cargo de  
2099 Professor Doutor. Requer que o presente recurso seja conhecido e provido,  
2100 para que ao final seja-lhe atribuído efeito suspensivo; que se anule a decisão  
2101 proferida pela Congregação, que julgou improcedente o recurso anteriormente  
2102 interposto e, caso não seja esse o entendimento, requer a anulação do  
2103 concurso pela existência dos vícios apontados pelo recorrente (23.10.13).  
2104 **Parecer da Congregação:** ratifica sua decisão de não dar provimento ao  
2105 recurso do interessado, bem como à sua decisão de 10.10.13, por não  
2106 conceder o efeito suspensivo, que por um lapso, não foi informado no  
2107 despacho anterior (12.12.13). **Parecer da PG:** com relação à alegação de  
2108 ausência de motivação na decisão da Congregação da FFCLRP quando da

2109 análise do primeiro recurso, esclarece que consta no despacho que a  
2110 Congregação decidiu negar provimento ao recurso 'por considerar que não  
2111 houve vício na condução do concurso', de forma que a decisão foi motivada,  
2112 ainda que sucintamente. Ademais, descaberia à Congregação manifestar-se  
2113 acerca 'das diferenças apontadas pelo Recorrente quanto aos Memoriais', uma  
2114 vez que as avaliações em concursos públicos para provimento de cargos da  
2115 carreira docente da USP são de competência exclusiva da Comissão  
2116 Julgadora. Destaca, ainda, que eventual reconhecimento da nulidade da  
2117 decisão da Congregação não teria como consequência lógica, como pretende o  
2118 recorrente, o reconhecimento da nulidade do concurso. Com relação à  
2119 alegação de vício formal na condução do concurso - falta de atribuição de  
2120 pesos a cada um dos itens avaliados no julgamento dos memoriais, esclarece  
2121 que a sistemática prevista no Regimento Geral para concursos de Professor  
2122 Doutor, prevê-se a atribuição de nota global aos memoriais dos candidatos,  
2123 inexistindo qualquer norma que estipule que devam ser atribuídos pesos (e, por  
2124 consequência, notas separadas) a cada item avaliado. O concurso seguiu  
2125 estritamente esta sistemática prevista no Regimento Geral e no Edital do  
2126 certame, razão pela qual inexistente vício formal na condução do concurso pela  
2127 Comissão Julgadora. Com relação à alegação de ausência de motivação na  
2128 atribuição de notas aos memoriais dos candidatos, esclarece que se trata de  
2129 alegação que não encontra amparo nas normas de regência, uma vez que no  
2130 Regimento Geral, ao contrário do que ocorre quanto à avaliação dos títulos nos  
2131 concursos para provimento de cargos de Professor Titular (art. 155, parágrafo  
2132 único), inexistente qualquer disposição que estipule a necessidade, nos casos de  
2133 concurso para Professor Doutor, de justificação das notas atribuídas no  
2134 julgamento dos memoriais. Com relação à alegação de suposto favorecimento,  
2135 por parte de membros da Comissão, ao candidato vencedor, esclarece que a  
2136 Comissão Julgadora foi composta em estrita observância às normas  
2137 pertinentes do Regimento Geral (art. 182 e seguintes). O candidato fala de um  
2138 suposto favorecimento ao candidato vencedor do concurso por ele ter sido  
2139 indicado pelos três professores da USP que compunham a Comissão,  
2140 enquanto ele foi indicado pelos dois professores da Unicamp. Porém, tal fato,  
2141 por si só, não se afigura suficiente para se concluir que tenha havido um  
2142 favorecimento indevido ao vencedor do concurso, pois as notas atribuídas

2143 pelos membros da Comissão para os dois candidatos foram notas muito  
2144 próximas, guardando uma certa coerência entre si. Com relação aos  
2145 argumentos de errônea avaliação dos memoriais por parte da Comissão  
2146 Julgadora, esclarece, conforme já destacado, que as avaliações nos concursos  
2147 públicos para a carreira docente competem, com exclusividade, às Comissões  
2148 Julgadoras, não se revelando viável a reapreciação de tais matérias por  
2149 quaisquer outros órgãos da Universidade. Ademais, o recorrente alega  
2150 repetidamente, em sua petição, a superioridade de sua trajetória acadêmica /  
2151 profissional, se comparada à do primeiro colocado e aduz que isso teria sido  
2152 considerado pela Comissão no julgamento dos memoriais. No entanto, deve-se  
2153 destacar que no julgamento dos memoriais, o recorrente obteve notas  
2154 superiores às do candidato vencedor na avaliação da maioria dos  
2155 examinadores. Ocorre que o vencedor do concurso recebeu notas maiores nas  
2156 provas escrita e didática, o que fez com que, ao final, recebesse mais  
2157 indicações que o recorrente. De qualquer forma, descabe ao Conselho  
2158 Universitário a apreciação dos inúmeros argumentos trazidos pelo recorrente  
2159 que, em seu entender, estariam a demonstrar a superioridade de sua trajetória  
2160 acadêmica/profissional. Deste modo, na esteira do entendimento aprovado pela  
2161 Congregação da FFCLRP, entende que não estão configurados motivos que  
2162 ensejem a decretação da nulidade do concurso (06.02.14). **Parecer da CLR:**  
2163 aprova, por unanimidade dos presentes, o parecer do relator, Prof. Dr. Pedro  
2164 Bohomoletz Dallari, contrário ao recurso interposto pelo interessado (05.08.14).  
2165 Nas Sessões do Conselho Universitário de 26.08.2014, 18.11.2014, 09.12.2014  
2166 e 03.03.2015, o Magnífico Reitor retira os autos de pauta. **2. PROTOCOLADO**  
2167 **2014.5.1346.11.6 – GIULIANA DEL NERO VELASCO** - Recurso interposto por  
2168 Giuliana Del Nero Velasco, candidata do concurso para provimento de um  
2169 cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Produção Vegetal, na  
2170 área de Paisagismo, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz",  
2171 contra a decisão da Congregação, que homologou o relatório da Comissão  
2172 Julgadora, que indicou a candidata Claudia Fabrino Macha Mattiuz. Recurso  
2173 interposto por Giuliana Del Nero Velasco, candidata do concurso para  
2174 provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de  
2175 Produção Vegetal, na área de Paisagismo, da Escola Superior de Agricultura  
2176 "Luiz de Queiroz", contra a decisão da Comissão Julgadora, que concluiu pela

2177 indicação da Doutora Claudia Fabrino Macha Mattiuz. Solicita a não  
2178 homologação do certame até averiguação do fato de existência de conflito de  
2179 interesse, por um membro da Comissão Julgadora estabelecer ou já ter  
2180 estabelecido grau de relacionamento profissional com a candidata escolhida  
2181 para assumir o cargo em questão. Encaminha listagem de atividades extraída  
2182 do curriculum Lattes da candidata Claudia Fabrino Machado Mattiuz em  
2183 parceria/coautoria com membro da Comissão Julgadora, Prof.<sup>a</sup> Kathia Pivetta  
2184 (03.06.14). Publicação da aprovação, pela Congregação da ESALQ, dos  
2185 inscritos e da Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo  
2186 de Professor Doutor no Departamento de Produção Vegetal, na área de  
2187 Paisagismo, no Diário Oficial de 06.03.14. **Parecer da CLR-ESALQ:** sugere o  
2188 não provimento do recurso e a homologação do referido concurso (18.06.14).  
2189 **Parecer da Congregação da ESALQ:** manifesta-se contrária ao provimento do  
2190 recurso interposto pela candidata Giuliana Del Nero Velasco, considerando  
2191 que: a) não há restrição legal nas normas da USP com relação à indicação dos  
2192 membros da banca examinadora no que concerne à possível existência de  
2193 conflito de interesses/relação profissional; b) número reduzido de profissionais  
2194 aptos na área do concurso para compor banca examinadora; c) indicação por  
2195 unanimidade dos membros da comissão examinadora de candidata para  
2196 nomeação para o cargo em concurso (26.06.14). Relatório Final do Concurso  
2197 para provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de  
2198 Produção Vegetal, na área: “Paisagismo” (29.05.14). **Parecer da**  
2199 **Congregação da ESALQ:** homologa o relatório final da Comissão Julgadora  
2200 (26.06.14). **Parecer da PG:** no que tange às alegações recursais, destaca que  
2201 a Comissão Julgadora foi composta em estrita observância às normas  
2202 pertinentes do Regimento Geral. A recorrente aduz haver conflito de interesses  
2203 caracterizado pela possível relação profissional entre um dos membros da  
2204 banca e a candidata indicada, em virtude de coautoria em artigos científicos.  
2205 Tal fato, por si só, não se afigura suficiente para se concluir que tenha havido  
2206 um favorecimento indevido à vencedora do concurso e não compromete a  
2207 imparcialidade de referido membro da Comissão. No tocante a tal questão,  
2208 observa que a Procuradoria Geral tem entendimento consolidado no sentido de  
2209 que os critérios para aferição da (im)parcialidade dos membros das Comissões  
2210 Julgadoras de concursos para a carreira docente devem ser os estabelecidos

2211 nos artigos 134 e 135 do Código de Processo Civil quanto à suspeição e ao  
2212 impedimento de magistrados. Assim, a situação relatada não consubstancia,  
2213 por si só, caso de impedimento ou de suspeição, nos termos do quanto  
2214 estatuído na lei processual civil, até porque a recorrente não trouxe qualquer  
2215 elemento concreto que faça fundada a arguição de parcialidade. (...) Deste  
2216 modo, também a alegação de suposto favorecimento à candidata vencedora  
2217 deve ser refutada. Conclui que tem-se por acertada a decisão proferida pela  
2218 Congregação, no sentido do desprovemento do recurso (30.07.14). Recurso  
2219 interposto pela interessada, contra a decisão da Congregação da ESALQ, que  
2220 homologou o Relatório Final da Comissão Julgadora, alegando que os  
2221 candidatos foram informados da substituição Prof.<sup>a</sup> Denise Laschi, até então  
2222 titular, pela Prof.<sup>a</sup> Kathia Fernandes Lopes Pivetta, no primeiro dia do concurso,  
2223 não havendo tempo hábil para analisar sua possível relação com os  
2224 candidatos. Manifesta discordância, ainda, do parecer da CLR-ESALQ, que  
2225 afirma que a área de Paisagismo contém número reduzido de profissionais  
2226 aptos à participação em bancas. Encaminha listagem de alguns docentes da  
2227 área que considera aptos a participar da banca examinadora. Requer o  
2228 provimento do recurso para a anulação do concurso em questão (07.07.14).

2229 **Parecer da CLR:** aprova os pareceres do relator, Prof. Dr. Sérgio França  
2230 Adorno de Abreu, contrário ao recurso interposto pela interessada (29.10.14).

2231 Em Sessão do Conselho Universitário de 03.03.2015, o Magnífico Reitor retira  
2232 os autos de pauta (03.03.15). **3. PROCESSO 2013.1.1639.5.0 - LUIZ**  
2233 **ROBERTO SALGADO** - Recurso interposto pelo candidato Luiz Roberto  
2234 Salgado, contra a decisão da Congregação da Faculdade de Medicina, mantida  
2235 em juízo de consideração, que não homologou o Relatório Final da Comissão  
2236 Julgadora do concurso para outorga do título de Livre-Docente do  
2237 Departamento de Clínica Médica da FM, no qual o recorrente fora habilitado.  
2238 Edital ATAC/FM/139/2013 de abertura de inscrições à Livre-docência, pelo  
2239 prazo de quinze dias, com início em 1º de agosto e término em 15 de agosto de  
2240 2013, publicado no Diário Oficial de 13 de junho de 2013. Publicação da  
2241 homologação da inscrição do interessado e da Comissão Julgadora ao  
2242 concurso de Livre-Docência, junto ao Departamento de Clínica Médica, com  
2243 base no programa da Disciplina de Clínica Geral e Propedêutica, no Diário  
2244 Oficial de 14 de novembro de 2013. Ata do concurso para obtenção do título de

2245 Livre-Docente junto ao Departamento de Clínica Médica, com base no  
2246 programa da disciplina de Clínica Geral e Propedêutica (25.02.14). Relatório  
2247 Final da Comissão Julgadora e Boletim final de apuração (26.02.14). Relatório  
2248 de vistas da Prof.<sup>a</sup> Ana Cláudia Latrônico Xavier, concedido na reunião da  
2249 Congregação da FM de 25.04.14, que conclui: "Finalmente, sentimentos de  
2250 comiseração e afeição não podem perturbar os julgamentos de mérito e  
2251 competência visando à seleção final dos verdadeiros professores Livre-  
2252 Docentes. Diante do exposto, coloco-me em posição desfavorável à  
2253 homologação do concurso de Livre-Docência do médico Dr. Luiz Roberto  
2254 Salgado." (27.05.14). **Parecer da Congregação da FM:** não homologa o  
2255 resultado final do concurso à Livre-Docência junto ao Departamento de Clínica  
2256 Médica (27.06.14). Recurso interposto pelo candidato Luiz Roberto Salgado,  
2257 contra a decisão da Congregação da FM, que não homologou o resultado final  
2258 da Comissão Julgadora do concurso à Livre-Docência junto ao Departamento  
2259 de Clínica Médica, requerendo que Congregação da FM exerça o juízo de  
2260 retratação em votação aberta e decisão motivada, sob pena de nulidade e, com  
2261 efeito, homologar o concurso para fins de habilitar o requerente à obtenção do  
2262 título de Livre-Docente, em votação aberta e decisão motivada. Caso assim  
2263 não se entenda, que seja encaminhado ao Conselho Universitário (08.07.14).  
2264 **Parecer da Congregação da FM:** com base no parecer do relator, Prof. Dr.  
2265 Aluísio Augusto Cotrim Segurado, nega provimento ao recurso interposto pelo  
2266 candidato Dr. Luiz Roberto Salgado (29.08.14). Ofício do Diretor da FM, Prof.  
2267 Dr. Giovanni Guido Cerri, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago,  
2268 encaminhando o recurso interposto pelo interessado, para que seja submetido  
2269 à apreciação do Conselho Universitário (1º.09.14). **Parecer da PG:** "É  
2270 importante recordar que a média das notas atribuídas pelo examinador implica,  
2271 de forma vinculada, na consideração de habilitado ou inabilitado para receber o  
2272 título de Livre-Docente. No caso concreto, em que pese as baixas notas  
2273 atribuídas à prova escrita pelos cinco examinadores, a média de todos varia  
2274 entre 7,5 e 9,0 pontos. Em conclusão, sob esse viés, cabe à Congregação da  
2275 Faculdade de Medicina homologar o resultado (16.09.14). **Parecer da CLR:**  
2276 aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, favorável  
2277 à homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora (29.10.14). Em  
2278 Sessão do Conselho Universitário de 03.03.2015, o Magnífico Reitor retira os

2279 autos de pauta (03.03.15). **4. PROCESSO 2013.1.1326.16.8 – FACULDADE**  
2280 **DE ARQUITETURA E URBANISMO** - Recurso interposto por Walter José  
2281 Ferreira Galvão, candidato ao concurso para provimento de um cargo de  
2282 Professor Doutor, junto ao Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAU,  
2283 contra a decisão da Congregação, que cancelou e não homologou tal concurso  
2284 em que foi o vencedor. Edital ATAAC 004/2013, de abertura do Concurso para  
2285 provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3, em RDIDP, junto ao  
2286 Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAU (10.01.13). Publicação da  
2287 homologação, pela Congregação da FAU, dos inscritos e da Comissão  
2288 Julgadora do concurso de um cargo de Professor Doutor junto ao  
2289 Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAU, no D.O de 03.08.13 e  
2290 publicação da retificação do edital 004/2013, no D.O de 20.09.13. Relatório  
2291 Final da Comissão Julgadora, indicando o candidato Walter José Ferreira  
2292 Galvão e tabelas de notas (29.08.13). Recurso interposto por Lineu Passeri  
2293 Júnior contra deliberação contida no relatório final da Comissão Julgadora do  
2294 mencionado concurso, requerendo: 1) seja reconhecida a nulidade do relatório  
2295 final da Comissão Julgadora, dada a ilegalidade decorrente da desobediência  
2296 do art. 4º da Constituição Estadual e ao art. 8º da Lei Estadual nº 10.177 e  
2297 regras regimentais do Regimento Geral da USP. 2) que a Congregação da FAU  
2298 pela não homologação do relatório final do referido concurso, dados os limites  
2299 estritamente forma, em virtude da sua invalidade. 3) que delibere pela abertura  
2300 de novo concurso público de provas e títulos para provimento do cargo de  
2301 Professor Doutor em RDIDP. 4) que assegure que a nova comissão julgadora  
2302 seja isenta e composta por, pelo menos, três de seus cinco membros  
2303 especializados na área de Acústica das Edificações e Urbana. 5) que os  
2304 membros externos da nova comissão julgadora seja indicados pelas  
2305 instituições científicas brasileiras dedicadas a estudar o tema do concurso  
2306 (Acústica das Edificações e Urbana): SOBRAC – Sociedade Brasileira de  
2307 Acústica e Pro-Acústica (05.09.13). **Parecer da PG:** solicita que seja incluído  
2308 nos autos cópia integral do concurso, bem como manifestação do Presidente  
2309 da Comissão Julgadora sobre os fatos expostos no recurso (18.10.13). Cópia  
2310 dos autos do concurso e manifestação do presidente da comissão julgadora.  
2311 **Parecer da PG:** constata que, não obstante os esclarecimentos prestados pelo  
2312 Presidente da Comissão Julgadora, houve descumprimento do artigo 142 do

2313 Regimento Geral, pois não consta no relatório final nem em qualquer outro  
2314 documento dos autos, o necessário desempate feito Professores Doutores  
2315 Anésia Barros Frota e Márcio Henrique de Avelar Gomes, que atribuíram  
2316 idênticas notas para os candidatos Ranny L. X. Nascimento Michalsk e Walter  
2317 José Ferreira Galvão. Ademais, impossível existir, em tal situação, um  
2318 candidato com quatro indicações e outro com três, considerando haver cinco  
2319 examinadores. Tal resultado, conforme se depreende da tabela de notas, deixa  
2320 claro que dois examinadores não procederam ao necessário desempate, o que,  
2321 se tivesse ocorrido, deveria estar consignado no relatório final. Ressalta que o  
2322 desempate deveria ter sido feito individualmente pelos examinadores, com a  
2323 necessária motivação. Por essas razões, sob o aspecto estritamente jurídico,  
2324 embora nem todas as alegações do recorrente sejam procedentes, entende  
2325 que o recurso merece ser provido, não reunindo o concurso em exame  
2326 condições de ser homologado pela Congregação (22.04.14). Manifestação do  
2327 Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves, Presidente da Comissão Julgadora do referido  
2328 concurso, à Dra. Jocélia de Almeida Castilho, Procuradora Chefe da  
2329 Procuradoria Geral, encaminhando cartas dos Professores Anésia Barros Frota  
2330 e Márcio Henrique de Avelar Gomes, membros da banca e esclarecendo  
2331 dúvidas sobre o desempate das notas dos membros da banca, levantadas pela  
2332 Procuradoria Geral (25.06.14). **Parecer da Congregação:** delibera dar  
2333 provimento ao recurso interposto pelo Sr. Lineu Passeri Júnior, candidato  
2334 inscrito do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao  
2335 Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAU e não homologar o  
2336 resultado do referido concurso (30.06.14). Recurso interposto por Walter José  
2337 Ferreira Galvão, candidato indicado no concurso para provimento de um cargo  
2338 de Professor Doutor junto ao Departamento de Tecnologia da Arquitetura da  
2339 FAU, contra a decisão da Congregação, que deliberou pelo cancelamento e  
2340 não homologação do referido concurso, requerendo que seja reformada a  
2341 decisão, homologando-se o referido concurso público (18.07.14). **Parecer da**  
2342 **Congregação:** indefere o recurso interposto pelo candidato Walter José  
2343 Ferreira Galvão, alusivo ao cancelamento e não homologação do concurso de  
2344 títulos e provas, visando o provimento de um cargo de Professor Doutor junto  
2345 ao Departamento de Tecnologia da Arquitetura (27.08.14). **Parecer da PG:** não  
2346 tendo havido qualquer fato novo ou juntada de documento que pudesse vir a

2347 alterar o entendimento da Procuradoria Geral quanto aos vícios jurídicos  
2348 ocorridos no concurso, opina no sentido de que a decisão da Congregação da  
2349 FAU de não homologação do concurso deva ser mantida, pelas mesmas  
2350 razões constantes do parecer anterior da PG, salientando que a juntada aos  
2351 autos de declaração escrita por parte dos examinadores, no sentido de  
2352 formalizar o desempate realizado oralmente, além de não possuir o condão de  
2353 sanar o vício praticado no curso do processo de seleção, também não suprime  
2354 a necessidade de constar do relatório final a decisão quanto ao desempate e o  
2355 ato da indicação. Assim, em atenção ao art. 142 do Regimento Geral da USP,  
2356 e em homenagem aos princípios da legalidade e da motivação dos atos  
2357 administrativos, entende que não há amparo legal à pretensão do recorrente e  
2358 opina pelo indeferimento do recurso (10.12.14). **Parecer da CLR:** aprova o  
2359 parecer do relator, Prof. Dr. Umberto Celli Junior, contrário ao recurso  
2360 interposto, devendo ser mantida a decisão da Congregação de cancelar e não  
2361 homologar o referido concurso (11.02.15). Em Sessão do Conselho  
2362 Universitário de 03.03.2015, o Magnífico Reitor retira os autos de pauta  
2363 (03.03.15). **5. PROTOCOLADO 2014.5.14.93.4 – INSTITUTO DE**  
2364 **ARQUITETURA E URBANISMO** - Recurso interposto por Carlos Eduardo  
2365 Marmorato Gomes, candidato ao concurso para provimento de um cargo de  
2366 Professor Doutor, junto à área de conhecimento Arquitetura, Urbanismo e  
2367 Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, contra a participação do  
2368 candidato Bruno Luís Damineli no pleito, por não ter apresentado a  
2369 comprovação oficial de título de doutor no tempo previsto. Edital ATAc-05/2013,  
2370 de abertura do concurso de títulos e provas visando o provimento de um cargo  
2371 de Professor Doutor, em RDIDP, junto à área de Conhecimento Arquitetura,  
2372 Urbanismo e Tecnologia, na especialidade Materiais e Desempenho na  
2373 Construção Civil, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (1º.08.13). Relatório  
2374 Final da Comissão Julgadora e quadro geral de notas e indicações (28.03.14).  
2375 Recurso interposto por Carlos Eduardo Marmorato Gomes, candidato ao  
2376 concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto à área de  
2377 conhecimento Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia, da Faculdade de  
2378 Arquitetura e Urbanismo, contra a participação do candidato Bruno Luís  
2379 Damineli no pleito, requerendo a suspensão de sua participação no concurso,  
2380 por não ter a comprovação oficial de título de doutor em tempo, tornando sem

2381 efeito as notas por ele recebidas pela Comissão Julgadora, em respeito  
2382 àqueles que atenderam todas as condições constantes no edital, bem como  
2383 daqueles que foram desqualificados por esta publicação (31.03.14). **Parecer**  
2384 **da Congregação do IAU:** delibera não dar provimento ao recurso, concluindo  
2385 que não houve equívoco da Assistência Técnica Acadêmica do Instituto ao  
2386 receber as inscrições e da Congregação ao homologá-las, porque o candidato  
2387 cuja inscrição está questionada apresentou documento emitido pela Escola  
2388 Politécnica, atestando a defesa do doutoramento e sua homologação, não  
2389 cabendo ao Instituto investigar a correção de documento apresentado por  
2390 Unidade da própria USP, que tem validade legal (11.04.14). Publicação no D.O.  
2391 da homologação, pela Congregação do IAU, em 11.04.14, do Relatório Final da  
2392 Comissão Julgadora, indicando o candidato Bruno Luís Damineli para prover o  
2393 cargo de Professor Doutor, na área de conhecimento Arquitetura, Urbanismo e  
2394 Tecnologia, na especialidade Materiais e Desempenho na Construção Civil  
2395 (15.04.14). Recurso interposto por Carlos Eduardo Marmorato Gomes, contra a  
2396 decisão da Congregação do IAU, requerendo que o Conselho Universitário: 1)  
2397 reconheça a perda dos direitos do candidato Bruno Luís Damineli, por não  
2398 fazer uso das prerrogativas legais da Súmula 266 do STJ no ato de sua  
2399 inscrição, atendendo à exigência editalícia para comprovação de seu título de  
2400 doutor por meio de declaração emitida irregularmente pela própria  
2401 Universidade e com teor ideologicamente falso no tocante à data da  
2402 homologação; 2) digno-se em manter a regularidade do presente concurso,  
2403 uma vez que não se trata de irregularidade de pleito, mas sim da participação  
2404 ilegítima de um candidato que, assim sendo, sejam então consideradas as  
2405 notas de todos os demais candidatos, suas habilitações e, por consequência,  
2406 seja indicado para nomeação aquele com maior número de indicações e, na  
2407 sequência, maior média geral, conforme previsto no corpo do edital; 3) digno-se  
2408 em solicitar ao IAU a correção de seus atos por meio das prerrogativas legais  
2409 Súmulas 346 e 473 do STJ, pois lhe é concedido o poder de auto-tutela e  
2410 anulação de atos que porventura sejam ilegais, porque deles não se originam  
2411 direitos (22.04.14). **Parecer da PG:** tendo em vista que, da decisão do presente  
2412 recurso, é possível que haja repercussão negativa no campo de interesse  
2413 individual do candidato aprovado, recomenda-se que os autos sejam  
2414 devolvidos à Unidade para que, preliminarmente, a ele seja ofertado o exercício

2415 do contraditório e da ampla defesa, podendo manifestar-se quanto às razões  
2416 apresentadas pelo recorrente (17.07.14). Manifestação do candidato indicado  
2417 Bruno Luís Damineli, informando que seu título de Doutorado, defendido no dia  
2418 25.10.13, foi homologado no mesmo dia por processo "ad referendum", sendo  
2419 que já fazia jus ao título na referida data (25.08.14). **Parecer da PG:** tendo em  
2420 vista que o candidato apresentou documento hábil para comprovar o título  
2421 exigido no ato de inscrição, não prospera a impugnação apresentada pelo  
2422 recorrente, razão por que opina pelo indeferimento do presente recurso.  
2423 Recomenda, ainda, que o recurso seja submetido à apreciação da  
2424 Congregação, nos termos do art. 254, § 2º do Regimento Geral e, mantida a  
2425 decisão, que encaminhem-se os autos para apreciação prévia da CLR e, em  
2426 seguida, ao Co (21.10.14). **Parecer da Congregação do IAU:** não havendo  
2427 fatos novos que justifiquem uma nova deliberação, decide, por unanimidade  
2428 dos votos, manter a decisão inicial, não dando provimento ao recurso  
2429 interposto pelo candidato Doutor Carlos Eduardo Marmorato Gomes (07.11.14).  
2430 **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Pedro Bohomoletz de  
2431 Abreu Dallari, contrário ao recurso interposto por Carlos Eduardo Marmorato  
2432 Gomes (15.04.15). **6. PROCESSOS 2013.1.335.2.3 e 2014.5.65.2.4 –**  
2433 **FACULDADE DE DIREITO -** Recurso interposto por Ana Gabriela Mendes  
2434 Braga contra a decisão da Congregação da Faculdade de Direito, que  
2435 homologou o relatório final do concurso de Professor Doutor, junto ao  
2436 Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia (área de  
2437 Criminologia), indicando o Dr. Maurício Stegemann Dieter para prover o cargo.  
2438 Publicação no D.O.E do Edital FD nº 16/2013 de abertura do concurso para  
2439 provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3.1, em RDIDP, junto ao  
2440 Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia - Área de  
2441 Criminologia (28.03.13). Publicação no D.O.E da aprovação, pela Congregação  
2442 da FD, dos inscritos e da Banca Examinadora do concurso de Professor  
2443 Doutor, junto ao Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e  
2444 Criminologia - Área de Criminologia (25.05.13). Relatório Final do Concurso e  
2445 quadro de notas: a banca examinadora empatou as indicações dos candidatos  
2446 Doutores Ana Gabriela Mendes Braga e Mauricio Stegemann Dieter, sendo que  
2447 de acordo com o artigo 146 do Regimento Geral, a indicação do candidato será  
2448 decidida pela Congregação para prover o cargo em comento (1º.08.13).

2449 Recurso interposto pela Dr.<sup>a</sup> Ana Gabriela Mendes Braga requerendo que a  
2450 Congregação reconheça a impropriedade de ser o documento curricular  
2451 apresentado pelo candidato Mauricio Stegemann Dieter admitido como  
2452 memorial e, em consequência, anular as notas a ela atribuídas e, diante do  
2453 novo cálculo, declarar e homologar o resultado que aponta como vitoriosa a  
2454 candidata recorrente (05.08.13). Contra-razões apresentada pelo Dr. Mauricio  
2455 Stegemann Dieter, requerendo que o recurso da Dr. Ana Gabriela não seja  
2456 conhecido ou provido pela Congregação da FD, tendo em vista que: a) a  
2457 matéria já está preclusa pela decisão colegiada que declarou a ausência de  
2458 qualquer vício formal nas inscrições; b) não há fundamento normativo para  
2459 sustentar a pretensão da recorrente, tendo sido respeitadas as regras  
2460 aplicáveis ao concurso; c) anular o relatório da comissão julgadora  
2461 caracterizaria inequívoca violação da soberania da Banca constituída para  
2462 avaliar o mérito dos candidatos (14.08.13). Parecer da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula A.  
2463 Forgioni: opina pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu  
2464 indeferimento (24.09.13). **Parecer da Congregação da FD:** concede vistas dos  
2465 autos ao Prof. Dr. Gilberto Bercovici (26.09.13). Parecer do Prof. Dr. Gilberto  
2466 Bercovici: favorável à admissibilidade do recurso e ao indeferimento do mesmo  
2467 (24.09.13). **Parecer da Congregação da FD:** aprova o parecer da relatora,  
2468 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula A. Forgioni, pelo não provimento ao recurso interposto e  
2469 homologa o relatório final da Banca Examinadora, que indicou o candidato  
2470 Mauricio Stegemann Dieter para prover o cargo de Professor Doutor junto ao  
2471 Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia - Área de  
2472 Criminologia (31.10.13). Recurso interposto pela Dr.<sup>a</sup> Ana Gabriela Mendes  
2473 Braga contra a decisão da Congregação da Faculdade de Direito, que  
2474 homologou o relatório final do concurso de Professor Doutor, junto ao  
2475 Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia (área de  
2476 Criminologia), indicando o Dr. Maurício Stegemann Dieter para prover o cargo.  
2477 Requer reconsideração da decisão da Congregação e a concessão de efeito  
2478 suspensivo (07.11.13). Contra-razões apresentada pelo Dr. Mauricio  
2479 Stegemann Dieter (05.12.13). **Parecer da Congregação da FD:** delibera, por  
2480 unanimidade, manter a decisão anterior e aprovar o parecer do relator, Prof. Dr.  
2481 José Eduardo Campos de Oliveira, pela não concessão do efeito suspensivo  
2482 (13.03.13). **Parecer da PG:** conclui que o recurso interposto pela Dr.<sup>a</sup> Ana

2483 Gabriela Mendes Braga não comporta provimento (16.12.14). **Parecer da CLR:**  
2484 aprova o parecer do relator e baixa os autos em diligência junto à FD, para  
2485 informar e instruir a matéria com os documentos comprobatórios que  
2486 possibilitem configurar que o candidato Maurício Stegemann Dieter apresentou  
2487 memorial circunstanciado (11.02.15). Manifestação da Assistente Acadêmica  
2488 da FD, Sra. Eloide Araújo Carneiro, de que todos os inscritos no referido  
2489 concurso entregaram a documentação comprobatória dos memoriais no ato da  
2490 inscrição. O Sr. Diretor da FD, Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci encaminha,  
2491 ainda, a documentação comprobatória do candidato Mauricio Stegemann  
2492 Dieter, conforme solicitado pelo relator (16.03.15). **Parecer da CLR:** tendo em  
2493 vista a manifestação da Faculdade de Direito, atendendo à solicitação do  
2494 relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, manifesta-se contrária ao  
2495 recurso interposto por Ana Gabriela Mendes Braga (25.03.15). **7. PROCESSO**  
2496 **2012.1.747.2.9 – FACULDADE DE DIREITO** - Recurso interposto pela  
2497 Professora Daisy Gogliano, contra a decisão da Congregação da Faculdade de  
2498 Direito, que homologou o relatório final da Banca Examinadora do concurso  
2499 para provimento de um cargo de Professor Titular junto ao Departamento de  
2500 Direito Civil – Área de Direito Civil, da Unidade. Edital FD 41/2012 de abertura  
2501 do concurso público de títulos e provas para provimento de um cargo de  
2502 Professor Titular, em RTC, junto ao Departamento de Direito Civil – Área de  
2503 Direito Civil, da Faculdade de Direito, publicado no D.O de 08.11.2012.  
2504 Publicação do comunicado de aprovação das inscrições e da Banca  
2505 Examinadora do concurso para provimento de um cargo de Professor Titular,  
2506 em RTC, junto ao Departamento de Direito Civil – Área de Direito Civil, no D.O  
2507 de 04.04.2014. Relatório Final e tabela de notas do referido concurso: a Banca  
2508 Examinadora, por maioria, indicou o Professor Associado Nestor Duarte para  
2509 prover o cargo de Professor Titular nº 129038, junto ao Departamento de  
2510 Direito Civil – área de Direito Civil, conforme o quadro de notas (28.05.14).  
2511 **Parecer da Congregação da FD:** delibera, por unanimidade, homologar o  
2512 relatório da Banca Examinadora, que indicou o Professor Associado Nestor  
2513 Duarte para prover o cargo de Professor Titular do Departamento de Direito  
2514 Civil – Área de Direito Civil (29.05.14). Recurso interposto pela Professora  
2515 Daisy Gogliano solicitando efeito suspensivo em face da homologação do  
2516 relatório final da Banca Examinadora do concurso para Professor Titular do

2517 Departamento de Direito Civil – Área de Direito Civil – Edital 41/2012, tendo em  
2518 vista os motivos que detalha e, requerendo: o acolhimento do presente recurso,  
2519 com efeito suspensivo, declaração de nulidade do concurso, por vício de  
2520 ilegalidade, da prova de erudição do candidato Nestor Duarte; que as provas  
2521 de erudição de ambos os candidatos sejam ouvidas, na avaliação didática; a  
2522 declaração de nulidade do julgamento do memorial do candidato Nestor  
2523 Duarte; a revisão dos resultados finais do concurso; requer a transcrição da  
2524 prova de erudição do candidato Nestor Duarte e da recorrente, e distribuição  
2525 aos membros da Congregação da FD, para instruir seu recurso; acesso ao  
2526 memorial do candidato Nestor Duarte e da recorrente pelos membros da  
2527 Congregação; distribuição a todos os membros da Congregação dos pareceres  
2528 circunstanciados e notas da prova de erudição; requer, finalmente, para uma  
2529 ampla defesa, complementar as suas razões de recurso, diante das provas que  
2530 serão apresentadas, de gravação e memoriais, para percorrer um a um, os  
2531 requisitos do art. 43 do Regimento Geral da FD (09.06.14). Contra razões do  
2532 Prof. Nestor Duarte: pede que seja negado provimento ao recurso, mantendo-  
2533 se a homologação do concurso pela Congregação, eis que nenhum vício o  
2534 inquina (17.06.14). Parecer do Prof. Dr. Regis Fernandes de Oliveira: conclui  
2535 que já tendo sido realizado o devido exame formal pela Congregação da FD e  
2536 a carência jurídica do pedido, impõe-se o não conhecimento do recurso. Caso  
2537 assim não se entenda, o parecer é pelo não provimento (22.06.14). Requisição  
2538 apresentada pela Professora Daisy Gogliano: do deferimento do efeito  
2539 suspensivo, em votação imediata; acesso à documentação (memorial) e o  
2540 deferimento da de gravação das provas de erudição, em razão do cerceamento  
2541 de defesa que está sofrendo; o deferimento do pedido de sustentação oral, no  
2542 prazo regulamentar (23.06.14). Informação do Diretor da FD, Prof. Dr. José  
2543 Rogério Cruz e Tucci, deferindo o pedido de vista do memorial apresentado  
2544 pelo candidato Nestor Duarte, pelo prazo de 48 horas e o pedido de  
2545 sustentação oral, nos termos da legislação vigente, pelo prazo de 10 minutos  
2546 (24.06.14). **Parecer da Congregação da FD:** delibera, por unanimidade,  
2547 conhecer o recurso e converter o julgamento em diligência para exame dos  
2548 fundamentos do recurso, no prazo de 60 dias (25.06.14). Informação do Diretor  
2549 da FD, deferindo o pedido de de gravação das respectivas provas de erudição,  
2550 nomeando como Perita a Dra. Erica Cristina Gomes Formigoni Dias, solicitando

2551 que esta presente estimativa de seus honorários, a serem suportados pela  
2552 recorrente, pelo serviço de gravação literal das referidas provas, a ser  
2553 concluído em 30 dias, a partir da aceitação da presente nomeação (02.07.14).  
2554 Ofício da Assistente Acadêmica da FD, Sra. Eloíde Araujo Carneiro, ao Diretor  
2555 da Unidade, informando que solicitou o material gravado ao Setor de  
2556 Audiovisual, responsável pelas gravações em concursos, mas ao ouvir a  
2557 gravação, constatou que houve falha durante o procedimento, estando as  
2558 gravações das aulas de erudição e julgamento final do concurso com cortes.  
2559 Desta forma, esclarece que não tem o material da aula do Professor Nestor  
2560 Duarte gravada e a aula da Professora Daisy Gogliano está incompleta.  
2561 Esclarece, ainda, que é usual a Assistência solicitar ao setor responsável a  
2562 gravação dos concursos para Professor Titular, mas não é uma determinação  
2563 regimental da Universidade, nem tão pouco do Regimento da Faculdade de  
2564 Direito (31.07.14). Razões finais encaminhadas pela Professora Daisy  
2565 Gogliano, requerendo, dentre outros, a declaração imediata de nulidade de  
2566 todo o concurso, tendo em vista a perda da prova material e o conseqüente  
2567 prejuízo ao recurso interposto; abertura de sindicância administrativa, com a  
2568 devida perícia técnico-científica na apuração das responsabilidades pela perda  
2569 da gravação (15.08.14). **Parecer da Congregação da FD:** delibera, por  
2570 maioria, aprovar o parecer conjunto dos relatores, Profs. Drs. Renato de Mello  
2571 Jorge Silveira, Gilberto Bercovici e Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,  
2572 por manter a decisão anterior (30.10.14). **Parecer da PG:** com relação à  
2573 admissibilidade do recurso, entende correto o juízo positivo de admissibilidade  
2574 da recorrente Daisy Gogliano. Sobre o pedido de decretação de nulidade total  
2575 do concurso, em razão da ocorrência relativa ao áudio gravado das provas,  
2576 considera que inexistente nulidade a ser reconhecida, em razão do simples fato de  
2577 que não há norma que determine a gravação do áudio das provas. Sobre o  
2578 alegado “impedimento ético” da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselda Maria Fernandes Novaes  
2579 Hironaka, esclarece que a Procuradoria Geral da USP tem entendimento  
2580 consolidado no sentido de que os critérios para aferição da (im)parcialidade  
2581 dos membros das Comissões Julgadoras de concursos para a carreira docente  
2582 devem ser os estabelecidos nos artigos 134 e 135 do Código Civil quanto à  
2583 suspeição e ao impedimento de magistrados. Assim, o fato de o candidato  
2584 vencedor do concurso dividir a responsabilidade por disciplinas de graduação

2585 com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselda Hironaka não é suficiente para reputá-la suspeita.  
2586 Sobre a prova de erudição do Prof. Nestor Duarte, considera desnecessária a  
2587 repetição do exposto no parecer dos professores da FD a respeito da  
2588 impossibilidade de a Congregação empreender uma reavaliação das provas e  
2589 das notas atribuídas pela Comissão Julgadora nos concursos para ingresso na  
2590 carreira docente da USP. Sobre os alegados vícios nos pareceres  
2591 circunstanciados relativos às provas de títulos, concorda com o juízo feito pelos  
2592 Professores relatores do concurso na Congregação da FD, de que as  
2593 disposições regimentais foram atendidas de forma esmerada. Os pareceres  
2594 foram produzidos, justificando as notas atribuídas, não havendo, conforme  
2595 destacado pelos pareceristas, “exigência de apresentação das notas por cada  
2596 um dos parâmetros”. Por sinal, caso fossem procedentes os argumentos da  
2597 recorrente, “todos os pareceres deveriam ser invalidados (e não apenas os  
2598 pareceres dos dois examinadores pleiteados pela requerente), uma vez que  
2599 todos seguem a mesma lógica (fundamentam a nota, de forma global, e não  
2600 justificam parâmetro por parâmetro)”. É evidente que a Professora Daisy  
2601 requereu a declaração de nulidade somente das avaliações menos favoráveis a  
2602 ela. Ressalta, ainda, que se alegação da candidata fosse procedente e todas  
2603 as avaliações de títulos fossem declaradas nulas, e os demais atos do  
2604 concurso fossem aproveitados, ainda assim o Professor Nestor restaria  
2605 vencedor do concurso. Esclarece que, da leitura dos pareceres elaborados  
2606 pelos membros da Comissão Julgadora deduz-se claramente que eles  
2607 analisaram o conjunto e a regularidade das atividades dos candidatos,  
2608 destacando os motivos que levam à atribuição de cada nota, conforme exigido  
2609 pelas normas regimentais pertinentes. Desta forma, de modo geral, inexistem  
2610 os vícios apontados na avaliação dos títulos. Sobre o vício específico no  
2611 parecer circunstanciado de lavra da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselda Hironaka, entende  
2612 correta a conclusão alcançada pelos relatores do recurso na Congregação da  
2613 FD quanto a tal ponto. Faz-se relevante apontar que tanto com o  
2614 reconhecimento deste vício específico, como na situação hipotética de  
2615 anulação de todas as avaliações de títulos, o Prof. Nestor Duarte permanece  
2616 como vencedor do concurso. Sobre a alegada nulidade do ato de homologação  
2617 do concurso, manifesta que não houve a nulidade aventada. Não existe vício  
2618 em razão do simples fato de o concurso ter sido homologado um dia após o

2619 seu encerramento. Inexiste previsão de prazo mínimo de intervalo a ser  
2620 obedecido, mas apenas de prazo máximo. Diante de todo o exposto, entende  
2621 que os pleitos trazidos pela Professora Daisy Gogliano não comportam  
2622 provimento (12.03.15). Temo de Conclusão do Processo nº 1052899-  
2623 08.2014.8.26.0053, junto à 5ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça  
2624 do Estado de São Paulo: "julgo a autora carecedora de ação, por falta de  
2625 interesse de agir superveniente e, conseqüentemente, extinto o processo sem  
2626 julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI, do Código de Processo  
2627 Civil" (25.02.15). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr.  
2628 Oswaldo Baffa Filho, contrário ao recurso interposto pela Professora Daisy  
2629 Gogliano (13.05.15). **M. Reitor:** "O Prof. Tucci, Presidente da CLR, propõe o  
2630 seguinte: esses recursos estão aguardando deliberação há bastante tempo.  
2631 Todos foram examinados pela CLR, há todos os pareceres, há parecer  
2632 contrário, isto é, pela rejeição, em todos os processos. Pergunto se gostariam  
2633 de ouvir o Prof. Tucci e votarmos em bloco ou preferem que eles fiquem para a  
2634 próxima Sessão." Os presentes optam por ouvir o Prof. José Rogério Cruz e  
2635 Tucci e, em seguida, realizar a votação em bloco. **Cons. José Rogério Cruz e**  
2636 **Tucci:** "São sete recursos que não apresentam complexidade e importa  
2637 salientar que todos eles possuem parecer da Procuradoria Geral e a decisão  
2638 na CLR convergente. O primeiro é um concurso para provimento de cargo de  
2639 Professor Doutor no Departamento de Química da Faculdade de Filosofia,  
2640 Ciências e Letras de Ribeirão Preto. O recorrente mostrando-se resignado  
2641 porque foi preterido, o candidato que pegou em primeiro lugar, que teve três  
2642 indicações, recorreu porque teve duas e são dois os fundamentos do recurso  
2643 por ele apresentado. Em primeiro lugar porque a Comissão Julgadora não teria  
2644 avaliado adequadamente o Memorial que ele apresentou em relação ao do seu  
2645 concorrente, aliás eram três e ele ficou em segundo. O outro fundamento é de  
2646 que a Banca teria favorecido o candidato que ficou em primeiro lugar porque os  
2647 três professores que o aprovaram são da USP e os dois que o indicaram são  
2648 da UNICAMP. O parecer da Procuradoria Geral é no sentido de que não há  
2649 prova de favorecimento algum e quanto à nota do Memorial, a Banca é  
2650 soberana. O parecer é no sentido de não provimento ao recurso e o Prof.  
2651 Pedro Dallari, que foi o relator na CLR, secundou esse parecer e a votação foi  
2652 unanime. O segundo recurso é contra a decisão da Congregação da ESALQ,

2653 que homologou o resultado do concurso para provimento de um cargo de  
2654 Professor Doutor junto ao Departamento de Produção Vegetal, e o objeto da  
2655 contestação é que na Comissão Julgadora participou a Profa. Khatia  
2656 Fernandes Lopes Pivetta, coautora de artigos científicos com o candidato que  
2657 sagrou-se vencedor. Conforme a documentação juntada nos autos, observa-se  
2658 que, uma vez convocada a compor a Comissão Julgadora, a docente fez uma  
2659 consulta à ESALQ e a Congregação não vislumbrou problema algum. É essa a  
2660 alegação. O parecer da Procuradoria Geral foi no sentido do não provimento ao  
2661 recurso e foi essa a decisão da CLR." Nesta oportunidade, a Cons.<sup>a</sup> Neli Maria  
2662 Paschoarelli Wada solicita vistas do referido processo, sendo a solicitação  
2663 concedida pelo M. Reitor e o processo retirado de pauta. **Cons. José Rogério**  
2664 **Cruz e Tucci**: "O terceiro recurso, item 3, o parecer é do Prof. Sérgio Adorno, é  
2665 um processo da Faculdade de Medicina. O candidato Dr. Luiz Roberto Salgado  
2666 foi aprovado pela Banca Examinadora no concurso de Livre-Docente, mas a  
2667 Congregação da Faculdade de Medicina não homologou o relatório da Banca  
2668 Examinadora, tendo em vista as notas obtidas pelo candidato. De qualquer  
2669 forma ele foi aprovado. Teve notas entre 7,5 e 9. Tem um parecer do Prof.  
2670 Aluísio Augusto Cotrim Segurado, do Departamento de Moléstias Infecciosas,  
2671 que sustenta a invalidade do resultado da Banca e arrola os fundamentos, mas  
2672 no parecer da Procuradoria Geral, um parecer muito bem lançado, é no sentido  
2673 de que os argumentos contidos no parecer do Prof. Segurado não infirmam o  
2674 resultado da Banca Examinadora, porque ele obteve notas de aprovação. E  
2675 assim, o parecer da Procuradoria Geral é no sentido de que a Congregação  
2676 homologue o resultado do concurso e essa foi também a decisão da CLR. Não  
2677 há razão objetiva para que a Congregação não homologue o concurso." **M.**  
2678 **Reitor**: "Pergunto se a Faculdade de Medicina quer destacar esse caso para  
2679 discussão?" Sendo informado que sim, o **M. Reitor** retira os autos de pauta.  
2680 **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "O quarto recurso é da Faculdade de  
2681 Arquitetura e Urbanismo. Esse é um caso um pouquinho mais complicado, são  
2682 dois candidatos para provimento de um cargo de Professor Doutor e foi  
2683 indicado vencedor, por maioria, o candidato Walter José Ferreira Galvão.  
2684 Contra a decisão da Comissão Julgadora, o candidato Lineu Passeri Júnior  
2685 apresentou recurso alegando falta de motivação na indicação, ausência na  
2686 Comissão Julgadora de especialista na área de conhecimento do concurso,

2687 não divulgação do critério utilizado para desempate das notas e não  
2688 observância ao Regimento Geral da USP. Em resumo, examinados os  
2689 documentos, a Procuradoria Geral observou não constar do Relatório Final e  
2690 nem em qualquer outro documento o necessário desempate, como dita o nosso  
2691 Regimento Geral, daí o parecer é no sentido, tanto da Procuradoria Geral,  
2692 quanto a decisão da CLR, de não homologar o concurso.” **Cons. Ricardo**  
2693 **Marques de Azevedo**: "Serei breve. É só para dar um esclarecimento. Foi feito  
2694 um concurso no Departamento de Tecnologia, houveram cinco candidatos, três  
2695 foram habilitados, dois foram reprovados e na hora de lançar os votos  
2696 aconteceu um problema, dois dos membros da Banca deram a mesma nota  
2697 para dois candidatos. Aconteceu que haviam sete notas e cinco membros da  
2698 Banca. Na hora foi feito o desempate verbal, esse desempate não constou da  
2699 Ata, no final ficou um candidato com quatro votos o outro com um, o terceiro  
2700 candidato, que não tinha nenhum voto, entrou com recurso pedindo anulação  
2701 do concurso. Esse recurso foi à Congregação e a Congregação acolheu,  
2702 realmente foi anulado o concurso, o que ele pedia era que o concurso fosse  
2703 anulado porque teve esse vício de origem. Feito isso, o candidato que estava  
2704 em primeiro lugar entrou com outro recurso pedindo para validar o concurso  
2705 que já havia sido homologado pela Congregação e a Congregação depois  
2706 acabou acolhendo o recurso e eliminou. O que está em julgamento agora é o  
2707 recurso desse que ganhou em primeiro lugar e a manifestação da  
2708 Congregação e da Procuradoria é que o vício é o mesmo e que, portanto, o  
2709 concurso deve ser anulado.” **M. Reitor**: "Sempre entendi que quando um  
2710 examinador empata dois candidatos ele tem que desempatar de pleno e dizer o  
2711 motivo, que tem que ser registrado.” **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: “O  
2712 quinto recurso, item 5, é aquele problema da comprovação do título de Doutor.  
2713 No momento de assinar a inscrição ou depois quando da realização do  
2714 concurso. O parecer da Procuradoria Geral é o seguinte, em resumo: tendo em  
2715 vista que o candidato apresentou documento hábil para comprovar o título  
2716 exigido no ato da inscrição, não prospera a impugnação apresentada pelo  
2717 recorrente, razão pela qual opina pelo indeferimento do recurso. E a CLR,  
2718 secundando o parecer da Procuradoria Geral, aprovou o parecer do Prof.  
2719 Pedro Dallari, pelo não provimento do recurso. Os dois últimos recursos, itens 6  
2720 e 7, são da Faculdade de Direito, que não poderia faltar. O sexto recurso, item

2721 6, é um concurso já realizado há dois anos, para provimento de um cargo para  
2722 Professor Doutor e o candidato que sagrou-se vencedor, ao invés de rotular  
2723 'Memorial' colocou 'Curriculum Vitae'. A candidata que perdeu impugnou. Essa  
2724 é uma questão meramente formal, mas o Prof. Sérgio Adorno, muito criterioso,  
2725 baixou os autos em diligência para que a Faculdade de Direito informasse se,  
2726 ao ensejo da inscrição, o candidato que venceu tinha juntado a documentação,  
2727 porque aí sim pouco importa o nome atribuído, se 'Curriculum Vitae' ou  
2728 'Memorial'. A Faculdade não só informou que ele tinha juntado, como  
2729 encaminhou os documentos e então a Comissão negou provimento ao recurso  
2730 da candidata que foi preterida. E, finalmente, o sétimo recurso é um caso de  
2731 candidato de concurso para Professor Titular, três indicações ao candidato que  
2732 venceu e a professora, que é antiga na Faculdade, que foi preterida, repôs um  
2733 recurso alegando que o Memorial dela tinha um valor maior, que não houve  
2734 fundamentação adequada e pelo que ela fez pela Faculdade, pela  
2735 Universidade, ela deveria ter uma nota maior de Memorial e a Banca não  
2736 considerou a atividade acadêmica dela. Tive o cuidado, como Diretor, de  
2737 nomear três professores titulares, não apenas um, para relatar isso, uma  
2738 Comissão de três professores na nossa Congregação, os três emitiram  
2739 pareceres substanciosos, convergentes, e a Congregação negou provimento  
2740 ao recurso da recorrente; a Procuradoria Geral também não encontrou razão  
2741 nenhuma para alterar a decisão da Congregação e essa foi a deliberação  
2742 unânime da CLR." **Secretário Geral:** "A de se notar que a recorrente entrou na  
2743 justiça e a 5ª Vara da Fazenda Pública julgou a autora carecedora de ação."  
2744 **Cons. José Rogério Cruz e Tucci:** "Foram três investidas judiciais e até o  
2745 momento ela não teve êxito em nenhuma delas." **M. Reitor:** "Dos sete  
2746 processos de recursos, um foi dado vistas para a Conselheira Neli, que foi o  
2747 item 2 do caderno III, e foi retirado de pauta, a pedido do Prof. Alúcio  
2748 Segurado, o item 3. Portanto, estão em votação os recursos dos itens 1, 4, 5, 6  
2749 e 7." **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 80  
2750 (oitenta) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 5 (cinco); Total de votantes = 85  
2751 (oitenta e cinco). São aprovados os pareceres da CLR, constantes dos autos.  
2752 Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião,  
2753 às 18h36. Do que, para constar, eu, , Prof. Dr. Ignacio  
2754 Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada

2755 esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à  
2756 sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 23 de  
2757 junho de 2015.